



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

PHILLIP CÉSAR ALBUQUERQUE SILVA

**A INTERIORIZAÇÃO DA VIOLENCIA:  
A dinâmica dos homicídios no Brasil (2004-2015)**

Recife

2018

PHILLIP CÉSAR ALBUQUERQUE SILVA

**A INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA:  
A dinâmica dos homicídios no Brasil (2004-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**Área de Concentração:** Políticas Públicas

**Orientador:** Profº Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.

Recife  
2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva CRB4/ 1260

S586i Silva, Phillip César Albuquerque.  
A interiorização da violência: a dinâmica dos homicídios no Brasil (2004-2015)  
/ Phillip César Albuquerque Silva. – 2018.  
149 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Recife, 2018.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Política pública. 2. Violência. 3. Homicídios. 4. Segurança pública. 5.  
Administração pública. 6. Percepção. I. Figueiredo Filho, Dalson Britto  
(Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-199)

PHILLIP CÉSAR ALBUQUERQUE SILVA

**A INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA:  
A dinâmica dos homicídios no Brasil (2004-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 14 / 11 / 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros (Examinador Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa Amanda e a meu filho Miguel que me enchem de alegria e me confortam nos momentos de apreensão.

Ao Governo do Estado de Pernambuco pelo apoio a qualificação do seu corpo funcional, me proporcionando licenciar-me parcialmente de minhas atividades para dedicação a pesquisa.

Aos profissionais da segurança de Pernambuco que dedicaram um pouco de seu tempo e com suas expertises e experiências me ajudaram a construir esse trabalho.

Ao meu orientador, Dalson Britto Figueiredo Filho, pela disponibilidade, pelas contribuições e pela forma como me motivou a melhorar este estudo cada vez mais.

A todos e todas que integram o Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco. A meus colegas de turma, em especial meus amigos e companheiros de trabalhos Renato Hayashi e Jadson.

E a todos e todas que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

O principal objetivo desta dissertação é analisar a variação espacial e longitudinal das taxas de homicídio no Brasil. A hipótese de trabalho sustenta que a violência está aumentando mais rápido nos municípios do interior. Além disso, a partir de um estudo de caso, examinamos a percepção de gestores e ex-gestores da segurança pública a respeito da interiorização da violência. Os dados foram coletados a partir do SIM/DATAUS e o estudo focou no comparativo da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) dos 5.570 municípios brasileiros nos biênios (2004-2005) e (2014-2015). Para análise dos dados foi utilizado técnicas de estatística descritiva, espacial e multivariada. Na abordagem qualitativa, utilizamos análise de conteúdo, entrevistas semiestruturadas e um *survey* para examinar as opiniões de 14 profissionais. Os principais resultados evidenciam que a velocidade do crescimento da violência é maior nas cidades do interior e nos municípios de pequeno porte. Enquanto a taxa de CVLI nas cidades com até 50 mil habitantes cresceu 47,65%, a taxa observada nas localidades com população acima de 200 mil pessoas caiu cerca de 10,07%, em média. Ainda, a taxa observada nas Regiões Metropolitanas dos dez estados mais populosos do Brasil diminuiu 16,36% enquanto nos municípios do interior aumentou em 25,31%. De acordo com nossas projeções, a tendência é que em 2020 esse fenômeno continue avançando. A taxa de CVLI do Interior será de 25,71 e de 27,45 nas RMs, o que representa uma diferença de 1,74 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, valor muito inferior a diferença de 2004 (22,71), quando as taxas apresentadas eram 40,71 nas RMs e 18,00 no Interior. Os resultados da análise qualitativa reforçam o evidenciado nas estatísticas oficiais: o sentimento de aumento da violência e insegurança nos pequenos municípios. Em relação às causas, a percepção dos gestores indica: (1) maiores investimentos destinados aos grandes centros urbanos, (2) ausência do Estado e de Políticas Públicas, (3) disseminação do tráfico de drogas e (4) falta de perspectivas de trabalho e estudo para os jovens. Este trabalho contribui com a literatura sobre segurança pública ao identificar novos padrões da violência no país, alertando a necessidade da interiorização também das políticas públicas e dos investimentos, além de complementar achados estatísticos com pontos de vistas e expertises de profissionais da área de segurança pública.

Palavras-chave: Interiorização da violência. Homicídios. CVLI. Pacto pela Vida. Percepção.

## ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the spatial and longitudinal variation of homicide rates in Brazil. The working hypothesis holds that violence is increasing more rapidly in the cities of the interior. In addition, from a case study, we examine the perception of managers and ex-managers of public security regarding the internalization of violence. Data were collected from SIM / DATAUS and the study focused on the comparative rate of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI) of the 5,570 Brazilian municipalities in the biennia (2004-2005) and (2014-2015). Data analysis was performed using descriptive, spatial and multivariate statistical techniques. In the qualitative approach, we used content analysis, semi-structured interviews and a survey to examine the opinions of 14 professionals. The main results show that the speed of growth of violence is higher in country town and in small municipalities. While the rate of CVLI in cities with up to 50 thousand inhabitants grew 47.65%, the rate observed in localities with a population of over 200 thousand people fell by 10.07% on average. Also, the rate observed in the Metropolitan Regions of the ten most populous states of Brazil decreased 16.36% while in the country town increased by 25.31%. According to our projections, the trend is that in 2020 this phenomenon will continue to advance. The CVLI rate for the country town cities will be 25.71 and 27.45 for the RMs, which represents a difference of 1.74 deaths for each group of 100 thousand inhabitants, much lower than the difference of 2004 (22.71), when the rates presented were 40.71 in RMs and 18.00 in the country town. The results of the qualitative analysis reinforce that evidenced in the official statistics: the feeling of increased violence and insecurity in the small municipalities. Regarding causes, managers' perceptions indicate: (1) greater investments destined to large urban centers, (2) absence of State and Public Policies, (3) dissemination of drug trafficking, and (4) lack of job prospects and study for the young. This work contributes to the literature on public security by identifying new patterns of violence in the country, alerting the need for expansion of public policies and investments, as well as complementing statistical findings with points of view and expertise of public safety professionals.

Keywords: Country town violence. Homicides. CVLI. Pact for Life. Perception.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Região Metropolitana de Manaus .....	20
Figura 2 – Região Metropolitana de Salvador .....	25
Figura 3 – Região Metropolitana de Fortaleza .....	30
Figura 4 – Região Metropolitana de Goiânia .....	35
Figura 5 – Região Metropolitana de Belo Horizonte .....	40
Figura 6 – Região Metropolitana de Curitiba.....	46
Figura 7 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	50
Figura 8 – Região Metropolitana do Rio Grande do Sul.....	55
Figura 9 – Região Metropolitana de São Paulo .....	59
Figura 10 – Região Metropolitana do Recife .....	65
Quadro 1 – Políticas de Gestão por Resultado .....	73
Quadro 2 – Resumo dos principais resultados encontrados por UF.....	74
Quadro 3 – Categorias para análise de conteúdo.....	84
Quadro 4 – Ações que podem ser desenvolvidas pelos municípios .....	87
Quadro 5 – Ações que podem ser desenvolvidas pelos municípios .....	88
Foto 1 – Estrutura das Delegacias de Pernambuco.....	94
Figura 11 – Gastos em segurança pública por ente da federação .....	94
Figura 12 – Espaço fiscal e níveis de violência.....	95
Quadro 6 – Indicadores Escolhidos .....	97
Figura 13 – Perda agregada em capacidade produtiva por homicídios (1996-2015) .....	99
Figura 14 – Diagrama de causa e efeito – Interiorização da Violência.....	99
Quadro 7 – Ações para combater a violência no interior .....	100
Quadro 8 – Impacto de Distintas Intervenções em Segurança Pública .....	101
Figura 15 – Diagrama de Causa e Efeito – Aumento da Violência em Pernambuco.....	111
Quadro 9 – Sugestões de Melhorias para o Pacto pela Vida .....	113

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Taxa de CVLI Amazonas (2004-2005) X (2014-2015) .....	21
Mapa 2 – Taxa de CVLI Bahia (2004-2005) X (2014-2015).....	26
Mapa 3 – Taxa de CVLI Ceará (2004-2005) X (2014-2015).....	31
Mapa 4 – Taxa de CVLI Goiás (2004-2005) X (2014-2015).....	35
Mapa 5 – Taxa de CVLI Minas Gerais (2004-2005) X (2014-2015).....	41
Mapa 6 – Taxa de CVLI Paraná (2004-2005) X (2014-2015) .....	47
Mapa 7 – Taxa de CVLI Rio de Janeiro (2004-2005) X (2014-2015).....	51
Mapa 8 – Taxa de CVLI Rio Grande do Sul (2004-2005) X (2014-2015).....	56
Mapa 9 – Taxa de CVLI São Paulo (2004-2005) X (2014-2015).....	60
Mapa 10 – Taxa de CVLI Pernambuco (2004-2005) X (2014-2015).....	65
Mapa 11 – Taxa de CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015) .....	70
Mapa 12 – Municípios com a taxa de CVLI superior à do Brasil (2004-2005) X (2014-2015).....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução Taxa CVLI Amazonas 2004-2015 (Interior e RM).....	23
Gráfico 2 – Evolução Taxa CVLI Bahia 2004-2015 (Interior e RM) .....	28
Gráfico 3 – Evolução Taxa CVLI Ceará 2004-2015 (Interior e RM) .....	32
Gráfico 4 – Evolução Taxa CVLI Goiás 2004-2015 (Interior e RM) .....	37
Gráfico 5 – Evolução Taxa CVLI Goiás 2004-2015 (Interior e RM) .....	43
Gráfico 6 – Evolução Taxa CVLI Paraná 2004-2015 (Interior e RM).....	48
Gráfico 7 – Evolução Taxa CVLI Rio de Janeiro 2004-2015 (Interior e RM) .....	52
Gráfico 8 – Evolução Taxa CVLI Rio Grande do Sul 2004-2015 (Interior e RM).....	57
Gráfico 9 – Evolução Taxa CVLI 2004-2015 São Paulo (Interior e RM) .....	62
Gráfico 10 – Evolução Taxa CVLI São Paulo 2004-2015 (Interior e RM) .....	67
Gráfico 11 – $\Delta\%$ Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015) .....	73
Gráfico 12 – $\Delta\%$ Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015) .....	77
Gráfico 13 – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes (PE-BR, 2004-2017).....	102
Gráfico 14 – Taxa de CVLI versus Taxa de Desocupados PE (2012-2017).....	104
Gráfico 15 – Audiência de Custódia - % Prisão Preventiva e Liberdade Provisória por UF.	106
Gráfico 16 – Audiência de Custódia em Números – Pernambuco .....	106
Gráfico 17 – Tempo total de penas da população prisional condenada .....	108

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios por Taxa CVLI Amazonas (2004-2005) X (2014-2015).....	21
Tabela 2 – Taxa CVLI Amazonas (2004-2005) X (2014-2015) .....	22
Tabela 3 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios AM (2004-2005) X (2014-2015) ...	23
Tabela 4 – Municípios por Taxa CVLI Bahia (2004-2005) X (2014-2015) .....	26
Tabela 5 – Taxa CVLI Bahia (2004-2005) X (2014-2015).....	27
Tabela 6 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios BA (2004-2005) X (2014-2015)....	28
Tabela 7 – Municípios por Taxa CVLI Ceará (2004-2005) X (2014-2015) .....	31
Tabela 8 – Taxa CVLI (2004-2005) X (2014-2015) .....	32
Tabela 9 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios CE (2004-2005) X (2014-2015) ....	33
Tabela 10 – Municípios por Taxa CVLI Goiás (2004-2005) X (2014-2015) .....	36
Tabela 11 – Taxa CVLI Goiás (2004-2005) X (2014-2015).....	37
Tabela 12 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios GO (2004-2005) X (2014-2015)....	38
Tabela 13 – Municípios por Taxa CVLI Minas Gerais (2004-2005) X (2014-2015) .....	41
Tabela 14 – Taxa CVLI Minas Gerais (2004-2005) X (2014-2015).....	42
Tabela 15 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios MG (2004-2005) X (2014-2015) ...	44
Tabela 16 – Municípios por Taxa CVLI Paraná (2004-2005) X (2014-2015).....	47
Tabela 17 – Taxa CVLI Paraná (2004-2005) X (2014-2015) .....	48
Tabela 18 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios PR (2004-2005) X (2014-2015) ....	49
Tabela 19 – Municípios por Taxa CVLI Rio de Janeiro (2004-2005) X (2014-2015) .....	51
Tabela 20 – Taxa CVLI Rio de Janeiro (2004-2005) X (2014-2015) .....	52
Tabela 21 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios RJ (2004-2005) X (2014-2015) .....	54
Tabela 22 – Municípios por Taxa CVLI Rio Grande do Sul (2004-2005) X (2014-2015).....	56
Tabela 23 – Taxa CVLI Rio Grande do Sul (2004-2005) X (2014-2015) .....	57
Tabela 24 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios RS (2004-2005) X (2014-2015) ....	58
Tabela 25 – Municípios por Taxa CVLI São Paulo (2004-2005) X (2014-2015) .....	61
Tabela 26 – Taxa CVLI São Paulo (2004-2005) X (2014-2015) .....	61
Tabela 27 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios SP (2004-2005) X (2014-2015)....	63
Tabela 28 – Municípios por Taxa CVLI Pernambuco (2004-2005) X (2014-2015) .....	66
Tabela 29 – Taxa CVLI Pernambuco (2004-2005) X (2014-2015) .....	66
Tabela 30 – CVLI RMR X Interior Pernambuco 2004-2015 .....	68
Tabela 31 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios PE (2004-2005) X (2014-2015)....	69
Tabela 32 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por 100 mil hab por Estado (2004-2005) X (2014-2015) .....	69

Tabela 33 – Índice de Moran por Estado (2004-2005) X (2014-2015).....	70
Tabela 34 – Municípios com taxa de CVLI acima do Brasil por Região.....	71
Tabela 35 – $\Delta\%$ taxa de CVLI por porte dos Municípios BR (2004-2005) X (2014-2015) ....	72
Tabela 36 – $\Delta\%$ Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015).....	72
Tabela 37 – Municípios por Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015).....	74
Tabela 38 – $\Delta\%$ Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2019-2020).....	76
Tabela 39 – Carga tributária disponível (%) por entes da federação.....	86
Tabela 40 – Correlação de Pearson: Taxa de CVLI (dependente) .....	98

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DOS HOMÍCIDIOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DAS DEZ CAPITAIS MAIS POPULOSAS DO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
2.1	AMAZONAS.....	20
2.2	BAHIA.....	25
2.3	CEARÁ.....	29
2.4	GOIÁS .....	34
2.5	MINAS GERAIS .....	40
2.6	PARANÁ.....	46
2.7	RIO DE JANEIRO .....	50
2.8	RIO GRANDE DO SUL .....	55
2.9	SÃO PAULO .....	59
2.10	PERNAMBUCO.....	64
2.11	BRASIL .....	69
2.12	ANÁLISE TEMPORAL.....	76
<b>3</b>	<b>A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE SEGURANÇA PÚBLICA ACERCA DA INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA: O CASO DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>80</b>
3.1	PAPEL DOS MUNICÍPIOS .....	84
3.2	INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA .....	92
3.3	AUMENTO DA VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO .....	102
3.4	PACTO PELA VIDA .....	112
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE A – QUANTIDADE MUNICÍPIOS POR PORTE 2004 X 2015 (TABELAS).....</b>	<b>123</b>
	<b>APÊNDICE B - EVOLUÇÃO TAXA CVLI 2004-2015 INTERIOR E RM (GRÁFICOS).....</b>	<b>125</b>

<b>APÊNDICE C – Δ% TAXA CVLI 2004-2005 X 2014-2015 INTERIOR E RM (TABELAS) .....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE D – AUTOCORRELAÇÃO ESPACIAL (MORAN) 2004-2005 X 2014-2015 (MAPAS) .....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE E – AUTO CORRELAÇÃO ESPACIAL (MORAN) 2004-2005 X 2014-2015 (GRÁFICOS DE DISPERSÃO).....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICE F – EVOLUÇÃO TAXA CVLI 2004-2020 (PREVISTO) (INTERIOR E RM) .....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE G – SÉRIE HISTÓRICA CVLI - PERNAMBUCO X BRASIL ....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE H – GRÁFICOS DE DISPERSÃO: TAXA DE CVLI 2010 (DEPENDENTE) .....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA .....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE J – QUADROS DEMONSTRATIVOS DAS PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É mais seguro morar na capital ou no interior? O senso comum sugere que quanto menor o município maior é a sensação de segurança<sup>1</sup>. Entretanto, as estimativas oficiais mais recentes indicam outra realidade. Em Recife (PE), por exemplo, a taxa de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)<sup>2</sup> por 100 mil habitantes passou de 65,8 em 2004 para 35,3 em 2015, o que representa uma redução de 46%. Em contrapartida, a taxa no município de Santa Cruz do Capibaribe, distante 190 quilômetros da capital pernambucana, passou de 37,3 para 54,2, ou seja, o que equivale a um aumento de 45%. No mesmo período, o município de Pindamonhangaba, situado a 146 quilômetros da capital paulista, apresentou aumento de 67% na taxa. Alguns estudos já apontam a violência homicida vem crescendo mais em cidades pequenas<sup>3</sup>. A questão é saber então como ocorreu o processo de interiorização dos crimes violentos contra a vida no Brasil.

Dentro dessa perspectiva, o principal objetivo deste trabalho é analisar a variação espacial e longitudinal das taxas de homicídio no Brasil. A hipótese de trabalho sustenta que a velocidade do crescimento da violência é maior nas cidades do interior. Metodologicamente, o desenho de pesquisa utiliza estatística descritiva, análise espacial e modelos de séries temporais para examinar um banco de dados original com informações detalhadas sobre a incidência de homicídios no Brasil por município entre 2004 e 2015. Além disso, ajustaremos modelos de suavização exponencial para prever a quantidade de mortes por unidade da federação até 2020. Para melhor compreender o fenômeno da interiorização da violência homicida, utilizamos entrevistas semiestruturadas para identificar a percepção de gestores públicos sobre a dinâmica geográfica dos homicídios em Pernambuco.

Para tanto, a dissertação está organizada em dois capítulos independentes, mas complementares entre si. O primeiro examina a variação espacial e longitudinal das taxas de homicídio no Brasil, desagregando a análise por Região Metropolitana das dez capitais mais

---

<sup>1</sup>A sensação de segurança possui diversos condicionantes, como por exemplo: o crescimento da criminalidade; o fenômeno da urbanização; a influência da mídia com a espetacularização da violência; fatores culturais, como religião; atributos dos próprios indivíduos, como gênero, renda e idade; dentre outras características sociodemográficas. Para este trabalho utilizaremos o CVLI como fator determinante da sensação de segurança.

<sup>2</sup>A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ). A criação da sigla objetivou a adoção de um critério único para a produção das estatísticas criminais equivalentes de todos os Estados. Para que um crime seja enquadrado como CVLI, deve atender a três características: ter sido cometido de forma violenta, intencional e gerado o resultado morte. As principais formas de CVLI são as que agrupam o homicídio doloso, o roubo seguido de morte (latrocínio) e a lesão corporal seguida de morte.

<sup>3</sup> Ver: Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro. FLACSO Brasil, 2014. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_AtualizacaoHomicidios.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf), acesso em 25 de junho de 2018.

populosas. O segundo capítulo foi concebido como um estudo de caso e foca na percepção de gestores e ex-gestores da segurança pública sobre a dinâmica geográfica dos homicídios em Pernambuco.

## 2 ANÁLISE DOS HOMÍCIDIOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DAS DEZ CAPITAIS MAIS POPULOSAS DO BRASIL

### Resumo

Este capítulo analisa a variação espacial e longitudinal das taxas de homicídio no Brasil, desagregados por municípios das Regiões Metropolitanas das dez capitais mais populosas. A hipótese de pesquisa sustenta que a violência está aumentando mais rápido nos municípios do interior. Os dados foram coletados a partir do SIM/DATAUS e o estudo focou no comparativo da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) dos 5.570 municípios brasileiros nos biênios (2004-2005) e (2014-2015). Para análise dos dados foi utilizado técnicas de estatística descritiva, espacial e multivariada. Os principais resultados evidenciam que a velocidade do crescimento da violência é maior nas cidades do interior e nos municípios de pequeno porte. Enquanto a taxa de CVLI dos municípios com até 50 mil habitantes cresceu 47,65%, a taxa observada nas cidades com população acima de 200 mil habitantes caiu cerca de 10,07%, em média. Além disso, a taxa observada nas RMs dos dez estados diminuiu 16,36% enquanto nos municípios do interior aumentou em 25,31%. De acordo com nossas projeções, em 2020, a taxa de CVLI do Interior será de 25,71 e de 27,45 nas RMs, o que representa uma diferença de 1,74 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, valor muito inferior a diferença de 2004 (22,71), quando as taxas apresentadas eram 40,71 nas RMs e 18,00 no Interior. Por fim, através da análise espacial, verificamos um aumento da violência nas cidades do litoral do país, 71,79% delas tiveram elevação das taxas. Este trabalho contribui com a literatura sobre segurança pública ao identificar novos padrões da violência no país, alertando a necessidade da interiorização também das políticas públicas e dos investimentos.

**Palavras-chave:** Interiorização da violência, taxas de CVLI, análise espacial, análise temporal.

### Abstract

This chapter analyzes the spatial and longitudinal variation of homicide rates in Brazil, disaggregated by cities of the Metropolitan Regions of the ten most populous capitals. The research hypothesis holds that violence is increasing faster in the country town. Data were collected from SIM / DATAUS and the study focused on the comparative rate of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI) of the 5,570 Brazilian counties in the biennia (2004-2005) and (2014-2015). Data analysis was performed using descriptive, spatial and multivariate statistical techniques. The main results show that the speed of growth of violence is higher in cities of inner and in small county. While the rate of CVLI of cities with up to 50 thousand inhabitants grew 47.65%, the rate observed in cities with a population above 200 thousand inhabitants fell by 10.07%, on average. In addition, the rate observed in the RMs of the ten states decreased 16.36% while in the country town increased by 25.31%. According to our projections, in 2020, the CVLI rate will be 25.71 and 27.45 in the RMs, which represents a difference of 1.74 deaths for each group of 100 thousand inhabitants, much lower than difference of 2004 (22.71), when the rates presented were 40.71 in RMs and 18.00 in the Interior. Finally, through the spatial analysis, we found an increase in violence in the coastal cities of the country, 71.79% of them had higher rates. This work contributes to the literature on public security by identifying new patterns of violence in the country, alerting the need to expand public policies and investments of the country town.

**Keywords:** Country town violence, homicide rates, spatial analyzes, data analyzes

## • INTRODUÇÃO

No Brasil, a segurança pública é um dos direitos fundamentais segundo a Constituição de 1988<sup>4</sup> e um dos temas mais preocupantes nos dias de hoje<sup>5</sup>. Por exemplo, conforme o Ibope, a preocupação dos brasileiros com violência e segurança dobrou no intervalo de um ano. No fim de 2016, 19% dos brasileiros citavam a área no rol das mais problemáticas do país, ao final de 2017 esse número saltou para 38%. Segundo relatório publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), de cada 100 assassinatos no mundo, 13 são no Brasil, o que coloca nosso país como o maior exportador de homicídios do planeta<sup>6</sup>. Se for levado em consideração o número de crimes e o tamanho da população, ou seja, em termos proporcionais, Honduras é o primeiro país da lista, seguido pela Venezuela. O Brasil surge como o 11º país mais perigoso do mundo.

Alguns estudos recentes apontam que o número de homicídios do país está sendo impulsionado pelo aumento dos assassinatos nos pequenos municípios (WAISELFISZ, 2014; DINIZ & ANDRADE, 2012; FERRERI & FILHO, 2014; ENDLICH & FERNANDES, 2014; ANDRADE & FILHO, 2016). Seguindo essa perspectiva, o principal objetivo deste capítulo é analisar a variação espacial e longitudinal das taxas de homicídio no Brasil. A hipótese de trabalho sustenta que a velocidade do crescimento da violência é maior nas cidades do interior.

Metodologicamente, o desenho de pesquisa utiliza estatística descritiva, multivariada e análise espacial para examinar um banco de dados original com informações detalhadas sobre a incidência de homicídios por município entre 2004 e 2015. Em particular, examinamos as regiões metropolitanas das dez capitais mais populosas do país. Para cada caso foram desagregados os dados de CVLI dos municípios das Regiões Metropolitanas em comparativo com as cidades do interior. Foram também realizados comparativos de acordo com o porte dos municípios. Com base nas taxas de CVLIs foram elaborados mapas de cores de cada um dos dez estados para os dois períodos. Além disso, foi elaborado um modelo de séries temporais prevendo a quantidade de mortes por unidade da federação até 2020. Por fim, para cada região, os resultados observados foram comparados com a literatura e com notícias veiculadas na mídia.

---

<sup>4</sup>Art. 5º – CF “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/5329425/ibope-mostrou-que-preocupacao-com-violencia-dobrou-em-um-ano>, acesso em 23 fevereiro 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/status\\_report/2014/report/report/en/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/report/report/en/), acesso em 23 janeiro 2018.

O restante do capítulo está estruturado da seguinte forma: a primeira seção descreve a metodologia utilizada. Em seguida analisaremos os resultados encontrados a partir da base de dados estruturada, através de gráficos, tabelas e mapas, além da previsão dos indicadores para o ano de 2020. Cada um dos dez estados é apresentado em seção específica assim como a análise do conjunto. Por fim, a última seção sumariza as principais conclusões. Essa dissertação está estruturada de maneira que o Capítulo 2 está organizado de forma independente do primeiro, entretanto em alguns pontos eles se complementam.

- **METODOLOGIA<sup>7</sup>**

Os dados utilizados são oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerido pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde<sup>8</sup>. O SIM dispõe sobre dados de mortalidade no país, consolidando os óbitos utilizando a Classificação Internacional de Doenças (CID-10)<sup>9</sup>. Os óbitos encontram-se agrupados em vinte capítulos. Para o presente trabalho focamos no capítulo XX, em que são definidas as “causas externas de morbidade e mortalidade”. O referido capítulo está dividido em oito grandes grupos, utilizaremos o agrupamento de X85 a Y09, que engloba agressões as mortes por agressão (por meios diversos). Por fim, o sistema identifica as notificações por município considerando o local de residência da vítima.

Os municípios foram identificados com os códigos de Capital, Região Metropolitana e Interior. O conceito de “Interior” considerou todos os municípios que nem são capitais, nem estão localizados na região metropolitana<sup>10</sup>. Para o presente trabalho foram consideradas as Regiões Metropolitanas das dez capitais mais populosas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre e Goiânia). Essa

---

<sup>7</sup> Materiais de replicação estarão disponíveis em:

[https://osf.io/8mj3d/?view\\_only=3fed6adc019c46d380c77214a89386ee](https://osf.io/8mj3d/?view_only=3fed6adc019c46d380c77214a89386ee).

<sup>8</sup> Dados por município disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10br.def>, acesso em 19 janeiro 2018.

<sup>9</sup> A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, frequentemente designada pela sigla CID (em inglês: *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD*) fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

<sup>10</sup> A Constituição Federal define regiões metropolitanas como aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, podendo ser instituídas pelos Estados mediante lei complementar.

escolha se deve a existência de Estados sem Regiões Metropolitanas, bem como de Região Metropolitanas que não contem capitais<sup>11</sup>.

Em seguida foi calculada a taxa de óbitos por causas externas para cada grupo de 100 mil habitantes em cada um dos 5.570 municípios brasileiros. A taxa permite avaliar a incidência dos homicídios em perspectiva comparada e é o indicador utilizado internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Percebeu-se que, principalmente nos municípios pequenos, as taxas apresentavam significativas oscilações aleatórias de um ano para o outro, o que reduz a consistência da informação. Na tentativa de minimizar esse problema, foram adotadas médias móveis bianuais<sup>12</sup>.

Após a base consolidada, foi calculada a variação longitudinal dos índices de homicídios no Brasil (Regiões, Estados, Capitais, Regiões Metropolitanas e Interior). Para realização dos cálculos comparativos além do Excel foi utilizado o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 23. Na análise da distribuição espacial das taxas de homicídios e elaboração de Mapas de Kernel, foi utilizado o *software* GeoDa<sup>13</sup>.

Endlich e Fernandes (2014), ao pesquisar o aumento da violência em pequenas cidades, já alertavam sobre a subnotificação dos dados<sup>14</sup>. Outra dificuldade encontrada nos trabalhos que analisam os números de homicídios se deve ao fato do Brasil não possuir um padrão único de classificação dos assassinatos, existem unidades federativas que consideram ocorrências ao invés de vítimas, casos de pessoas que sofrem tentativa e vem a óbito após algum período em hospitais, mortes a esclarecer que posteriormente são consideradas como violentas, dentre outros casos. Essa falta de padronização nos registros oficiais impõe enormes desafios metodológicos<sup>15</sup>.

A importância da análise desagregada dos dados se deve a heterogeneidade regional, fruto de diferenças culturais e econômicas que influenciam diretamente a dinâmica criminal (WAISELFISZ, 2008). Como veremos adiante, alguns estados apresentam resultados

---

<sup>11</sup> Exemplo do Estado do Acre que não possui RM. E A Região Metropolitana de Campinas que não possui capital.

<sup>12</sup> Neste processo o coeficiente analisado do ano  $i$  ( $Y_{ai}$ ) correspondeu à média aritmética dos coeficientes no ano anterior ( $i-1$ ), do próprio ano ( $i$ ):  $Y_{ai} = (Y_{i-1} + Y_i)/2$ . Por exemplo, o Recife em 2004 possuía a taxa de 64,83, em 2005 (66,76), ou seja, uma média de 65,79, esse valor foi comparado com 32,95 (média dos anos 2014-2015), decorrente da taxa de CVLI do ano 2014, (29,90) com o ano de 2015 (35,99), resultando em uma variação percentual de -49,93%.

<sup>13</sup> Disponível para *download* em: <http://geodacenter.github.io/download.html>, acesso em 19 janeiro 2018.

<sup>14</sup> De acordo com os autores a subnotificação seria oriunda do alto grau de pessoalização, comum nas pequenas cidades, resultando na ausência de denúncias de ocorrências, como violência doméstica e estupro, especialmente em ambientes familiares.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/o-buraco-negro-da-informacao-em-seguranca-publica-no-brasil.ghtml>, acesso em 29 agosto de 2018.

semelhantes entre os dois períodos. Entretanto esse resultando aparentemente similar é oriundo de acréscimos dos homicídios em algumas regiões atrelados a reduções em outras. Por esse motivo, uma das contribuições desse estudo é oferecer ao leitor uma visão pormenorizada não apenas do todo, mas também das partes que o compõe. Por fim, buscando transparência e replicabilidade dos resultados, as bases de dados utilizadas e os procedimentos adotados serão disponibilizados em repositórios eletrônicos (PARANHOS et al, 2014).

## • RESULTADOS

Nos seguintes tópicos examinaremos os dados de cada uma das dez regiões analisadas neste estudo, bem como o resultado aglomerados de todas as regiões.

### 2.1 AMAZONAS

A Região Metropolitana de Manaus foi instituída pela Lei Complementar nº 52, de 30 de maio de 2007<sup>16</sup>, abrangendo oito municípios e totalizando 2.403.986 habitantes de acordo com o IBGE<sup>17</sup>.

Figura 1 – Região Metropolitana de Manaus



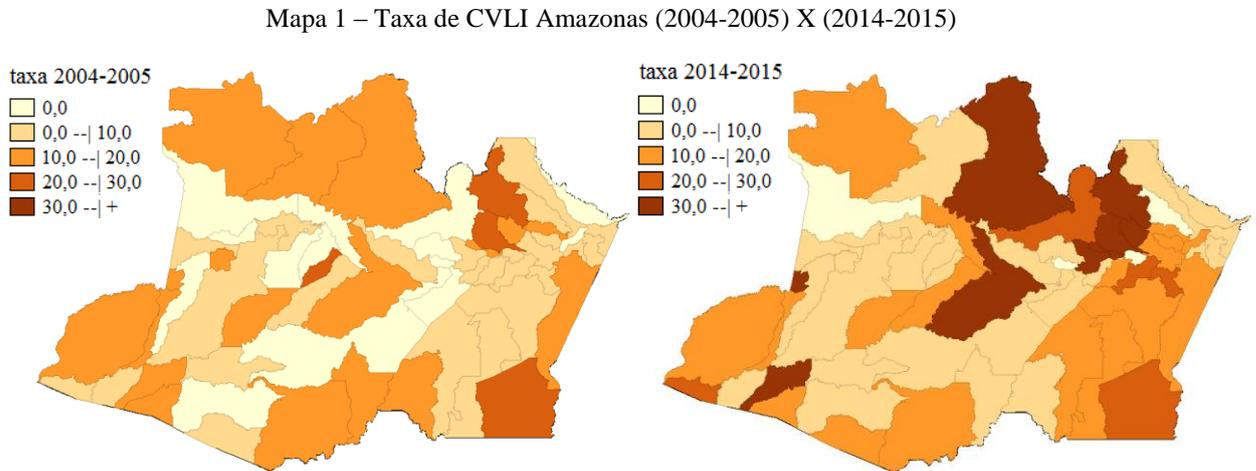
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Careiro da Várzea	27.981	0,71
Iranduba	45.984	1,17
Itacoatiara	97.122	2,47
Manacapuru	94.175	2,39
Manaus	2.057.711	52,25
Novo Airão	17.671	0,45
Presidente Figueiredo	32.812	0,83
Rio Preto da Eva	30.530	0,78
<b>Total RM</b>	<b>2.403.986</b>	<b>61,04</b>
Interior	1.534.350	38,96
<b>Total Estado</b>	<b>3.938.336</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor.

<sup>16</sup> Ver: Art. 1º: Fica instituída a Região Metropolitana de Manaus, composta pelos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comuns. Disponível em: [https://www.emplasa.sp.gov.br/Cms\\_Data/Sites/EmplasaDev/Files/FNEM/arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas/Amazonas/Lei%20Complementar%20n%C2%BA%2052.pdf](https://www.emplasa.sp.gov.br/Cms_Data/Sites/EmplasaDev/Files/FNEM/arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas/Amazonas/Lei%20Complementar%20n%C2%BA%2052.pdf), acesso em 12 de abril de 2018.

<sup>17</sup> Dados de 2015.

Apesar de possuir apenas oito municípios dentre os sessenta e dois do Estado do Amazonas, a região metropolitana concentra 61,04% da população. O mapa 1 ilustra a taxa de CVLI dos municípios do Amazonas nos dois períodos analisados.



Fonte: O autor.

Observamos um aumento da mancha mais escura (taxas de CVLI acima de 30) e uma diminuição da mancha mais clara que representa os municípios com ausência de CVLI. No primeiro período, quinze municípios não registraram nenhum homicídio, já no segundo período em apenas quatro cidades não ocorreram assassinatos. Em contrapartida, no período entre 2004 e 2005, nenhum município possuía taxas de CVLI superiores a 30. Já no segundo período esse número subiu para nove. A tabela 1 consolida o comparativo.

Tabela 1 – Municípios por Taxa CVLI Amazonas (2004-2005) X (2014-2015)

Taxa	2004-2005	2014-2015	$\Delta\%$
0	15	4	-73,33
0 a 10	25	26	4,00
10 a 20	18	18	0,00
20 a 30	4	5	25,00
Acima de 30	0	9	-

Fonte: O autor.

Com a finalidade de identificar a autocorrelação espacial dos índices de CVLI foi utilizado o índice de Moran local que calcula a interdependência espacial de um polígono em relação aos seus vizinhos. Nesse sentido a matriz de vizinha foi determinada baseada no movimento da rainha de primeira ordem<sup>18</sup>. Para todas as regiões estudadas foram desenvolvidos

<sup>18</sup> O Índice de Moran Local foi proposto por Luc Anselin (1994) como uma ferramenta estatística para testar a autocorrelação local a partir da análise das covariâncias entre as diferentes unidades de área. O Índice avalia a covariância entre um determinado polígono e uma certa vizinhança definida em função de uma distância  $d$ . Disponível em: [www.dpi.inpe.br/cursos/ser301/trabalhos/fred\\_lisa.pdf](http://www.dpi.inpe.br/cursos/ser301/trabalhos/fred_lisa.pdf), acesso em 11 de setembro de 2018.

Mapas de Cluster e Diagramas de Dispersão comparando a autocorrelação espacial das taxas de CVLI nos dos períodos analisados. Os mapas e diagramas estão nos Apêndices D e E.

Para o Estado do Amazonas o índice de Moran calculado no primeiro período foi de 0,075 contra 0,163 no segundo período. Esse resultado evidencia que, mesmo que pequena, existe autocorrelação espacial dos níveis de CVLI no segundo período. Ou seja, municípios mais próximos no espaço tendem a apresentar níveis mais parecidos de homicídios do que aqueles mais distantes. Dentre os estados estudados foi a região a apresentar menor correlação.

Dentre os municípios com maiores aumentos, destaca-se Barcelos, com aproximadamente 27 mil habitantes distante 400 km da capital Manaus e que em 2004 apresentou apenas um homicídio. Já em 2015 foram registradas dezoito fatalidades letais. Passando de uma taxa de 3,29 para 65,61. Apesar do número elevado, não foi o pior resultado da série histórica, em 2012 a cidade registrou trinta e cinco homicídios. Segundo o Mapa da Violência (2015), Barcelos é a cidade brasileira mais violenta para mulheres, com uma taxa média de 45,7<sup>19</sup>.

A tabela 2 consolida o comparativo das taxas de CVLI verificadas no Interior e na RM de Manaus.

Tabela 2 – Taxa CVLI Amazonas (2004-2005) X (2014-2015)

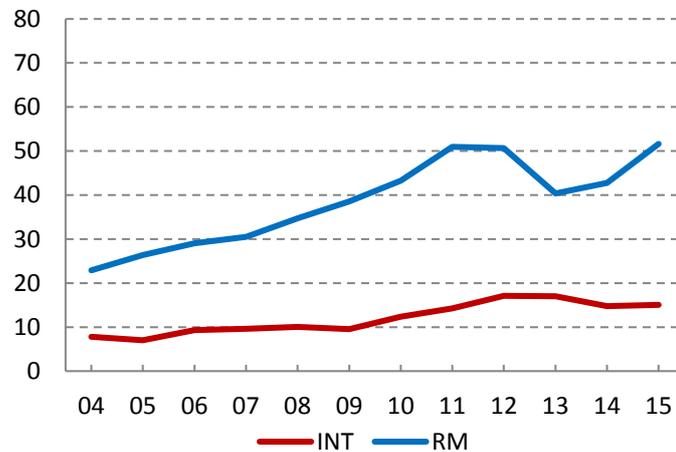
<b>Região</b>	<b>Medida</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
INT	Taxa	7,42	14,9	100,81
	Desvio Padrão	6,33	10,61	67,46
RM	Taxa	24,65	47,18	91,40
	Desvio Padrão	15,97	47,18	76,32
ESTADO	Taxa	17,64	34,59	96,09
	Desvio Padrão	9,04	15,63	72,87

Fonte: O autor.

<sup>19</sup> Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf), acesso em 13 de abril de 2018.

O gráfico 1 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004 a 2015 do interior e dos oito municípios da RM de Manaus.

Gráfico 1 – Evolução Taxa CVLI Amazonas 2004-2015 (Interior e RM)<sup>20</sup>



Fonte: O autor.

Graficamente tem-se a sensação que a violência cresceu mais na RM, entretanto como foi verificada na tabela 3, a variação percentual apresentada no interior foi superior. No interior, a taxa passou de 7,42 no início da série para 14,90 no final, o que representa um incremento de 100,81%. Por sua vez, a taxa de homicídios na região metropolitana cresceu 91,40%, passando de 24,65 em 2004/2005 para 47,18 em 2014/2015.

Ao analisar a variação da taxa de homicídios de acordo porte das cidades, verifica-se que em todas as faixas ocorreu o incremento índices de homicídios. Entretanto, o acréscimo é mais acentuado nos municípios de médio porte (20 a 100 mil habitantes), que apresentaram incremento superior a 120%. A tabela 3 ilustra essas informações.

Tabela 3 – Δ% taxa de CVLI por porte dos Municípios AM (2004-2005) X (2014-2015)

Porte	2004-2005	2014-2015	Δ%
Até 5 mil	-	-	-
5 a 10 mil	4,9	6,5	32,65
10 a 20 mil	5,9	8,8	49,15
20 a 50 mil	8,6	19,0	120,93
50 a 100 mil	9,4	23,0	144,68
100 a 200 mil	5,6	9,9	76,79
200 a 500 mil	-	-	-
Acima de 500 mil	27,2	50,2	84,56
<b>Total</b>	<b>17,6</b>	<b>34,6</b>	<b>96,59</b>

Fonte: O autor.

<sup>20</sup> Correlação de Pearson = 0,855, p-valor = 0,001.

Segundo Fraga (2007), a violência do Estado do Amazonas está historicamente relacionada a conflitos por posse de terras, à exploração ilegal de recursos naturais e à apropriação dos espaços das comunidades tradicionais. Além disso, a fronteira com regiões produtoras de cocaína faz com que a região seja utilizada na rota de passagem do tráfico internacional. Em particular, a questão fundiária não é um problema exclusivo do estado do Amazonas, e sim da região Norte como um todo. O Pará, por exemplo, apresenta elevados índices de mortes de lideranças e agricultores sem-terra causadas por conflitos fundiários<sup>21</sup>. Segundo Leão (2017), a principal causa da violência não é enfrentada pelo Estado (não existem políticas públicas capazes de enfrentar a questão fundiária), e que está ocorrendo uma potencialização dos conflitos em virtude do esvaziamento da política da reforma agrária, o esgotamento do Incra, a falta de recursos e o incentivo ao agronegócio<sup>22</sup>. Para Teixeira (2017), a partir de 2017, ocorreu o desmantelamento de instrumentos que mediavam as tensões no campo<sup>23</sup>. Desta forma, a violência no meio rural alavancou<sup>24</sup>, pois sinalizou aos ruralistas mais radicais que não haveriam limites para suas ações além da impunidade nos processos judiciais<sup>25</sup>.

Em síntese, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI no Amazonas cresceu 91,06% entre 2004 e 2015; (2) o incremento no Interior (100,81%) foi maior do que a variação da RMR (91,40%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de 50 a 100 mil habitantes e (4) a literatura aponta questões fundiárias e tráficos de drogas como principais obstáculos a serem enfrentados.

---

<sup>21</sup> Segundo dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra, desde 1985 houve 1.387 assassinatos no campo. Desses, apenas 112 casos foram julgados, com 31 mandantes condenados e 14 absolvidos. Dos executores, apenas 92 foram condenados.

<sup>22</sup> Marco Apolo Santana Leão, advogado que atua em movimentos populares e organizações como a Sociedade Paraense de Defesa de Direito Humanos (SDDH-PA), Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

<sup>23</sup> Gerson Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

<sup>24</sup> Segundo dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri-PA), as mortes por conflitos no campo em 2017 aumentaram 366,7% em relação a 2016.

<sup>25</sup> Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/2017/07/31/governo-brasileiro-fomenta-a-violencia-no-campo-ao-ignorar-as-causas-diz-advogado/>, acesso em 23 fev. 2018.

## 2.2 BAHIA

A Região Metropolitana de Salvador foi instituída pela Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, abrangendo inicialmente oito municípios<sup>26</sup>. Após a edição de outras duas leis complementares, foram incorporadas as cidades de São Sebastião do Passé, Mata de São João e Pojuca, e ocorreu a emancipação de outras duas: Dias D'ávila e Madre de Deus. Atualmente, a RM tem 13 municípios e uma população de 3.953.288 habitantes, o que equivale a 26% da população da Bahia.

Figura 2 – Região Metropolitana de Salvador



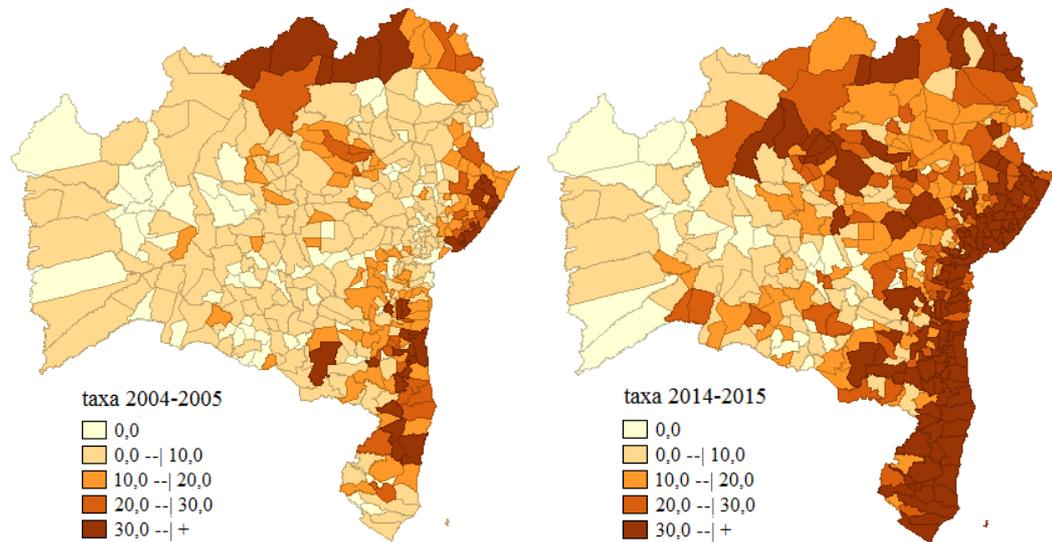
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Camaçari	286.919	1,89
Candeias	88.806	0,58
Dias d'Ávila	78.058	0,51
Itaparica	22.615	0,15
Lauro de Freitas	191.436	1,26
Madre de Deus	20.348	0,13
Mata de São João	45.813	0,30
Pojuca	37.543	0,25
Salvador	2.921.087	19,21
São Francisco do Conde	39.329	0,26
São Sebastião do Passé	45.482	0,30
Simões Filho	133.202	0,88
Vera Cruz	42.650	0,28
<b>Total RM</b>	<b>3.953.288</b>	<b>26,00</b>
Interior	11.250.646	74,00
<b>Total Estado</b>	<b>15.203.934</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor.

<sup>26</sup> Ver: Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. § 5º - A região metropolitana de Salvador constitui-se dos Municípios de Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm), acesso em 12 de abril de 2018.

O mapa 2 ilustra a taxa de CVLI dos municípios do estado da Bahia nos dois períodos analisados.

Mapa 2 – Taxa de CVLI Bahia (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Observa-se um aumento da mancha mais escura taxas de CVLI acima de 30,0 para cada grupo de 100 mil habitantes e uma diminuição da mancha mais clara na qual representa os municípios com ausência de registros de CVLI. No primeiro período, oitenta e cinco municípios não apresentaram ocorrência de CVLI, já no segundo período a quantidade de municípios sem registros caiu para trinta e seis, em contrapartida no período de (2004-2005), 29 possuíam taxas de CVLI superiores a 30,0, já no segundo período esse número subiu para 128 municípios. A tabela 4 consolida o comparativo.

Tabela 4 – Municípios por Taxa CVLI Bahia (2004-2005) X (2014-2015)

TAXA	2004-2005	2014-2015	$\Delta\%$
0	85	36	-57,65
0 a 10	195	88	-54,87
10 a 20	83	92	10,84
20 a 30	25	73	192,00
Acima de 30	29	128	341,38

Fonte: O autor.

O índice de Moran calculado para o primeiro período foi de 0,501, já para o segundo período o indicador mensurado chegou a 0,579. Tornando o estado da Bahia dentre os analisados como o que apresenta maior interdependência espacial de um município com os seus vizinhos. Esse achado é especialmente relevante para os formuladores de políticas públicas na medida em que municípios mais próximos no espaço tendem a exibir níveis semelhantes de

violência. Ou seja, qualquer tentativa de combate à violência que desconsiderar esse aspecto corre o risco de desperdiçar recursos públicos.

O destaque negativo fica com o município de Santa Cruz de Cabrália localizado no litoral baiano com aproximadamente 28,5 mil habitantes, distante 690 km da capital Salvador e que apresentou apenas seis homicídios em 2004. Em 2015, por outro lado, foram registrados 47 assassinatos, traduzindo em uma taxa de 166,51 CVLI's para cada grupo de 100 mil habitantes, sendo o município mais violento do Estado em 2015. Segundo o mapa da violência 2016, considerando apenas os homicídios praticados com arma de fogo, o município aparece com o 24º mais violento do país com uma taxa de 75,1<sup>27</sup>.

Ao analisar as taxas de CVLI nos dois períodos, apesar da elevação de 68,58% das taxas apresentadas pela RM, o crescimento percentual da taxa de homicídios do Interior é superior (137,49%). A tabela 5 consolida o comparativo.

Tabela 5 – Taxa CVLI Bahia (2004-2005) X (2014-2015)

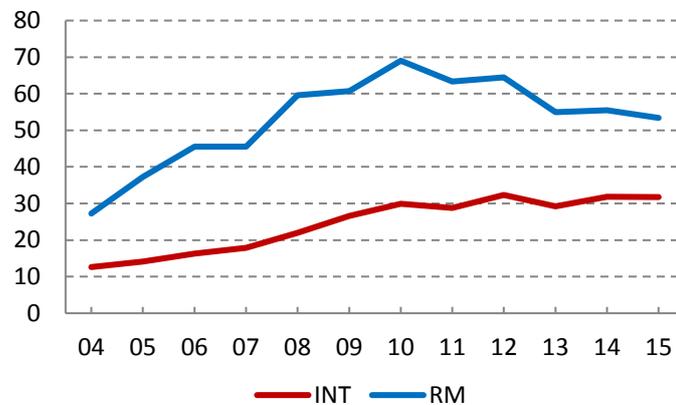
<b>Região</b>	<b>Medida</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
INT	Taxa	13,39	31,80	137,49
	Desvio Padrão	10,96	22,63	106,48
RM	Taxa	32,27	54,40	68,58
	Desvio Padrão	13,91	26,43	89,95
ESTADO	Taxa	18,09	37,67	108,24
	Desvio Padrão	11,06	22,76	105,70

Fonte: O autor.

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf), acesso em 19 abril 2018.

O gráfico 2 compara a evolução da taxa de CVLI para a Região Metropolitana e para o Interior entre 2004 a 2015.

Gráfico 2 – Evolução Taxa CVLI Bahia 2004-2015 (Interior e RM)<sup>28</sup>



Fonte: O autor.

No interior, a taxa passou de 13,39 no início da série para 31,80 no final, o que representa um incremento de 137,49%. Por sua vez, a taxa de homicídios na região metropolitana cresceu 68,58%, passando de 32,27 em 2004/2005 para 54,40 em 2014/2015. Em termos substantivos, esses resultados fornecem evidências em favor da hipótese geral dessa dissertação de que a velocidade do crescimento da violência é maior no interior do que na capital.

Observando a variação da taxa de homicídios de acordo porte das cidades, com exceção dos municípios muito pequenos com população inferior a 5 mil habitantes, nas demais faixas ocorreu o incremento índices de homicídios. Entretanto, o acréscimo é mais acentuado nos municípios de pequeno e médio porte, situados nas faixas de 20 a 100 mil habitantes, que apresentaram incremento nas taxas de superiores a 150%. A tabela 6 traz a variação do CVLI em virtude do porte.

Tabela 6 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios BA (2004-2005) X (2014-2015)

PORTE	2004-2005	2014-2015	$\Delta\%$
Até 5 mil	6,5	5,9	-9,23
5 a 10 mil	7,9	21,2	168,35
10 a 20 mil	7,2	18,0	150,00
20 a 50 mil	11,0	31,4	185,45
50 a 100 mil	13,2	32,9	149,24
100 a 200 mil	31,8	61,7	94,03
200 a 500 mil	40,2	60,6	50,75
Acima de 500 mil	28,7	46,0	60,28
<b>Total</b>	<b>18,1</b>	<b>37,7</b>	<b>108,29</b>

Fonte: O autor.

<sup>28</sup> Correlação de Pearson = 0,833, p-valor = 0,001.

Segundo Souza e colaboradores (2014), no Estado da Bahia é observado dois conglomerados principais de violência: um no entorno de Salvador e outro entre os municípios de Porto Seguro e Itabuna, localizados na região sul. Verifica-se também o espalhamento/interiorização dos homicídios e altas taxas em áreas fronteiriças utilizadas como corredores de ligação. É o caso, por exemplo, das cidades de Eunápolis, Lauro de Freitas e Simões Filho. Os autores apontam como causas para os elevados índices a alta densidade populacional de algumas regiões, ambientes com elevados níveis de desorganização social, dificuldade na resolução pacífica de conflitos e facilidade de obtenção de armas de fogo.

Em resumo, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI na Bahia cresceu 108,24% entre 2004 e 2015; (2) o incremento no Interior (137,49%) foi maior do que a variação da RMR (68,58%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de 20 a 50 mil habitantes e (4) a literatura aponta como principais causas da violência a desorganização social e facilidade para obtenção de armas de fogo.

### **2.3 CEARÁ**

A Região Metropolitana de Fortaleza foi instituída pela Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, abrangendo inicialmente cinco municípios<sup>29</sup>. A região metropolitana de Fortaleza aglomera uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes sendo a sexta maior região metropolitana do País.

---

<sup>29</sup> Ver: Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. § 8º A região metropolitana de Fortaleza constitui-se dos municípios de: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Maracanaú, Pacatuba e Aquiraz. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm), acesso em 12 abril 2018.

Após a edição de outras leis complementares no decorrer dos anos foram incorporadas mais quatorze cidades, totalizando atualmente 19, conforme mostra a figura 3.

Figura 3 – Região Metropolitana de Fortaleza



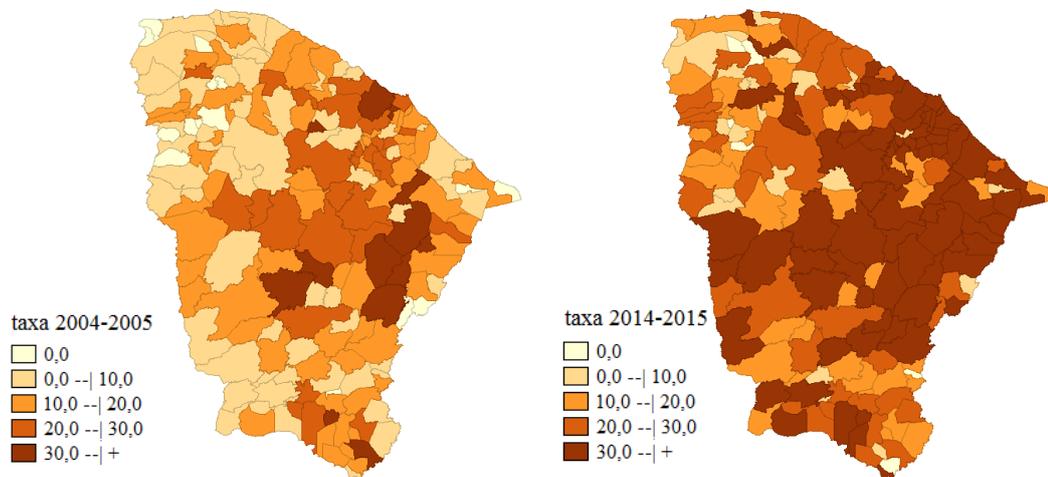
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Aquiraz	77.717	0,87
Cascavel	70.047	0,79
Caucaia	353.932	3,97
Chorozinho	19.192	0,22
Eusébio	51.127	0,57
Fortaleza	2.591.188	29,10
Guaiúba	25.841	0,29
Horizonte	63.365	0,71
Itaitinga	38.540	0,43
Maracanaú	221.504	2,49
Maranguape	123.570	1,39
Pacajus	68.800	0,77
Pacatuba	80.378	0,90
Paracuru	33.426	0,38
Paraipaba	31.986	0,36
Pindoretama	20.207	0,23
São Gonçalo do Amarante	47.297	0,53
São Luís do Curu	12.760	0,14
Trairi	54.418	0,61
<b>Total RM</b>	<b>3.985.295</b>	<b>44,76</b>
Interior	4.919.164	55,24
<b>Total do Estado</b>	<b>8.904.459</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor.

Os 19 municípios da RM de Fortaleza comportam 44,76% da população do Ceará que possui 184 municípios.

O mapa 3 ilustra a taxa de CVLI dos municípios do Estado nos dois períodos analisados.

Mapa 3 – Taxa de CVLI Ceará (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Observa-se um aumento da mancha mais escura que representa as taxas de CVLI acima de 30 e uma diminuição da mancha mais clara que indica os municípios com ausência de registros de CVLI. Entre 2004 e 2005, 144 municípios apresentavam taxa de CVLI inferior a 20. No segundo período, esse número caiu para 70 (-38%). Em contrapartida, no início da série histórica, 40 municípios possuíam taxas de CVLI superiores a 20, já no final do período examinado esse número subiu para 114 municípios (65%). A tabela 7 consolida o comparativo.

Tabela 7 – Municípios por Taxa CVLI Ceará (2004-2005) X (2014-2015)

TAXA	2004-2005	2014-2015	Δ%
0	15	6	-60,00
0 a 10	65	22	-66,15
10 a 20	64	42	-34,38
20 a 30	28	38	35,71
Acima de 30	12	76	533,33

Fonte: O autor.

Diferente do Estado da Bahia que apresentou uma autocorrelação moderada em ambos os períodos, o índice de correlação espacial do Ceará foi de 0,299 entre 2004/2005 para 0,475 em 2014/2015. Um valor considerado razoável ao analisarmos apenas as taxas de homicídios, corroborando a ideia que a violência em um município influencia também os índices de seus vizinhos.

Destaca-se o município de Quixeré, com uma população de 20,5 mil habitantes, divisa com o estado do Rio Grande do Norte, distante 218 quilômetros de Fortaleza, que possuía em (2004-2005) taxa de 16,1, passando para taxa de 104,6 no período 2014-2015, um acréscimo

de mais de 500%. Segundo o Mapa da Violência 2016, considerando apenas os homicídios praticados com arma de fogo, dos 150 municípios mais violentos do Brasil listados no estudo, 20 são cearenses. Quixeré ficou em segundo lugar no Estado e na 12ª colocação no *ranking* nacional<sup>30</sup>.

Analisando as taxas de CVLI nos dois períodos analisados, comparando os municípios do Interior com os municípios da Região Metropolitana, ocorreu um aumento significativo na taxa de CVLI em ambas as regiões que refletiram no incremento de 146,25% na taxa de CVLI do Estado. A violência na Região Metropolitana avançou mais do que a apresentada pelos municípios do interior, conforme pode ser visto na tabela 8.

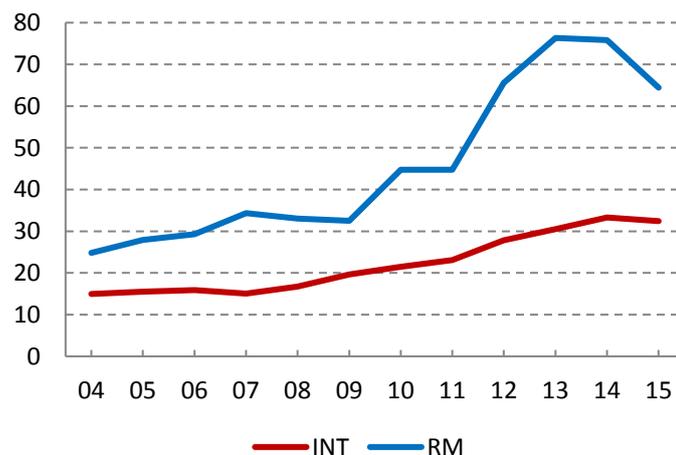
Tabela 8 – Taxa CVLI (2004-2005) X (2014-2015)

Região	Medida	2004-2005	2014-2015	Δ%
INT	Taxa	15,24	32,87	115,68
	Desvio Padrão	9,45	21,55	127,97
RM	Taxa	26,35	70,12	166,11
	Desvio Padrão	12,08	26,33	117,84
ESTADO	Taxa	20,11	49,52	146,25
	Desvio Padrão	9,76	22,09	126,40

Fonte: O autor.

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004-2015 dos municípios do interior em comparativo com os da RM de Fortaleza.

Gráfico 3 – Evolução Taxa CVLI Ceará 2004-2015 (Interior e RM)<sup>31</sup>



Fonte: O autor.

<sup>30</sup> Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf), acesso em 19 abril 2018.

<sup>31</sup> Correlação de Pearson = 0,964, p-valor = 0,001.

No interior, a taxa passou de 15,24 no início da série para 32,87 no final, o que representa um incremento de 115,68%. Por sua vez, a taxa de homicídios na região metropolitana cresceu 166,11%, passando de 26,35 em 2004/2005 para 70,12 em 2014/2015. Os anos de 2012 e 2013 a região metropolitana de Fortaleza apresentou aumentos muito acima da média de crescimento que vinha apresentando a taxa passou de 44,75 em 2011 para 76,33 em 2013, um aumento de 70,57%, a partir de 2013 os números voltaram a cair a taxa consolidada para 2016 foi de 49,54.

Observando a variação da taxa de homicídios de acordo porte das cidades, com exceção dos municípios muito pequenos com população inferior a 5 mil habitantes, nas demais faixas ocorreu o incremento índices de homicídios, entretanto o acréscimo é mais acentuado nos municípios médio porte, aqueles situados nas faixas de 50 a 100 mil habitantes, e também na capital Fortaleza, elevação de 146,27%. A tabela 9 traz a variação do CVLI em virtude do porte.

Tabela 9 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios CE (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	44,8	24,2	-45,98
5 a 10 mil	11,0	20,3	84,55
10 a 20 mil	10,7	24,9	132,71
20 a 50 mil	14,3	32,5	127,27
50 a 100 mil	16,8	45,1	168,45
100 a 200 mil	24,1	33,2	37,76
200 a 500 mil	32,1	60,2	87,54
Acima de 500 mil	27,9	74,7	167,74
Total	20,1	49,5	146,27

Fonte: O autor.

Segundo o Mapa da Violência 2016: Homicídios por Arma de Fogo no Brasil, Fortaleza ocupa o primeiro lugar no *ranking* que elenca as maiores taxas de mortes em 2014. A capital cearense tem taxa de homicídios por arma de fogo de 81,5 para cada 100 mil habitantes. Se Fortaleza fosse um país ficaria atrás apenas de El Salvador que registrou uma taxa de (108,64). Para o sociólogo Ricardo Moura, do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC), a maior parte das vítimas são assassinadas em locais próximos de suas residências e em áreas de vulnerabilidade, precárias do ponto de vista de saneamento e acesso a serviços<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/fortaleza-e-capital-com-mais-homicidios-por-armas-de-fogo>, acesso em 24 abril 2018.

O especialista Leonardo Sá, também pesquisador do LEV, aponta como causas do aumento dos homicídios em Fortaleza a consolidação de facções criminosas oriundas do Sudeste do país a partir de 2010, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), e ainda o surgimento de outras facções como os Guardiões do Estado (GDE) e a Família do Norte. Atrelado a ampliação da atuação dessas facções criminosas o especialista ainda aponta o colapso de alguns programas de Segurança Pública do Ceará, como o projeto Ronda Quarteirão<sup>33</sup>, que apesar dos avanços alcançados no início, entrou em declínio a partir do início de 2012<sup>34</sup>.

Em síntese, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI no Ceará cresceu 146,25% entre 2004 e 2015; (2) o incremento na RM (166,11%) foi maior do que a variação do Interior (115,68%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de 50 a 100 mil habitantes e (4) a literatura aponta que um dos fatores responsáveis pelo aumento da violência, principalmente na RM, foi a consolidação de facções criminosas em Fortaleza como o PCC e Comando Vermelho oriundas do sudeste do país.

## 2.4 GOIÁS

A Região Metropolitana de Goiânia foi instituída pela Lei Complementar nº 27 de 30 de dezembro de 1999<sup>35</sup>, abrange atualmente vinte municípios e totaliza 2.421.831 habitantes de acordo com o IBGE.

---

<sup>33</sup> O programa Ronda do Quarteirão foi implantado em 2007 e apresentava como focos prioritários: a criação de uma “polícia de proximidade, a utilização do uso legal e proporcional da força, por meio do irrestrito respeito aos direitos humanos e aos princípios de cidadania. Disponível em: [revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/121/118](http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/121/118), acesso em 23 julho 2018.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/Por-que-os-homicidios-nao-param-de-crescer-no-Ceara>, acesso em 24 abril 2018.

<sup>35</sup> Ver: Art. 1º: Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturai, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_complementares/1999/lei\\_complementar\\_n27.htm](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_complementares/1999/lei_complementar_n27.htm), acesso em 24 abril 2018.

A figura 4, lista os municípios da RM do Estado de Goiás.

Figura 4 – Região Metropolitana de Goiânia

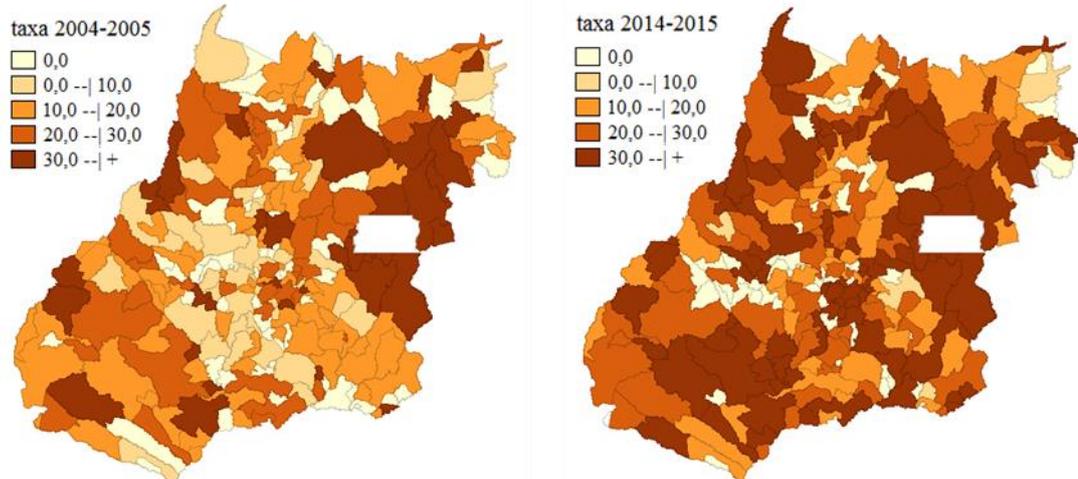


MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Abadia de Goiás	7.895	0,12
Aparecida de Goiânia	521.910	7,89
Aragoiânia	9.444	0,14
Bela Vista de Goiás	27.628	0,42
Bonfinópolis	8.694	0,13
Brazabrantes	3.526	0,05
Caldazinha	3.624	0,05
Caturai	4.977	0,08
Goianápolis	11.024	0,17
Goiânia	1.430.697	21,64
Goianira	39.484	0,60
Guapó	14.441	0,22
Hidrolândia	19.761	0,30
Inhumas	51.543	0,78
Nerópolis	27.341	0,41
Nova Veneza	9.105	0,14
Santo Antônio de Goiás	5.527	0,08
Senador Canedo	100.367	1,52
Terezópolis de Goiás	7.389	0,11
Trindade	117.454	1,78
<b>Total RM</b>	<b>2.421.831</b>	<b>36,64</b>
Interior	4.188.850	63,36
<b>Total do Estado</b>	<b>6.610.681</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor.

Os 20 municípios da Região Metropolitana de Goiânia comportam 36,64% da população do estado que possui 246 municípios. O mapa 4 apresenta a taxa de CVLI dos municípios do estado de Goiás nos dois períodos analisados.

Mapa 4 – Taxa de CVLI Goiás (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

O padrão de aumento da violência se mantém consistente. No primeiro período, a macha escura, que se encontrava em torno do Distrito Federal, avançou também para o sudeste do estado com destaque para quase a totalidade da Região Metropolitana. No primeiro período, trinta e cinco municípios apresentavam taxa de CVLI entre 0,0 e 10,0. Já no segundo período a quantidade de cidades nessa faixa de taxa de CVLI caiu para cinco. Por outro lado, a quantidade de municípios com taxa de CVLI acima de 30,0 passou de 37 para 89, um aumento de 141%. A tabela 10 consolida o comparativo.

Tabela 10 – Municípios por Taxa CVLI Goiás (2004-2005) X (2014-2015)

TAXA	2004-2005	2014-2015	Δ%
0	60	48	-20,00
0 a 10	35	5	-85,71
10 a 20	72	49	-31,94
20 a 30	42	55	30,95
Acima de 30	37	89	140,54

Fonte: O autor.

O índice de Correlação Espacial para o primeiro período foi de 0,259, já para o segundo período o indicador mensurado chegou a 0,232. Apesar de uma diminuição da correlação, que pode dificultar a implantação de políticas públicas focadas no problema, observando o mapa 4, identifica-se que a região ao entorno de Brasília e no sul do Estado como pontos que merecem um maior destaque do gestor público quanto a implementação de ações de combate a violência.

Destacamos o município de Quirinópolis com aproximadamente 47 mil habitantes, distante 285 km da capital Goiânia e que apresentou uma evolução da taxa de CVLI nos dois períodos analisados na ordem de 164%. A cidade registrou três homicídios em 2011 (melhor resultado da série histórica) e 43 registros em 2015 (pior ano do período). Considerando apenas os assassinatos praticados com armas de fogo, Quirinópolis apareceu no Mapa da Violência 2015 na posição 131º dentre os 150 municípios mais violentos do País e o quarto mais violento do Estado<sup>36</sup>.

Ao analisar as taxas de CVLI nos dois períodos, comparando os municípios do Interior com os municípios da Região Metropolitana, assim como no Estado do Ceará, houve um recrudescimento maior da violência na RM de Goiânia (63,54%) em se comparado com os demais municípios do estado (53,38%).

<sup>36</sup> Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf), acesso em 13 abril 2018. Segundo Silva (2010), o problema da violência em Quirinópolis não é recente, a cidade chegou a ser conhecida por “Criminópolis” entre as décadas de 1960-70, muito devido a não resolução dos conflitos pelo diálogo e sim pelo instinto e pela força, característica socioculturais da personificação do valente.

A tabela 11 consolida o comparativo.

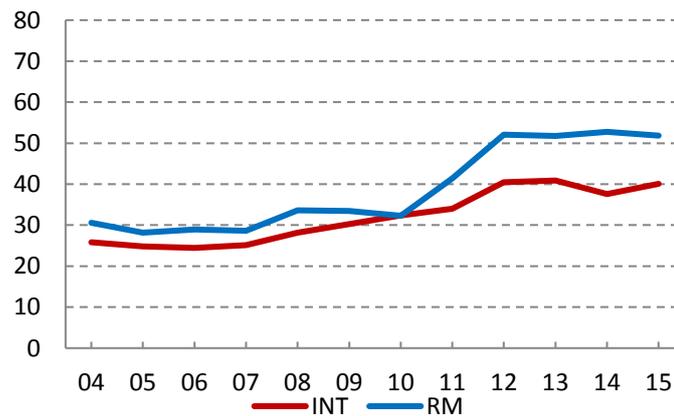
Tabela 11 – Taxa CVLI Goiás (2004-2005) X (2014-2015)

Região	Medida	2004-2005	2014-2015	Δ%
INT	Taxa	25,33	38,85	53,38
	Desvio Padrão	18,06	24,46	35,41
RM	Taxa	29,36	52,31	78,17
	Desvio Padrão	17,07	28,74	68,28
ESTADO	Taxa	26,77	43,78	63,54
	Desvio Padrão	17,99	24,84	38,09

Fonte: O autor.

No interior, a taxa passou de 25,33 no início da série para 38,85 no final, o que representa um incremento de 53,38%. Por sua vez, a taxa de homicídios na região metropolitana cresceu 78,17%, passando de 29,36 em 2004/2005 para 52,31 em 2014/2015. O gráfico 4 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004 a 2015 dos municípios do interior e da RM de Goiânia.

Gráfico 4 – Evolução Taxa CVLI Goiás 2004-2015 (Interior e RM)<sup>37</sup>



Fonte: O autor.

Observa-se que no início da série histórica as taxas eram muito próximas, até que em 2010 a taxa de CVLI dos municípios do interior superou a taxa das cidades da RM<sup>38</sup>. Entretanto, a partir de 2010 a velocidade de crescimento da violência na RM foi superior à ocorrida no Interior, fazendo com que a diferença das taxas atualmente se encontre no maior patamar da série.

<sup>37</sup> Correlação de Pearson = 0,960, p-valor 0,001.

<sup>38</sup> Em 2010 a taxa apresentada pelo interior foi de 32,40, enquanto a taxa da região metropolitana de Goiânia foi de 32,26.

Para Franco (2014), as cidades goianas que registraram a maior incidência de mortes são a capital e as cidades do entorno do Distrito Federal, onde houve um crescimento populacional desordenado e os serviços de saúde, educação e emprego não acompanharam o mesmo ritmo. Não existem políticas públicas e oportunidades voltadas para os adolescentes que buscam outras maneiras de enriquecimento mais rápido, como o tráfico de drogas. Além disso, muitos jovens resolvem seus conflitos de forma violenta como forma de se impor perante a sociedade.

Analisando a variação da taxa de homicídios de acordo porte das cidades, em todas elas ocorreu o incremento índices de homicídios. Destaca-se, entretanto, o aumento de 107% da taxa de CVLI nos municípios de 10 a 20 mil habitantes, como também acréscimo da taxa nos municípios acima de 500 mil habitantes. Em 2004, apenas a capital Goiânia encontrava-se nessa faixa e, em 2015, o município de Aparecida de Goiânia também passou a possuir mais de 500 mil habitantes. Nos dois períodos estudados as taxas de CVLI de Goiânia e Aparecida de Goiânia subiram 77% e 55% respectivamente. A tabela 12 traz a variação do CVLI em virtude do porte.

Tabela 12 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios GO (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	11,5	18,3	59,13
5 a 10 mil	18,5	28,9	56,22
10 a 20 mil	14,2	29,4	107,04
20 a 50 mil	20,8	30,4	46,15
50 a 100 mil	31,1	46,6	49,84
100 a 200 mil	43,8	60,2	37,44
200 a 500 mil	34,2	40,7	19,01
Acima de 500 mil	28,0	53,0	89,29
<b>Total</b>	<b>26,8</b>	<b>43,8</b>	<b>63,43</b>

Fonte: O autor.

De acordo com o Atlas da Violência 2017, considerando as cidades com mais de 100 mil habitantes, o Estado de Goiás possui quatro cidades (Novo Gama, Luziânia, Senador Canedo e Trindade) dentre as 30 mais violentas do país. O 11º Anuário da Segurança Pública (2015) traz o Estado de Goiás como o quinto maior índice de homicídios do Brasil, o segundo em violência contra a mulher e a maior taxa de latrocínios do país. Para Macedo (2018), embora não haja estudos específicos sobre o assunto, ela aponta como possíveis causas: os conflitos

decorrentes do tráfico de drogas, os crimes patrimoniais, e a falta de habilidade para se resolver os conflitos interpessoais<sup>39</sup>.

Em síntese, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI em Goiás cresceu 63,54% entre 2004 e 2015; (2) o incremento no Interior (53,38%) foi menor do que a variação da RMR (78,17%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de 10 a 20 mil habitantes e (4) a literatura aponta o tráfico de drogas como principal obstáculo a ser enfrentado.

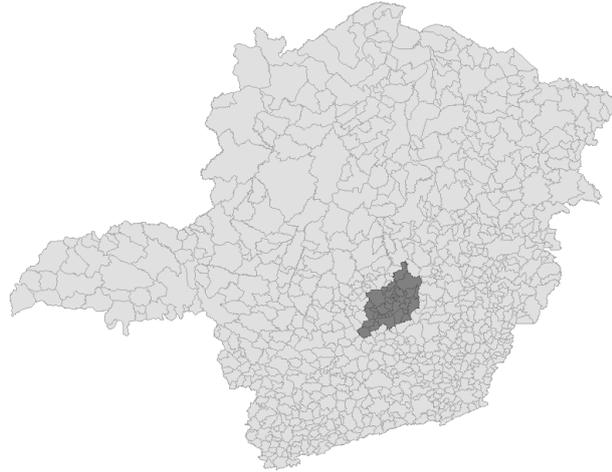
---

<sup>39</sup> Bartira Macedo é professora de direito da Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/monitor-da-violencia-goias-registrou-172-crimes-violentos-em-janeiro-deste-ano-aponta-estudo.ghtml>, acesso em 25 abril 2018.

## 2.5 MINAS GERAIS

A Região Metropolitana de Belo Horizonte foi instituída pela Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, abrangendo inicialmente 14 municípios. Em 2006 foi promulgada a Lei Complementar 89 que dispôs sobre a RM de Belo Horizonte, que atualmente aglomera 34 cidades<sup>40</sup>.

Figura 5 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



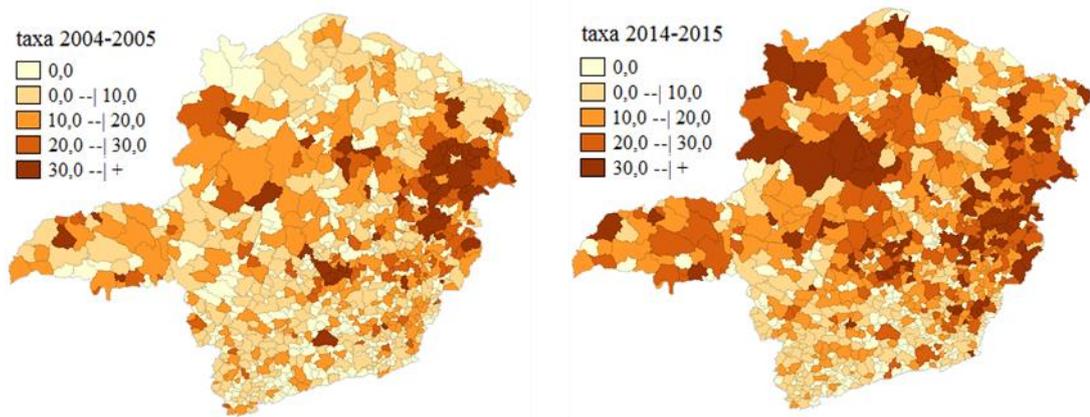
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Baldim	8.071	0,04	Mário Campos	14.624	0,07
Belo Horizonte	2.502.557	11,99	Mateus Leme	30.155	0,14
Betim	417.307	2,00	Matozinhos	36.719	0,18
Brumadinho	37.857	0,18	Nova Lima	89.900	0,43
Caeté	43.739	0,21	Pedro Leopoldo	62.951	0,30
Capim Branco	9.537	0,05	Raposos	16.230	0,08
Confins	6.478	0,03	Ribeirão das Neves	322.659	1,55
Contagem	648.766	3,11	Rio Acima	9.924	0,05
Esmeraldas	67.208	0,32	Rio Manso	5.684	0,03
Florestal	7.209	0,03	Sabará	134.382	0,64
Ibirité	173.873	0,83	Santa Luzia	216.254	1,04
Igarapé	39.774	0,19	São Joaquim de Bicas	29.162	0,14
Itaguara	13.172	0,06	São José da Lapa	22.257	0,11
Itatiaiuçu	10.781	0,05	Sarzedo	29.889	0,14
Jaboticatubas	19.052	0,09	Taquaraçu de Minas	4.030	0,02
Nova União	5.779	0,03	Vespasiano	118.557	0,57
Juatuba	25.087	0,12	<b>Total RM</b>	<b>5.239.394</b>	<b>25,11</b>
Lagoa Santa	59.770	0,29	Interior	15.629.707	74,89
			<b>Total do Estado</b>	<b>20.869.101</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor. a partir dos dados do IBGE

<sup>40</sup> Ver: Art. 1º A Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, de que trata a Lei Complementar nº 26, de 14 de janeiro de 1993, passa a reger-se pelas normas estabelecidas nesta lei complementar. Art. 2º Integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte os Municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=89&ano=2006>, acesso em 25 abril 2018

Os 34 municípios da região metropolitana de Belo Horizonte comportam 25,11% da população do Estado de Minas Gerais que possui 853 municípios. O mapa 5 ilustra a taxa de CVLI dos municípios nos dois períodos analisados.

Mapa 5 – Taxa de CVLI Minas Gerais (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Observa-se um aumento da mancha mais escura que representam as taxas de CVLI acima de 30 para cada grupo de 100 mil habitantes e uma diminuição da mancha mais clara na qual representa os municípios com ausência de registros de CVLI. Além disso, ocorreu a queda na quantidade de municípios com taxas de CVLI inferiores a 10 para cada grupo de 100 mil habitantes, e um incremento de municípios com taxas acima de 10. A faixa que mais sofreu aumento foi a das cidades com taxas superiores a 30, que no primeiro período aglomerava 59 municípios e no segundo período possuía 112, um acréscimo de 89,93%. A tabela 13 consolida o comparativo.

Tabela 13 – Municípios por Taxa CVLI Minas Gerais (2004-2005) X (2014-2015)

TAXA	2004-2005	2014-2015	Δ%
0	304	213	-29,93
0 a 10	230	187	-18,70
10 a 20	186	228	22,58
20 a 30	74	113	52,70
Acima de 30	59	112	89,83

Fonte: O autor.

O índice de Moran para o primeiro período foi de 0,365, já para o segundo período o indicador caiu para 0,313. Fato que pode ser verificado no Apêndice E, com a diminuição significativa da quantidade de municípios que possuíam baixas taxas de CVLI assim como seus vizinhos, o número caiu de 100 para 54, e os municípios vizinhos com altas taxas caíram de 81 para 64.

Destacamos o município de Jaíba, situado no norte do Estado, distante 622 km da Capital e com uma população de 32 mil habitantes. Até 2010, a cidade apresentava números brutos de CVLI abaixo de 7 e, a partir de 2010, com exceção do ano de 2016 (8 homicídios), sempre apresentou mais do que dez registros chegando ao número de 27 assassinatos em 2015, o que representa um aumento de 800% em relação a 2004, enquanto a população cresceu 20% no mesmo período.

A região vem recebendo uma série de investimentos, instalações de empresas, se tornando um atrativo para um número cada vez maior de trabalhadores, graças ao maior projeto de cultivo irrigado da América Latina – Projeto Jaíba<sup>41</sup>. Segundo César Luiz da Silva<sup>42</sup>, o aparato da segurança pública não acompanha o crescimento vivido pelo município, ele pontua a ausência de cadeia e fórum, quantidade de viaturas insuficientes para atender as ocorrências e o déficit do efetivo policial<sup>43</sup>.

Ao comparar as taxas de CVLI, nos dois períodos, dos municípios do interior com os da Região Metropolitana, observa-se um aumento na ordem de 54,02% da taxa de CVLI no interior, em contrapartida um decréscimo de 36,30% nas cidades da região metropolitana. Resultando em uma variação quase nula, se considerarmos o Estado como um todo. A tabela 14 consolida o comparativo.

Tabela 14 – Taxa CVLI Minas Gerais (2004-2005) X (2014-2015)

Região	Medida	2004-2005	2014-2015	Δ%
INT	Taxa	11,81	18,19	54,02
	Desvio Padrão	11,40	14,25	25,06
RM	Taxa	52,21	33,26	-36,30
	Desvio Padrão	31,79	19,29	-39,31
ESTADO	Taxa	22,02	21,97	-0,23
	Desvio Padrão	12,84	14,49	12,79

Fonte: O autor.

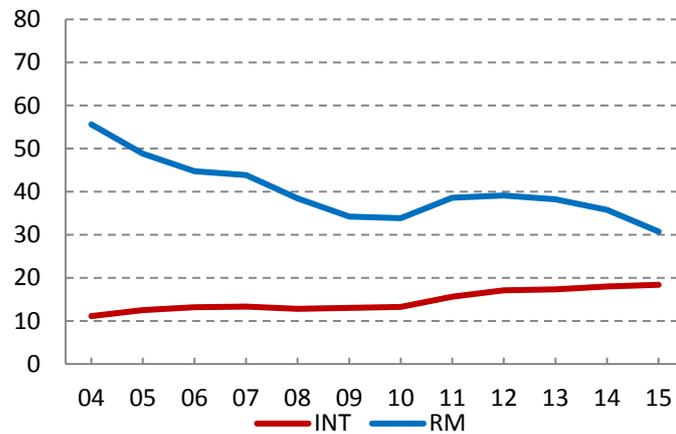
<sup>41</sup> A implantação do Projeto Jaíba, com a área total de 107,6 mil ha e área irrigável estimada em 65,8 mil ha, compreende estudos e projetos, aquisição de terras, infraestrutura básica de uso comum e medidas de proteção ambiental. Inclui também administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/jaiba-ii-iii-iv>, acesso em 20 de agosto de 2018.

<sup>42</sup> Presidente do Conselho de Segurança Pública de Jaíba (Consep).

<sup>43</sup> Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/ja%C3%ADBa-sofre-com-criminalidade-1.697258>, acesso em 25 abril 2018.

O gráfico 5 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004 a 2015 dos municípios do interior em comparação com os da RM de Belo Horizonte.

Gráfico 5 – Evolução Taxa CVLI Goiás 2004-2015 (Interior e RM)<sup>44</sup>



Fonte: O autor.

No interior, a taxa passou de 11,81 no início da série para 18,19 no final. Por sua vez, a taxa de homicídios na região metropolitana foi de 52,21 em 2004/2005 para 33,26 em 2014/2015. Observando o Estado como um todo, a variação apresentada nos dois períodos foi de -0,23%, com taxas muito próximas nos dois períodos 22,02/21,97.

Para Cruz et al. (2010), a queda dos homicídios na RM de Belo Horizonte se deve a alguns fatores: (i) a introdução de políticas sistêmicas voltadas para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão do sistema e de suas organizações (tais como procedimentos operacionais padrão, áreas integradas de atuação operacional); (ii) aumento dos recursos financeiros destinados à área; (iii) a expansão da agenda na área de segurança pública (através da inserção sistêmica do município e da sociedade civil e de seus correlatos institucionais); (iv) mudanças estruturais de natureza demográfica e socioeconômica; e, por fim, (v) o exercício de uma política massiva de encarceramento<sup>45</sup>. O autor destaca ainda a importância de uma série de programas implementados pelo Governo do Estado no período como: Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!<sup>46</sup>, Programa Mediação de Conflitos, Programa Central de Penas Alternativas, Programa de Reintegração Social do Egresso.

<sup>44</sup> Correlação de Pearson = -0,636, p-valor = 0,026.

<sup>45</sup> Ao correlacionar a taxa de CVLI das 27 unidades da federação com a taxa de encarceramento para cada grupo de 100 mil habitantes, de 2005 a 2014 identificou-se uma correlação negativa baixa entre as duas taxas (-0,101) e estatisticamente não significativa p-valor (0,099).

<sup>46</sup> O Fica Vivo! é um programa de prevenção social à criminalidade que possui foco na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, atuando em áreas que registram maior concentração de homicídios. O programa Fica Vivo! articula dois eixos de atuação: Proteção Social e Intervenção Estratégica. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoas>, acesso em 26 abril 2018.

Para Sapori (2013), a disseminação do crime para o interior de Minas se deve a uma maior repressão policial nas cidades de grande porte, enquanto os municípios pequenos ficaram em segundo plano e o crescimento do tráfico de drogas, principalmente do crack<sup>47</sup>, atraído pelo aumento do poder econômico no interior<sup>48</sup>.

Ao analisar a taxa de CVLI de acordo porte das cidades, as faixas que englobam municípios até 100 mil habitantes, ocorreu um aumento médio de 46%. A faixa de 100 a 500 mil apresentou variações pequenas, já nos municípios acima de 500 mil habitantes (Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia e Juiz de Fora) observa-se uma redução de 38%. A tabela 15 traz a variação do CVLI em virtude do porte.

Tabela 15 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios MG (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	8,1	10,0	23,46
5 a 10 mil	8,8	13,8	56,82
10 a 20 mil	9,8	14,8	51,02
20 a 50 mil	12,2	19,1	56,56
50 a 100 mil	14,4	20,5	42,36
100 a 200 mil	19,7	20,4	3,55
200 a 500 mil	34,6	34,2	-1,16
Acima de 500 mil	46,2	28,5	-38,31
<b>Total</b>	<b>22,0</b>	<b>21,9</b>	<b>-0,23</b>

Fonte: O autor.

O Mapa da Violência 2012<sup>49</sup> apesar de pontuar redução agregada de 38,5% nas cidades com mais de 500 mil habitantes – Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora e Uberlândia – essa queda é impulsionada principalmente pela regressão na capital do Estado. Já em Uberlândia e Juiz de Fora, localizadas no interior, as taxas crescem, assim como nos municípios com menos de 100 mil habitantes. Em 2017, Belo Horizonte registrou o menor número de homicídios em

<sup>47</sup> O crack é uma substância psicoativa estimulante, preparada à base da mistura da pasta de cocaína com bicarbonato de sódio, onde também são misturadas diversas substâncias tóxicas como gasolina, querosene e até água de bateria. Ao ser fumado, é absorvido pelo pulmão e chega ao cérebro em 10 segundos, o usuário sente grande prazer, intensa euforia, sensação de poder, excitação, hiperatividade, insônia, perda de sensação de cansaço e falta de apetite. Após esse efeito segue-se repentina e profunda depressão e surge desejo intenso de uso repetido imediato, daí o vício. O Crack traz inúmeras consequências físicas, psicológicas e sociais aos seus usuários. Disponível em: [www.ilbj.org.br/userfiles/cartilhacrack.pdf](http://www.ilbj.org.br/userfiles/cartilhacrack.pdf), acesso em 01 de outubro de 2018.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://www.sindpolmg.org.br/dobra-o-numero-de-homicidios-em-minas/>, acesso em 20 julho 2018.

<sup>49</sup> Ver: Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

§ 6º A região metropolitana de Curitiba constitui-se dos Municípios de: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_mg.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mg.pdf), acesso em 26 abril 2018.

17 anos (519). Para Matheus Cobucci, chefe do DHPP, a queda se deve, especialmente, à desarticulação de quadrilhas do tráfico de drogas. Para o secretário de Segurança Pública, Sérgio Barboza Menezes, a redução também se deve a contratação de novos policiais militares, ao incremento no número de viaturas e uma gestão focada em prevenção e integração<sup>50</sup>.

Em resumo, os principais resultados indicam que: (1) em Minas Gerias verificou-se uma variação quase nula (-0,23%) da taxa de CVLI se compararmos os dois períodos; (2) enquanto o Interior registrou um incremento de (54,02%) a RM apresentou redução de (-36,39%) ; (3) ao se considerar o porte, os municípios com 5 a 10 mil e 20 a 50 mil habitantes apresentaram elevações da violência consideráveis (56%) e (4) a literatura aponta como principais causas da redução dos índices na RM, o aumento de investimentos e o foco na desarticulação de grupos criminosos ligados ao tráfico.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/bh-registra-o-menor-%C3%ADndice-de-homic%C3%ADdio-dos-%C3%BAltimos-17-anos-1.1562733>, acesso em 26 abril 2018.

## 2.6 PARANÁ

A região metropolitana de Curitiba foi instituída pela Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, abrangendo inicialmente 14 municípios<sup>51</sup>. Atualmente, a região possui 29 cidades, conforme pode ser visualizado na figura 6.

Figura 6 – Região Metropolitana de Curitiba



MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Adrianópolis	6.333	0,06	Lapa	47.557	0,43
Agudos do Sul	8.983	0,08	Mandirituba	24.905	0,22
Almirante Tamandaré	112.870	1,01	Piên	12.211	0,11
Araucária	133.428	1,20	Pinhais	127.045	1,14
Balsa Nova	12.337	0,11	Piraquara	104.481	0,94
Bocaiúva do Sul	12.159	0,11	Quatro Barras	22.048	0,20
Campina Grande do Sul	41.821	0,37	Quitandinha	18.419	0,17
Campo do Tenente	7.693	0,07	Rio Branco do Sul	32.232	0,29
Campo Largo	124.098	1,11	Rio Negro	33.395	0,30
Campo Magro	27.517	0,25	São José dos Pinhais	297.895	2,67
Cerro Azul	17.755	0,16	Tijucas do Sul	15.970	0,14
Colombo	232.432	2,08	Tunas do Paraná	7.559	0,07
Contenda	17.525	0,16	Doutor Ulysses	5.808	0,05
Curitiba	1.879.355	16,84	<b>Total RM</b>	<b>3.502.790</b>	<b>31,38</b>
Fazenda Rio Grande	92.204	0,83	Interior	7.660.228	68,62
Itaperuçu	26.755	0,24	<b>Total do Estado</b>	<b>11.163.018</b>	<b>100,00</b>

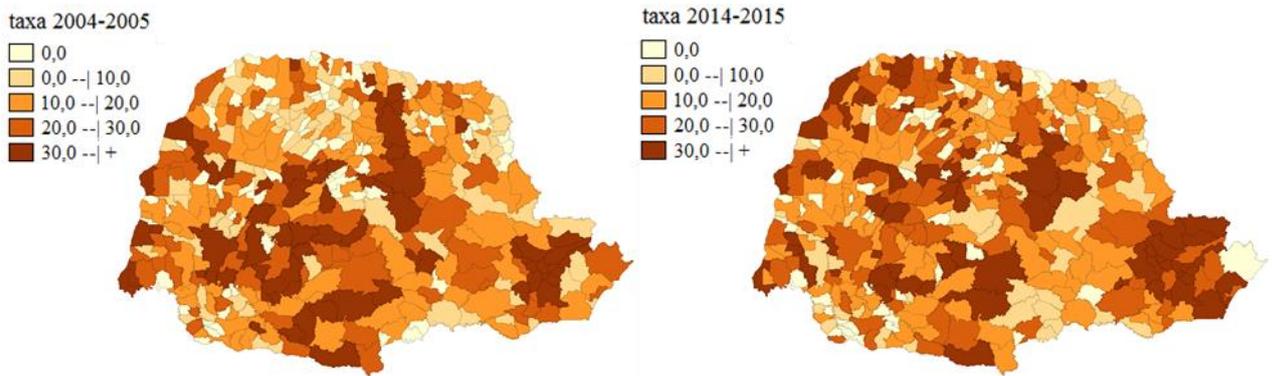
Fonte: O autor. a partir dos dados do IBGE

A RM de Curitiba comporta 31% da população do estado que possui 399 municípios. O mapa 6 apresenta a taxa de CVLI dos municípios do estado de Paraná nos dois períodos. Diferentemente dos outros estados analisados, visualmente não percebemos mudanças

<sup>51</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm), acesso em 12 abril 2018

significativas entre as manchas mais claras e as mais escuras, apesar de ocorrerem pequenos acréscimos na quantidade de municípios com taxas superiores apresentadas no segundo período em se comparado com o primeiro.

Mapa 6 – Taxa de CVLI Paraná (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Analisando a quantidade de municípios em decorrência da taxa de CVLI, observamos pequenas variações entre as faixas, que explica a pouca variação visual apresentadas no mapa 12. A única faixa que apresentou uma variação superior as demais foi a que engloba os municípios com taxas de CVLI entre 0 e 10, que no primeiro período apresentava 71 municípios e no segundo período apresentou 46, uma redução de 35%. A tabela 16 ilustra esse comparativo.

Tabela 16 – Municípios por Taxa CVLI Paraná (2004-2005) X (2014-2015)

TAXA	2004-2005	2014-2015	Δ%
0	76	68	-10,53
0 a 10	71	46	-35,21
10 a 20	110	125	13,64
20 a 30	73	80	9,59
Acima de 30	69	80	15,94

Fonte: O autor.

O índice de Moran para o primeiro período foi de 0,318, já para o segundo período o indicador caiu chegou a 0,172. Sendo o segundo menor valor dentre os estados estudados, perdendo apenas para o Amazonas.

Dentre os municípios que apresentaram maiores aumentos na taxa de CVLI, destaque-se Telêmaco Borba (conhecida como a Capital Nacional do Papel) distante 235 km de Curitiba, com aproximadamente 77 mil habitantes que apresentou uma elevação de 185% na taxa de

CVLI. Passando de doze homicídios em 2004 para quarenta e dois em 2015, figurando na lista das cidades mais violentas do país segundo o Mapa da Violência 2016<sup>52</sup>.

Ao comparar os municípios do interior com os da Região Metropolitana, as duas apresentaram quedas nas taxas de CVLI. Entretanto, a redução verificada no interior do Estado (-11,05%) foi superior a apresentada na RM (-4,55). A tabela 17 consolida o comparativo.

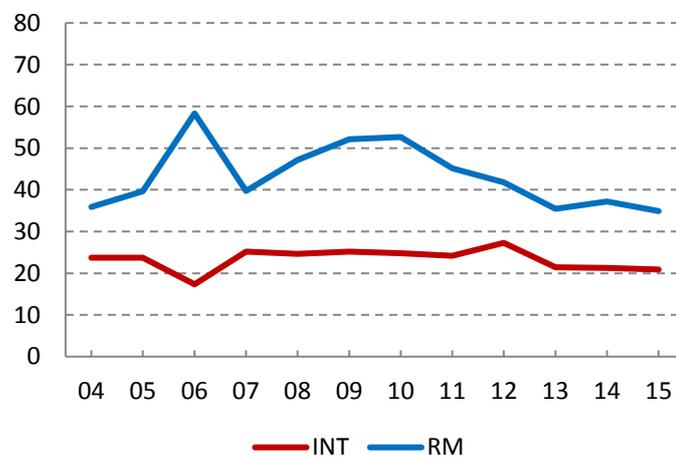
Tabela 17 – Taxa CVLI Paraná (2004-2005) X (2014-2015)

Região	Medida	2004-2005	2014-2015	Δ%
INT	Taxa	23,71	21,09	-11,05
	Desvio Padrão	17,40	14,27	-17,97
RM	Taxa	37,77	36,05	-4,55
	Desvio Padrão	26,63	18,13	-31,90
ESTADO	Taxa	28,12	25,77	-8,36
	Desvio Padrão	18,23	14,58	-19,97

Fonte: O autor.

O gráfico 6 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004 a 2015 dos municípios do interior e dos municípios da RM de Curitiba.

Gráfico 6 – Evolução Taxa CVLI Paraná 2004-2015 (Interior e RM)<sup>53</sup>



Fonte: O autor.

As taxas apresentadas atualmente estão bem próximas do início da série histórica, entretanto o comportamento de ambas não foi regular durante todo o período. Por exemplo, em

<sup>52</sup> O município ocupou 265º lugar no ranking nacional em incidência de assassinatos por arma de fogo, disponível em [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf), acesso em 29 abril 2018.

<sup>53</sup> Correlação de Pearson = -0,095, p-valor = 0,769.

2006, coincidência ou não, se verifica a pior taxa da série histórica da RM (58,3), contra a melhor das cidades do interior (17,3). Analisando a variação da taxa de homicídios de acordo porte, nos pequenos e médios municípios – 5 até 200 mil habitantes- observa-se pequenos acréscimos taxas de CVLI, não superiores a 16%. Já nos maiores são verificadas quedas acima de 20% nos dois períodos analisados. A tabela 18 traz a variação do CVLI em virtude do porte.

Tabela 18 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios PR (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	13,3	11,8	-11,28
5 a 10 mil	16,2	18,7	15,43
10 a 20 mil	19,3	19,7	2,07
20 a 50 mil	23,2	23,5	1,29
50 a 100 mil	26,4	27,5	4,17
100 a 200 mil	28,3	32,1	13,43
200 a 500 mil	39,2	29,4	-25,00
Acima de 500 mil	35,7	27,7	-22,41
<b>Total</b>	<b>28,1</b>	<b>25,8</b>	<b>-8,19</b>

Fonte: O autor.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná, em 2017, foram registrados 2.184 homicídios, contra 2.476 registrados em 2016, uma redução de 12%. Na Região Metropolitana de Curitiba a redução de assassinatos foi de 15,3% e em todo o interior a queda registrada foi de 8%. Para os gestores da Segurança Pública do Estado, os resultados decorrem do aumento investimentos em pessoal, viaturas e armamento, criação da Divisão de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) na capital e algumas delegacias de homicídios no interior, integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, estabelecimento de protocolos referentes ao atendimento e preservação de locais de crimes favorecendo a identificação de testemunhas e autores<sup>54</sup>.

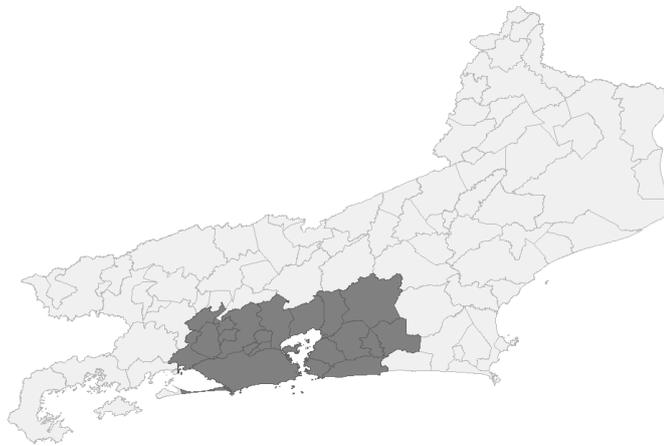
Em síntese, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI no Paraná reduziu 8,36% entre 2004 e 2015; (2) a redução no Interior (11,05%) foi maior do que a variação da RMR (4,55); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de 5 a 10 mil habitantes e (4) a literatura aponta como fatores preponderantes para a redução dos homicídios no Estado o aumento dos investimentos e a criação de delegacias de homicídios.

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.aprapr.org.br/2018/01/19/relatorios-estatisticos-de-2017-de-acordo-com-a-secretaria-e-seguranca-publica-do-pr/>, acesso em 29 abril 2018.

## 2.7 RIO DE JANEIRO

A região metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída pela Lei Complementar nº 20 de 1º de julho de 1974, abrangendo inicialmente 14 municípios<sup>55</sup>. No decorrer dos anos, após algumas inclusões e desmembramentos, esse número passou para 21 cidades. Atualmente, a RM comporta 74% da população do Estado, sendo em termos percentuais a que possui maior população em relação ao Estado como um todo, deste estudo.

Figura 7 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro



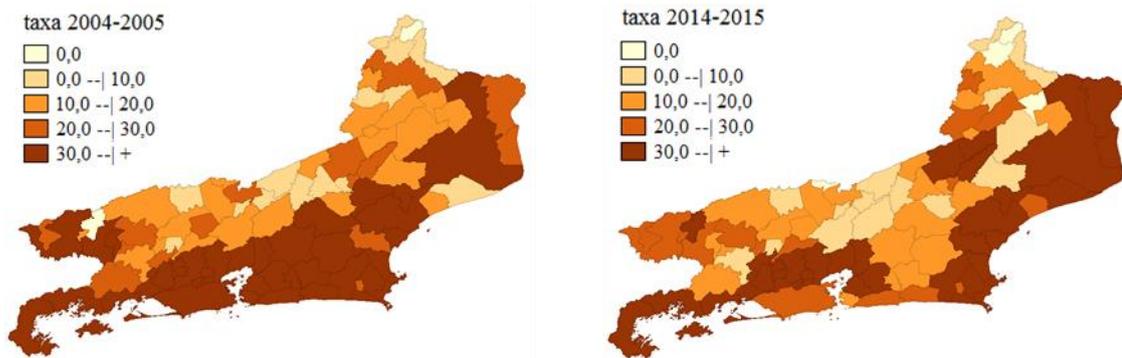
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Belford Roxo	481.127	2,91	Nova Iguaçu	807.492	4,88
Cachoeiras de Macacu	56.290	0,34	Paracambi	49.521	0,30
Duque de Caxias	882.729	5,33	Queimados	143.632	0,87
Guapimirim	56.515	0,34	Rio Bonito	57.615	0,35
Itaboraí	229.007	1,38	Rio de Janeiro	6.476.631	39,13
Itaguaí	119.143	0,72	São Gonçalo	1.038.081	6,27
Japeri	99.863	0,60	São João de Meriti	460.625	2,78
Magé	234.809	1,42	Seropédica	82.892	0,50
Maricá	146.549	0,89	Tanguá	32.426	0,20
Mesquita	170.751	1,03	<b>Total RM</b>	<b>12.280.703</b>	<b>74,20</b>
Nilópolis	158.309	0,96	Interior	4.269.321	25,80
Niterói	496.696	3,00	<b>Total do Estado</b>	<b>16.550.024</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor.

<sup>55</sup> Ver: Art. 19 - Fica estabelecida, na forma do art. 164 da Constituição, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Parágrafo único - A Região Metropolitana do Rio de Janeiro constitui-se dos seguintes Municípios: Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo, São João de Meriti e Mangaratiba. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp20.htm), acesso em 03 maio 2018

O mapa 7 apresenta a taxa de CVLI dos municípios do Rio de Janeiro nos dois períodos analisados. Observa-se que no primeiro período a mancha mais escura (municípios com taxa de CVLI acima de 30) concentra-se na região metropolitana e em alguns municípios limítrofes, já no segundo período, a mancha se desloca para a região norte.

Mapa 7 – Taxa de CVLI Rio de Janeiro (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Observa-se um deslocamento da mancha mais escura da região metropolitana para os municípios situados ao nordeste. Porém se analisarmos a quantidade de municípios em decorrência da sua taxa, a variação é pequena, conforme pode ser visualizado na tabela 19.

Tabela 19 – Municípios por Taxa CVLI Rio de Janeiro (2004-2005) X (2014-2015)

TAXA	2004-2005	2014-2015	$\Delta\%$
0	2	4	100,00
0 a 10	14	15	7,14
10 a 20	22	22	0,00
20 a 30	15	16	6,67
Acima de 30	39	35	-10,26

Fonte: O autor.

O índice de Correlação Espacial para o primeiro período foi de 0,549, já para o segundo período o indicador mensurado chegou a 0,505. Esse valor é o segundo maior dos Estados analisados. Nesse sentido a implantação de políticas públicas devem estar alinhadas com a questão regional, pois municípios próximos possuem características semelhantes.

Dentre as cidades que apresentaram maiores aumentos na taxa de CVLI no comparativo dos dois períodos analisados, destaca-se São Francisco de Itabapoana distante 327 km do Rio de Janeiro, com aproximadamente 47 mil habitantes. Geograficamente, é a cidade do litoral do Estado mais situado ao norte, justamente onde se verificou a migração da mancha mais escura visualizada no mapa 14. A taxa média passou de 20,9 entre 2004 e 2005 para 50,83 entre 2014 e 2015, o que representa uma elevação de 143%.

Ao comparar os dados nos dois períodos, tanto o Interior com os municípios da Região Metropolitana, verificou-se reduções nas taxas de CVLI. Entretanto a diminuição observada na Região Metropolitana foi superior (39,34%) a apresentada no Interior (14,60%). A tabela 20 consolida o comparativo.

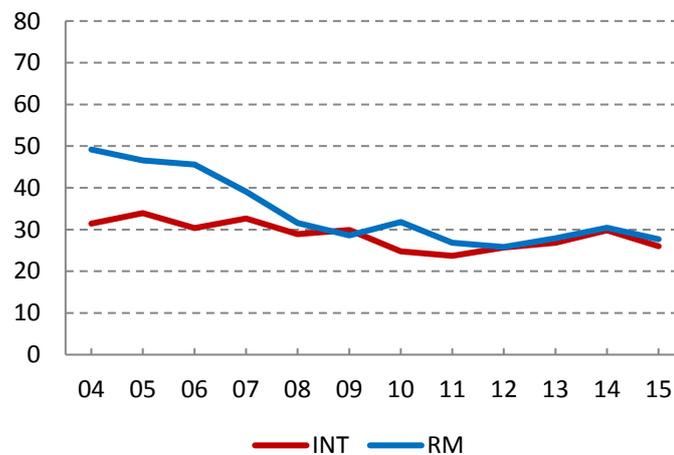
Tabela 20 – Taxa CVLI Rio de Janeiro (2004-2005) X (2014-2015)

Região	Medida	2004-2005	2014-2015	Δ%
INT	Taxa	32,67	27,90	-14,60
	Desvio Padrão	20,51	17,20	-16,16
RM	Taxa	47,91	29,06	-39,34
	Desvio Padrão	14,44	17,88	23,83
ESTADO	Taxa	44,21	28,76	-34,95
	Desvio Padrão	19,30	17,35	-10,05

Fonte: O autor.

O gráfico 7 mostra a essa evolução das duas taxas ao longo da série histórica.

Gráfico 7 – Evolução Taxa CVLI Rio de Janeiro 2004-2015 (Interior e RM)<sup>56</sup>



Fonte: O autor.

No interior, a taxa passou de 32,67 no início da série para 27,90 no final, o que representa uma redução de 14,60%. Por sua vez, a taxa de homicídios na região metropolitana decresceu 39,34%, passando de 47,91 em 2004/2005 para 29,06 em 2014/2015.

Observa-se que no início da série histórica a taxa de CVLI da RM era significativamente superior a apresentada pelos municípios do interior. Entretanto, no decorrer dos anos, a taxa de CVLI dos municípios da RM foi caindo em uma velocidade bem superior as taxas apresentadas no restante do Estado, chegando em 2009 a registrar números inferiores

<sup>56</sup> Correlação de Pearson = 0,765, p-valor = 0,001.

aos verificados no interior, a partir de 2012 o comportamento das duas taxas é bem similar, apresentando números muito próximos, conforme pode ser visto as linhas quase sobrepostas no gráfico.

O estudo “Retrato do espalhamento da mancha criminal no estado do Rio de Janeiro”, identificou este comportamento:

“o primeiro período, que se estende de 2007 a 2011, reduções significativas nas taxas de CVLI entretanto esta queda foi puxada pela melhora significativa da segurança na Capital, enquanto a Baixada e o interior do estado tiveram melhoras tímidas ou piores mais acentuadas em momentos de crise”.

O estudo aponta como possíveis causas dessa redução: a realização de operações de inteligência conjunta entre as instituições e lideradas pelas áreas de operações especiais e unidades especializadas; a colaboração da prefeitura da capital através da criação da Secretaria de Ordem Pública e da Secretaria Municipal de Conservação responsável pela conservação da cidade, através de ações de limpeza e iluminação urbana; a regularização do transporte alternativo; Criação da Delegacia de Homicídios da Capital; Definição da UPP como principal política de segurança e um alargamento da atuação da Secretaria de Segurança Pública.

“o segundo período tem início em 2011 e vai até o final de 2016. A mancha criminal começa a se espalhar pelo estado, em especial saindo da capital em direção à Baixada e ao interior. Em 2016, a Baixada e o interior concentraram mais homicídios dolosos do que a capital. Além disso, em 2015, a capital apresentou um crescimento vertiginoso na taxa de desaparecidos devendo-se investigar se este fenômeno está relacionado com uma mudança do comportamento de criminosos e, com isso, distorcendo a taxa de homicídios através da sua subnotificação”.

Cardoso e colaboradores (2016) creditam a redução ocorrida principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a implantação do Sistema Integrado de Metas (SIM) e das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)<sup>57</sup>.

Ao analisar a variação da taxa de homicídios de acordo com o porte das cidades, nos pequenos municípios até 20 mil habitantes- observa-se pequenos acréscimos taxas de CVLI. Já nos municípios maiores, acima de 50 mil habitantes, observa-se quedas acima 29% nos dois períodos.

---

<sup>57</sup> O SIM, criado em 2009, consiste num programa da Secretaria de Segurança do Estado, focado na redução dos indicadores de violência, estabelecendo metas de redução dos crimes de acordo com o seu impacto na sensação de insegurança da população. O programa concede premiações aos agentes de segurança pública que alcançam as suas metas. Já as UPP, iniciadas em 2008, possui com o objetivo de instituir polícias comunitárias em favelas como meio de recuperar e pacificar territórios ocupados por grupos criminosos.

A tabela 21 ilustra esse comparativo.

Tabela 21 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios RJ (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	22,1	-	-
5 a 10 mil	15,5	17,4	12,26
10 a 20 mil	13,5	14,8	9,63
20 a 50 mil	29,6	27,2	-8,11
50 a 100 mil	41,3	27,6	-33,17
100 a 200 mil	50,7	36,1	-28,80
200 a 500 mil	48,7	35,6	-26,90
Acima de 500 mil	44,7	25,6	-42,73
<b>Total</b>	<b>44,2</b>	<b>28,8</b>	<b>-34,84</b>

Fonte: O autor.

Segundo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro<sup>58</sup> em 2016 e 2017 a violência voltou a crescer no Estado. Em 2016 foram registrados 6.262 CVLIs, no ano seguinte 6.749, um aumento de 41% de em comparativo a 2015 (4.786). Com esse resultado, em 2017, o estado apresentou uma taxa de 40 CVLIs para cada grupo de 100 mil habitantes, pior resultado desde 2009. A taxa de homicídios decorrente de intervenção policial também foi a pior desde 2009 (6,6 ) totalizando 1.127 vítimas (17% do total das mortes). Na avaliação de Sento-Sé (2018), com a falência do projeto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), o Estado voltou a focar na "lógica do confronto", o que, conseqüentemente, elevou não só o número de vítimas civis, mas também de policiais<sup>59</sup>.

Em resumo, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI no Rio de Janeiro reduziu 34,95% entre 2004 e 2015; (2) a redução no Interior (-14,60%) foi menor do que a variação da RMR (-39,34%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de 5 a 10 mil habitantes e (4) a literatura aponta como fatores preponderantes para a redução dos homicídios no Estado a implantação do sistema integrado de metas e das unidades pacificadoras.

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/CrimesVida.html>, acesso em 02 maio 2018.

<sup>59</sup> João Trajano Sento-Sé Doutor, em Ciência Polícia, um dos coordenadores do LAV (Laboratório de Análise da Violência). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/04/rio-tem-media-de-15-homicidios-dolosos-por-dia-em-2018.htm>, acesso em 03 maio 2018.

## 2.8 RIO GRANDE DO SUL

A região metropolitana de Porto Alegre foi instituída pela Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, abrangendo inicialmente 14 municípios<sup>60</sup>. Atualmente, a RM conta com 34 cidades.

Figura 8 – Região Metropolitana do Rio Grande do Sul



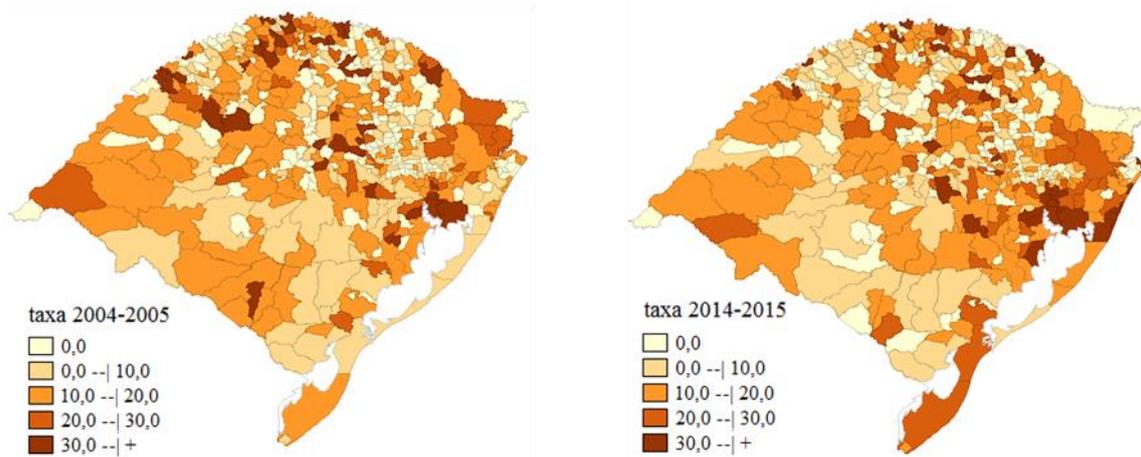
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Alvorada	206.561	1,84	Nova Santa Rita	25.700	0,23
Araricá	5.301	0,05	Novo Hamburgo	248.694	2,21
Arroio dos Ratos	14.197	0,13	Parobé	55.486	0,49
Cachoeirinha	125.975	1,12	Portão	33.994	0,30
Campo Bom	64.171	0,57	Porto Alegre	1.476.867	13,13
Canoas	341.343	3,03	Rolante	20.712	0,18
Capela de Santana	11.289	0,10	Santo Antônio da Patrulha	41.977	0,37
Charqueadas	38.281	0,34	São Jerônimo	23.527	0,21
Dois Irmãos	30.175	0,27	São Leopoldo	228.370	2,03
Eldorado do Sul	37.794	0,34	São Sebastião do Caí	24.676	0,22
Estância Velha	46.444	0,41	Sapiranga	79.560	0,71
Esteio	83.984	0,75	Sapucaia do Sul	138.357	1,23
Glorinha	7.518	0,07	Taquara	57.238	0,51
Gravataí	272.257	2,42	Triunfo	27.867	0,25
Guaíba	99.029	0,88	Viamão	251.978	2,24
Igrejinha	34.341	0,31	<b>Total RM</b>	<b>4.258.926</b>	<b>37,86</b>
Ivoti	22.012	0,20	Interior	6.989.046	62,14
Montenegro	63.216	0,56	<b>Total do Estado</b>	<b>11.247.972</b>	<b>100,00</b>
Nova Hartz	20.035	0,18			

<sup>60</sup> Ver: Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

§ 3º - A região metropolitana de Porto Alegre constitui-se dos Municípios de: Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm), acesso em 12 abril 2018.

A Região Metropolitana do Rio Grande do Sul comporta 38% da população do estado. O mapa 8 ilustra a taxa de CVLI dos municípios do Estado nos dois períodos analisados. Observa-se um aumento da mancha mais escura principalmente na região mais ao norte.

Mapa 8 – Taxa de CVLI Rio Grande do Sul (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Ao comparar a quantidade de municípios de acordo com a sua taxa, nos dois períodos, observa-se um aumento de 47,50% das cidades que possuíam taxas entre 20 e 30 CVLIs para cada grupo de 100 mil habitantes. Essa variação pode ser observada na tabela 22.

Tabela 22 – Municípios por Taxa CVLI Rio Grande do Sul (2004-2005) X (2014-2015)

<b>TAXA</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
0	187	178	-4,81
0 a 10	89	83	-6,74
10 a 20	141	137	-2,84
20 a 30	40	59	47,50
Acima de 30	40	40	0,00

Fonte: O autor.

O índice de Correlação Espacial para o primeiro período foi de 0,148, já para o segundo período o indicador mensurado chegou a 0,195. Um valor considerado baixo, mesmo considerando apenas a taxa de CVLI. Dessa forma a dinâmica de homicídios registradas em determinado município não reflete o ocorrido em cidades próximas, daí uma complexidade maior na implantação de políticas.

Ao comparar as taxas de CVLI dos municípios do Interior com os da Região Metropolitana, as duas regiões apresentaram elevação. Entretanto como ocorreu nos Estados do

Ceará e de Goiás o crescimento da violência na RM foi superior ao apresentado nos municípios do interior. A tabela 23 consolida o comparativo.

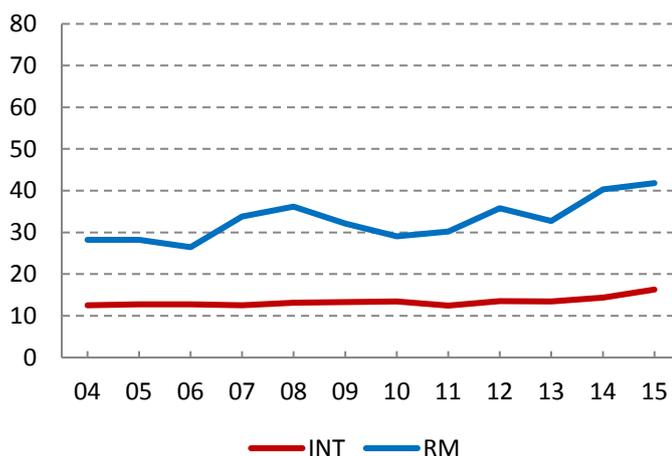
Tabela 23 – Taxa CVLI Rio Grande do Sul (2004-2005) X (2014-2015)

Região	Medida	2004-2005	2014-2015	Δ%
INT	Taxa	12,65	15,32	21,11
	Desvio Padrão	12,22	12,63	3,40
RM	Taxa	28,21	41,08	45,62
	Desvio Padrão	15,85	21,65	36,62
ESTADO	Taxa	18,54	25,07	35,22
	Desvio Padrão	12,50	13,44	7,56

Fonte: O autor.

O gráfico 8 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004-2015 do interior e da RM de Porto Alegre.

Gráfico 8 – Evolução Taxa CVLI Rio Grande do Sul 2004-2015 (Interior e RM) <sup>61</sup>



Fonte: O autor.

No interior, a taxa passou de 12,65 no início da série para 15,32 no final, o que representa um incremento de 21,11%. Por sua vez, a taxa de homicídios na região metropolitana cresceu 45,62%, passando de 28,21 em 2004/2005 para 41,08 em 2014/2015.

O comportamento da taxa de homicídios dos municípios do Interior do Estado é linear, desde 2004 as taxas nunca foram superiores a 17 e inferiores a 12. Em contrapartida os índices das cidades da RM possuem, desde 2006, tendência de crescimento, apresentando quedas em 2010 e 2013, voltando a crescer nos anos subsequentes.

Dentre as cidades região Metropolitana de Porto Alegre, destaca-se Alvorada com aproximadamente 207 mil, que apresentou em 2015 uma taxa de 78 CVLIs para cada grupo de

<sup>61</sup> Correlação de Pearson = 0,780, p-valor = 0,003.

100 mil habitantes, fazendo com que o município ocupasse a 19ª posição na lista das 150 Cidades mais violentas do país considerando apenas os homicídios praticados com arma de fogo<sup>62</sup>. Segundo dados da Secretaria da Segurança Pública, em 2017 a cidade registrou 187 assassinatos chegando a taxa de 90 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes se tornando a cidade mais violenta do Rio Grande do Sul. Para o delegado da cidade Edimar Machado a grande causa dos crimes decorrem pela disputa do tráfico<sup>63</sup>.

Nos municípios com até 10 mil habitantes, observa-se redução dos índices de CVLI, nos demais municípios em todas as faixas ocorreram aumento na taxa. As maiores elevações ocorreram nas cidades com população acima de 200 mil habitantes, incluindo a capital Porto Alegre. A tabela 24 consolida o comparativo por porte.

Tabela 24 – Δ% taxa de CVLI por porte dos Municípios RS (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	8,7	8,4	-3,45
5 a 10 mil	12,3	9,5	-22,76
10 a 20 mil	10,8	12,5	15,74
20 a 50 mil	12,3	15,8	28,46
50 a 100 mil	13,5	18,2	34,81
100 a 200 mil	19,6	23,8	21,43
200 a 500 mil	24,8	37,1	49,60
Acima de 500 mil	32,4	45,2	39,51
<b>Total</b>	<b>18,5</b>	<b>25,1</b>	<b>35,68</b>

Fonte: O autor.

Para especialistas o aumento da criminalidade deve-se a disputa entre facções criminosas pelo comando de pontos de tráfico de drogas e a falta de estrutura e controle dos presídios<sup>64</sup>. Brunet e colaboradores (2008) sugerem como fatores que apresentaram correlação com a violência e a criminalidade a densidade populacional, renda, educação e, principalmente, mulheres responsáveis pelo domicílio (*proxy* de desestruturação familiar).

Em síntese, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI no Rio Grande do Sul elevou-se 35,22% entre 2004 e 2015; (2) o aumento na RM (45,62%) foi superior do que a variação do Interior (21,11%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de população superior a 200 mil habitantes e (4) a literatura aponta como fatores preponderantes para esse aumento o tráfico de drogas e falta de estrutura dos presídios.

<sup>62</sup> Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf), acesso em 19 abril 2018.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/01/como-e-viver-na-cidade-mais-violenta-do-rio-grande-do-sul-cjcgkz3r701ku01ke699u8any.html>, acesso em 03 maio 2018.

<sup>64</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/especialistas-apontam-causas-para-o-aumento-da-violencia-no-rs.html>.

## 2.9 SÃO PAULO

A Região Metropolitana de São Paulo possui atualmente 39 municípios conforme pode ser verificado na figura 9.

Figura 9 – Região Metropolitana de São Paulo



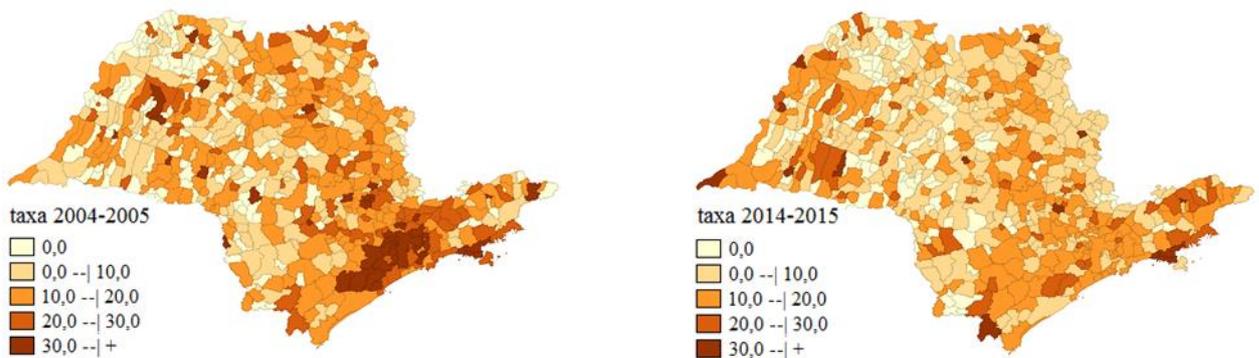
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Arujá	83.939	0,19	Mauá	453.286	1,02
Barueri	262.275	0,59	Mogi das Cruzes	424.633	0,96
Biritiba-Mirim	31.158	0,07	Osasco	694.844	1,57
Caieiras	95.780	0,22	Pirapora do Bom Jesus	17.646	0,04
Cajamar	71.805	0,16	Poá	113.793	0,26
Carapicuíba	392.294	0,88	Ribeirão Pires	120.396	0,27
Cotia	229.548	0,52	Rio Grande da Serra	48.302	0,11
Diadema	412.428	0,93	Salesópolis	16.688	0,04
Embu das Artes	261.781	0,59	Santa Isabel	54.926	0,12
Embu-Guaçu	67.296	0,15	Santana de Parnaíba	126.574	0,29
Ferraz de Vasconcelos	184.700	0,42	Santo André	710.210	1,60
Francisco Morato	168.243	0,38	São Bernardo do Campo	816.925	1,84
Franco da Rocha	145.755	0,33	São Caetano do Sul	158.024	0,36
Guararema	28.344	0,06	São Lourenço da Serra	15.177	0,03
Guarulhos	1.324.781	2,98	São Paulo	11.967.825	26,96
Itapequerica da Serra	167.236	0,38	Suzano	285.280	0,64
Itapevi	223.404	0,50	Taboão da Serra	272.177	0,61
Itaquaquecetuba	352.801	0,79	Vargem Grande Paulista	48.720	0,11
Jandira	118.832	0,27	<b>Total RM</b>	<b>21.090.791</b>	<b>47,51</b>
Juquitiba	30.642	0,07	Interior	23.305.693	52,49
Mairiporã	92.323	0,21	<b>Total do Estado</b>	<b>44.396.484</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor.

A região foi instituída pela Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, abrangendo inicialmente 37 municípios<sup>65</sup>. Em 2011, com a publicação da Lei complementar nº 1.139, mais dois municípios foram incorporados: Vargem Grande Paulista e São Lourenço da Serra<sup>66</sup>.

A Região Metropolitana comporta quase 48% da população do Estado. O mapa 9 apresenta a taxa de CVLI dos municípios de São Paulo nos dois períodos. Observa-se que a mancha mais escura que englobava quase que a totalidade da RM não aparece no segundo período. Além da RM, o Estado como um todo verifica-se a suavização da coloração no comparativo 04/05 com 14/15.

Mapa 9 – Taxa de CVLI São Paulo (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

No primeiro período cinquenta municípios apresentavam taxas de CVLI superiores a 30. No segundo período esse número caiu em 74,00%. Em contrapartida, a quantidade de municípios que possuíam taxas inferiores a 10 subiu em 72,09%.

<sup>65</sup> Ver: Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

§ 1º - A região metropolitana de São Paulo constitui-se dos Municípios de: São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm), acesso em 12 abril 2018

<sup>66</sup> Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2011/lei.complementar-1139-16.06.2011.html>, acesso em 04 maio 2018.

A tabela 25 consolida esse comparativo.

Tabela 25 – Municípios por Taxa CVLI São Paulo (2004-2005) X (2014-2015)

<b>TAXA</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
0	179	146	-18,44
0 a 10	129	222	72,09
10 a 20	208	213	2,40
20 a 30	79	51	-35,44
Acima de 30	50	13	-74,00

Fonte: O autor.

O índice de Moran para o primeiro período foi de 0,318, já para o segundo período o indicador mensurado chegou a 0,172. Dentre os estados analisados, São Paulo, foi teve a maior redução da autocorrelação espacial dos anos 04/05 comparado com 14/15. Fato este que pode estar relacionado ao conjunto de políticas públicas que foram implementadas pelo Estado os anos analisados.

Ao comparar os municípios do interior como os da Região Metropolitana, ambas as regiões apresentam reduções nos índices. Todavia, a redução verificada na RM de São Paulo (-57%) foi superior a apresentada no restante do Estado (-33%), conforme verificado na tabela 26<sup>67</sup>.

Tabela 26 – Taxa CVLI São Paulo (2004-2005) X (2014-2015)

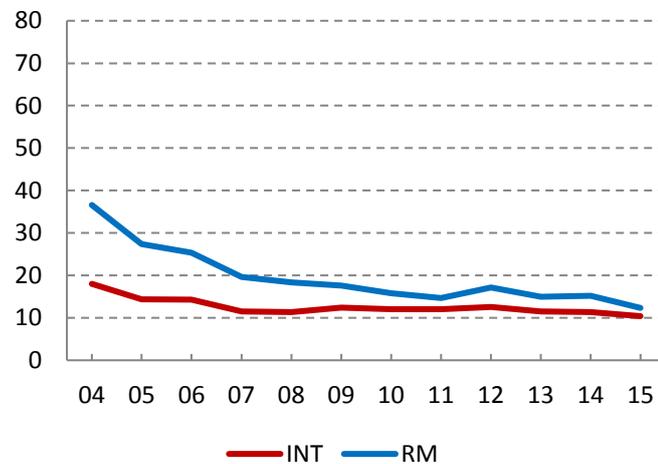
<b>Região</b>	<b>Medida</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
INT	Taxa	16,21	10,89	-32,82
	Desvio Padrão	11,65	8,30	-28,73
RM	Taxa	32,00	13,76	-57,00
	Desvio Padrão	10,84	4,83	-55,39
ESTADO	Taxa	23,79	12,25	-48,51
	Desvio Padrão	11,60	8,13	-29,88

Fonte: O autor.

<sup>67</sup> Especialistas lembram que a queda dos homicídios no Estado na última década é incontestável. São Paulo saiu da casa das 15 mil mortes por ano para 5 mil. Mas eles apontam a necessidade de transparência dos dados e de mudanças nos métodos de divulgação dos indicadores da violência por parte do Estado. As estatísticas sobre homicídios da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo têm uma subnotificação histórica de 23% quando comparadas aos registros de mortes por agressão do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), ligado ao SUS. Em média, nos últimos 15 anos a polícia paulista registra e divulga 2 mil assassinados a menos por ano do que o sistema de saúde. Disponível em: [infograficos.estadao.com.br/cidades/morte-suspeita-assassinatos-que-a-policia-nao-conta/a-epidemia-continua](http://infograficos.estadao.com.br/cidades/morte-suspeita-assassinatos-que-a-policia-nao-conta/a-epidemia-continua), acesso em 01 de outubro de 2018.

O gráfico 9 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004-2015 do interior e da RM de São Paulo.

Gráfico 9 – Evolução Taxa CVLI 2004-2015 São Paulo (Interior e RM) <sup>68</sup>



Fonte: O autor.

Em 2004, a taxa da RM (36,6) era o dobro da verificada no restante do Estado (18,0). Já em 2015 as taxas verificadas estão muito próximas: 12,3 na RM e 10,4 no interior.

Mendes (2010) salienta que falta de unanimidade entre os especialistas para explicar a redução dos homicídios em São Paulo, mas dentre os fatores mais recorrentes destaca-se: a política de desarmamento, progresso do nível educacional dos jovens, aumento dos investimentos, aprimoramento das tecnologias utilizadas, melhorias econômicas, ampliação do encarceramento de criminosos.

Dentre os treze municípios que possuem taxas acima de 30 CVLIs para cada grupo de 100 mil habitantes, destaca-se Caraguatatuba localizado no litoral do Estado, com uma população aproximada de 117 mil habitantes, que por alguns anos foi a cidade mais violenta do Estado. Entretanto, na visão da Secretaria de Segurança Pública, os dados do município podem estar prejudicados em virtude da característica litorânea da cidade que recebe um grande fluxo de turistas (população flutuante), que não são levados nos cálculos dos habitantes da cidade<sup>69</sup>.

Com exceção dos municípios com população entre 5 e 10 mil habitantes (+30,67%), em todas as outras faixas populacionais houve redução da taxa de CVLI.

<sup>68</sup> Correlação de Pearson = 0,954, p-valor = 0,001.

<sup>69</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-cidades-mais-violentas-de-sp-caraguatatuba-lidera/>, acesso em 04 maio 2018.

Observa-se que os municípios com maior porte apresentaram reduções percentuais maiores que os de menor porte, conforme pode ser verificado na tabela 27.

Tabela 27 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios SP (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	8,0	7,9	-1,25
5 a 10 mil	7,5	9,8	30,67
10 a 20 mil	10,5	8,2	-21,90
20 a 50 mil	14,8	10,1	-31,76
50 a 100 mil	17,9	11,2	-37,43
100 a 200 mil	22,2	12,4	-44,14
200 a 500 mil	24,3	13,3	-45,27
Acima de 500 mil	29,9	12,9	-56,86
<b>Total</b>	<b>23,8</b>	<b>12,2</b>	<b>-48,74</b>

Fonte: O autor.

Riso (2014) destaca que a redução ocorrida em São Paulo supera e é mais consistente que as geralmente destacadas em fóruns internacionais sobre segurança como: Bogotá e Medellín. Entretanto ele é pouco destacado, devido à ausência de avaliação de políticas públicas consistentes que possam identificar os fatores que levaram a essa redução. Em seu trabalho a autora destaca em quatro eixos algumas das ações mais comumente citadas:

1. *Mudanças estruturais na Polícia Militar* - Tríade Polícia Comunitária, Força Tática e Coordenadoria Operacional, com a designação de um oficial para cada unidade que seria responsável pelo monitoramento dos índices criminais e definição de ações para redução dos mesmos. Melhorias na formação do policial, com a reformulação do currículo, inclusão da disciplina de Direitos Humanos, adoção da prática do Tiro Defensivo na Preservação da Vida - Método Giraldi<sup>70</sup>.
2. *Investigação criminal* – Reformulação em 1996 do DHPP - Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, responsável pela investigação dos homicídios se tornando um departamento de excelência da Polícia Civil de São Paulo e o lançamento em 2011 do Plano de Combate aos Homicídios.

<sup>70</sup> O “Tiro Defensivo na Preservação da Vida”, “Método Giraldi” têm como finalidades preparar o policial para usar a sua arma de fogo com técnica, com tática, com psicologia, dentro dos limites das Leis, e dos Direitos Humanos, para servir e proteger a Sociedade, e a si próprio, tendo, como prioridade, a preservação da vida e da integridade física das pessoas, a começar da sua e das pessoas inocentes; também daquelas contra as quais não há necessidade de disparos (agressoras), livrando-o, assim, de pesados processos e condenações e, como última alternativa o disparo, dentro da “legalidade”, calcado na “necessidade”, “oportunidade”, “proporcionalidade” e “qualidade”, com o propósito de tentar paralisar uma ação violenta e covarde, por parte do agressor, contra a vida de alguém, inclusive a sua. Disponível em: [http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi\\_oqueometodo.doc](http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_oqueometodo.doc), acesso em 05 maio 2018.

3. *Atuação dos municípios*- Adoção de políticas de prevenção e a maior atuação dos municípios na área de segurança pública.
4. *Controle de armas* – Foco em apreensão de armas de fogo, sendo o grande meio utilizado para a prática de crimes.

Em virtude desses resultados das dez cidades menos violentas do país, cinco estão no interior de São Paulo: Americana, Jaú, Botucatu, Bragança Paulista e Jundiaí, segundo o Atlas da Violência 2017<sup>71</sup>.

Em síntese, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI em São Paulo reduziu 48,51% entre 2004 e 2015; (2) a redução na RM (-57,00%) foi superior a variação do Interior (-32,82%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foi o de 5 a 10 mil habitantes e (4) a literatura aponta como fatores preponderantes para a redução dos homicídios no Estado a mudanças estruturais na Polícia, controle de armas e parceria com os municípios.

## 2.10 PERNAMBUCO

A Região Metropolitana de Recife foi instituída pela Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, abrangendo inicialmente nove cidades<sup>72</sup>. Atualmente a RM compreende quinze, entretanto como município de Goiana foi incorporado apenas em 2017, e o estudo em questão utiliza os dados até 2015, ele não será considerado como integrante da Região.

<sup>71</sup> Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>, acesso em 07 maio 2018.

<sup>72</sup> Ver: Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. § 4º - A região metropolitana de Recife constitui-se dos Municípios de: Recife, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm), acesso em 12 abril 2018.

A figura 10 enumera os municípios da Região Metropolitana de Pernambuco.

Figura 10 – Região Metropolitana do Recife

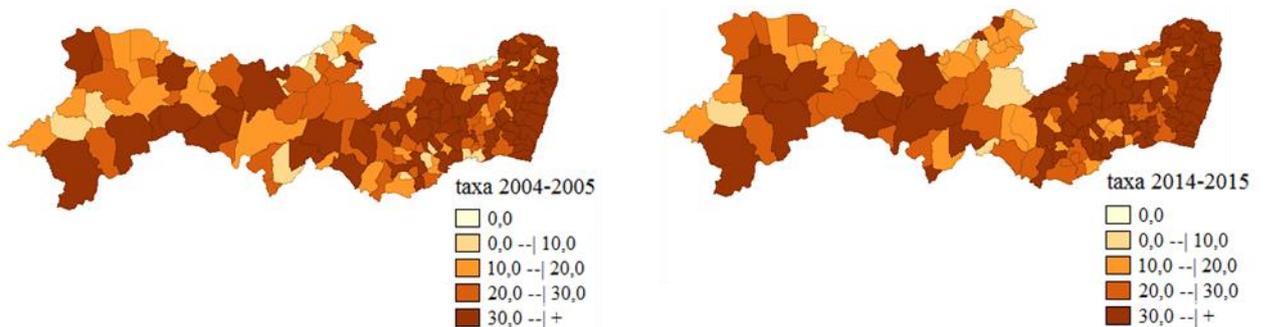


MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%
Abreu e Lima	98.602	1,06
Araçoiaba	19.816	0,21
Cabo de Santo Agostinho	200.546	2,15
Camaragibe	154.054	1,65
Igarassu	112.463	1,20
Ipojuca	91.341	0,98
Ilha de Itamaracá	24.888	0,27
Itapissuma	25.798	0,28
Jaboatão dos Guararapes	686.122	7,34
Moreno	61.016	0,65
Olinda	389.494	4,17
Paulista	322.730	3,45
Recife	1.617.183	17,31
São Lourenço da Mata	110.264	1,18
<b>Total RM</b>	<b>3.914.317</b>	<b>41,89</b>
Interior	5.430.856	58,11
<b>Total do Estado</b>	<b>9.345.173</b>	<b>100,00</b>

Fonte: O autor.

A Região Metropolitana de Recife comporta 42% da população do estado<sup>73</sup>. O mapa 10 apresenta a taxa de CVLI dos municípios de Pernambuco nos dois períodos.

Mapa 10 – Taxa de CVLI Pernambuco (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

<sup>73</sup> Para esse estudo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha está sendo considerado como Município.

Observa-se que a macha mais escura continuou avançando no sentido da RM para o interior, principalmente nas cidades da zona da mata<sup>74</sup> e do agreste<sup>75</sup> pernambucano.

Ao analisar a quantidade de municípios em virtude da sua taxa, verifica-se um aumento de 17,65% nas cidades com taxa de CVLI acima de 30 e uma diminuição de 52,94% nos municípios com taxas inferiores a 10. A tabela 28 atesta esse comparativo.

Tabela 28 – Municípios por Taxa CVLI Pernambuco (2004-2005) X (2014-2015)

<b>TAXA</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
0	6	3	-50,00
0 a 10	17	8	-52,94
10 a 20	30	36	20,00
20 a 30	47	38	-19,15
Acima de 30	85	100	17,65

Fonte: O autor.

O índice de Correlação Espacial para o primeiro período foi de 0,243, já para o segundo período o indicador mensurado chegou a 0,330. Esse resultado traduz em um aumento da correlação da violência de um município com os seus vizinhos. Ao comparar a taxa de homicídios nos dois períodos, o Estado de Pernambuco apresentou redução de (-23,95%). Todavia essa redução deveu-se ao resultado apresentado na RM de Recife (-41,95%), já que nos demais municípios ocorreu acréscimo de (1,52%). A tabela 29 consolida o comparativo.

Tabela 29 – Taxa CVLI Pernambuco (2004-2005) X (2014-2015)

<b>Região</b>	<b>Medida</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b>Δ%</b>
INT	Taxa	36,26	36,81	1,52
	Desvio Padrão	18,41	18,18	-0,01
RM	Taxa	68,22	39,60	-41,95
	Desvio Padrão	23,24	10,48	-0,54
ESTADO	Taxa	49,91	37,98	-23,9
	Desvio Padrão	18,82	17,72	-0,05

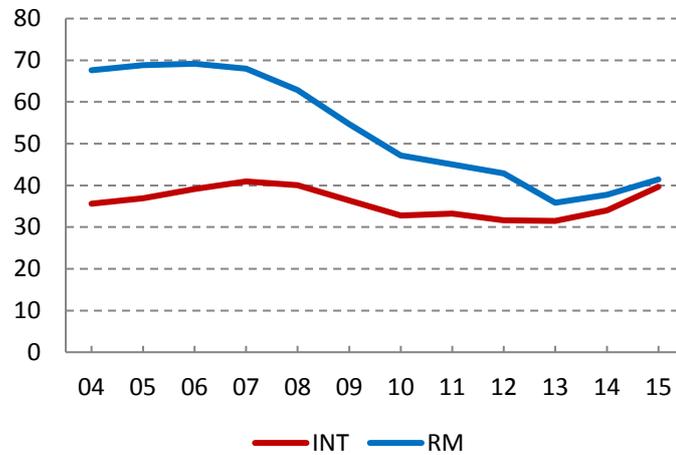
Fonte: O autor.

<sup>74</sup> A Zona da Mata de Pernambuco é composta por 43 municípios, ocupando uma área de 8.738 km<sup>2</sup>, correspondente a 8,9% do território estadual e estando situada entre os meridianos de 34°80' e 30°20' Oeste de Greenwich e os paralelos 8°20' e 9°00' Sul. Conta com uma população de 1,1 milhão de habitantes, equivalendo a 15,9% da população do estado. Nessa Região concentra-se a monocultura canavieira. Disponível em [http://www.ancora.org.br/textos/011\\_jansen-mafra.html](http://www.ancora.org.br/textos/011_jansen-mafra.html), acesso em 01 de outubro de 2018.

<sup>75</sup> O Agreste Pernambucano é formado pela união de 71 municípios. Estende-se por uma área aproximada de 24 400 km<sup>2</sup>, inserida entre a Zona da Mata e o Sertão. Representa 24,7% do território pernambucano e conta com uma população de cerca de 1,8 milhão de habitantes (um quarto da população do estado). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o\\_do\\_Agreste\\_Pernambucano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Agreste_Pernambucano), acesso em 01 de outubro de 2018. .

O gráfico 10 mostra a evolução da taxa de CVLI de 2004 a 2015 dos municípios do interior e dos municípios da RM do Recife.

Gráfico 10 – Evolução Taxa CVLI São Paulo 2004-2015 (Interior e RM)<sup>76</sup>



Fonte: O autor.

Em 2004 a taxa da RM (67,6) era o quase o dobro da verificada no restante do Estado (35,6). Durante a série histórica, enquanto a taxa do interior sempre oscilou entre 30 e 40, o índice da região metropolitana reduziu três níveis. Essa redução acentuada, fez com que em 2015, as duas regiões apresentassem taxas muito próximas 41,4 RM e 39,6 Interior.

O Estado de Pernambuco, a partir da implantação da política de Segurança Pacto pela Vida (2007), se tornou destaque junto a São Paulo e Minas Gerais, como Estado que mais reduzia os indicadores de homicídios, apresentando diminuição na taxa por sete anos consecutivos (2007-2013), fato até então inédito. Entretanto, conforme verificamos, esse resultado foi oriundo graças aos números registrados na capital Recife e na sua Região Metropolitana, o restante do Estado apresentou em 2015 índices muito similares aos apresentados em 2004.

Em 2004, 38% dos homicídios do Estado de Pernambuco ocorreram no interior, em 2017 esse número passou para 56%, de acordo com os dados da Secretaria de Defesa Social. Desde o início da série histórica até o ano de 2011 a RM registrou mais homicídios que o interior, mas desde 2012, houve uma inversão, o interior passou a liderar em números absolutos a quantidade de CVLI registrados no Estado.

<sup>76</sup> Correlação de Pearson = 0,662, p-valor = 0,019.

A tabela 30, resume traz a série histórica.

Tabela 30 – CVLI RMR X Interior Pernambuco 2004-2015

REGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RMR	2.569	2.577	2.662	2.618	2.443	2.110	1.779	1.783	1.655	1.405	1.519	1.632	1.887	2.365
INTERIOR	1.625	1.881	1.972	1.973	2.085	1.908	1.730	1.724	1.666	1.695	1.915	2.257	2.592	3.062
<b>TOTAL</b>	<b>4.194</b>	<b>4.458</b>	<b>4.634</b>	<b>4.591</b>	<b>4.528</b>	<b>4.018</b>	<b>3.509</b>	<b>3.507</b>	<b>3.321</b>	<b>3.100</b>	<b>3.434</b>	<b>3.889</b>	<b>4.479</b>	<b>5.427</b>

Fonte: O autor. a partir dos dados da SDS

Especialistas apontam que esse processo de interiorização se deve entre outros fatores a ausência do estado e insuficiências de efetivo policial e estrutura<sup>77</sup>. Ao analisar os homicídios em Pernambuco de 2006 a 2008, Nobrega Júnior (2010) aponta uma redução de 2% da taxa de CVLI do Estado, entretanto com exceção da Mata Norte, Sertão de São Francisco e RMR todas as outras nove regiões de desenvolvimento (RDs) apresentaram crescimento dois indicadores, levando aO autor. afirmar que é mais frequente a violência homicida nas cidades interioranas<sup>78</sup>. O capítulo 2 analisará a percepção dos gestores da segurança pública de Pernambuco sobre os fatores que influenciam na interiorização da violência no Brasil em geral e em Pernambuco.

Dos municípios do interior do Estado destaca-se Santa Cruz do Capibaribe, com aproximadamente 105 mil habitantes, distante 190 quilômetros do Recife. De acordo com os dados da SDS, a cidade que em 2007 (início do PPV) registrou 9 homicídios, fechou o ano de 2017 com 67 registros, saindo de uma taxa de 12,2 para 63,3, um aumento de 419%.

Segundo Silva (2014), as principais causas para o crescimento do número de homicídios no município são: aumento do consumo e o tráfico de drogas, o crescimento populacional desordenado, dificuldade de policiamento na zona rural (inúmeros distritos). Outra situação identificada em virtude da característica comercial na região, se deve cultura da população de efetuar a maioria das transações com a utilização de moeda em espécie, sendo um atrativo para ação de assaltantes (região também possui elevados índices de CVP), que pode levar ao surgimento de milícias que visam combater esse tipo de crime à margem da lei.

Nos municípios com até 50 mil habitantes observa-se aumento na taxa de CVLI, já as cidades com população acima de 50 mil habitantes apresentaram diminuição do índice de homicídios. O destaque é para redução na ordem de 50% nas duas maiores metrópoles do

<sup>77</sup> Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2018/03/11/a-explosao-da-violencia-no-interior-de-pernambuco-330837.php>, acesso em 07 maio 2018.

<sup>78</sup> O território de Pernambuco está dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento (RD's), de acordo com suas características socioeconômicas e geográficas (localização, clima, relevo, etc.). São elas: Região Metropolitana, Mata Sul, Mata Norte, Agreste Setentrional, Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú, Sertão de Itaparica, Sertão Central, Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe.

Estado: Recife e Jaboatão dos Guararapes (acima de 500 mil habitantes), conforme pode ser verificado na tabela 31.

Tabela 31 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios PE (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	9,2	12,3	33,70
5 a 10 mil	19,5	20,2	3,59
10 a 20 mil	25,8	29,6	14,73
20 a 50 mil	34,0	37,4	10,00
50 a 100 mil	44,2	43,5	-1,58
100 a 200 mil	55,1	37,5	-31,94
200 a 500 mil	63,1	42,3	-32,96
Acima de 500 mil	72,4	36,2	-50,00
<b>Total</b>	<b>49,9</b>	<b>38,0</b>	<b>-23,85</b>

Fonte: O autor.

Em síntese, os principais resultados indicam que: (1) a taxa de CVLI em Pernambuco reduziu 23,90% entre 2004 e 2015; (2) enquanto a RM apresentou redução de (-41,95%), no Interior foi registrado um aumento de (1,52%); (3) ao se considerar o porte, o estrato que se tornou mais violento foram os municípios com até 5 mil habitantes e (4) a literatura aponta como um fator preponderante para a redução dos homicídios no Estado a implantação da política de segurança Pacto pela Vida.

## 2.11BRASIL

De acordo com o Atlas da Violência, a média da taxa de homicídios do Brasil para cada 100 mil habitantes dos anos 2004 -2005 foi de 26,3, já para os anos de 2014-2015 a média foi de 29,3, o que representa um acréscimo de 12%. A tabela 32 traz a variação de cada um dos Estados analisados nos dois períodos.

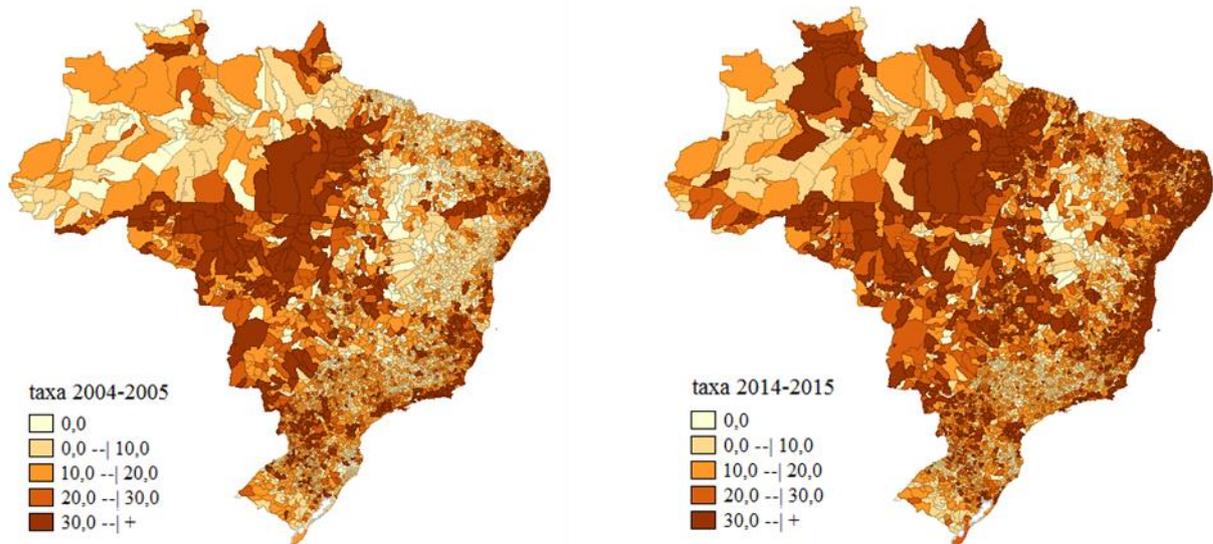
Tabela 32 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por 100 mil hab por Estado (2004-2005) X (2014-2015)

<b>ESTADO</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
<b>AM</b>	17,64	34,59	96,03%
<b>BA</b>	18,09	37,67	108,18%
<b>CE</b>	20,11	49,52	146,29%
<b>GO</b>	26,77	43,78	63,53%
<b>MG</b>	22,02	21,97	-0,23%
<b>PE</b>	49,91	37,98	-23,92%
<b>PR</b>	28,12	25,77	-8,33%
<b>RJ</b>	44,21	28,76	-34,94%
<b>RS</b>	18,54	25,07	35,20%
<b>SP</b>	23,79	12,25	-48,51%

Fonte: O autor.

Observa-se reduções nos índices em cinco Estados (SP, RJ, PE, PR e MG) e elevação nos outros cinco. O mapa 11 traz os municípios brasileiros de acordo com a taxa de CVLI nos dois períodos, observa-se que no segundo período a um aumento das cidades com taxas superiores a 30. Esse aumento localiza-se principalmente nas regiões norte e nordeste.

Mapa 11 – Taxa de CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

O índice de Moran para o primeiro período foi de 0,410, já para o segundo período o indicador mensurado chegou a 0,460. Um valor considerado razoável ao analisarmos apenas as taxas de homicídios. A Tabela 33 consolida o indicador de Moran calculado para os dez estados analisados nos dois períodos, os dados estão em ordem decrescentes do indicador calculado para o segundo período.

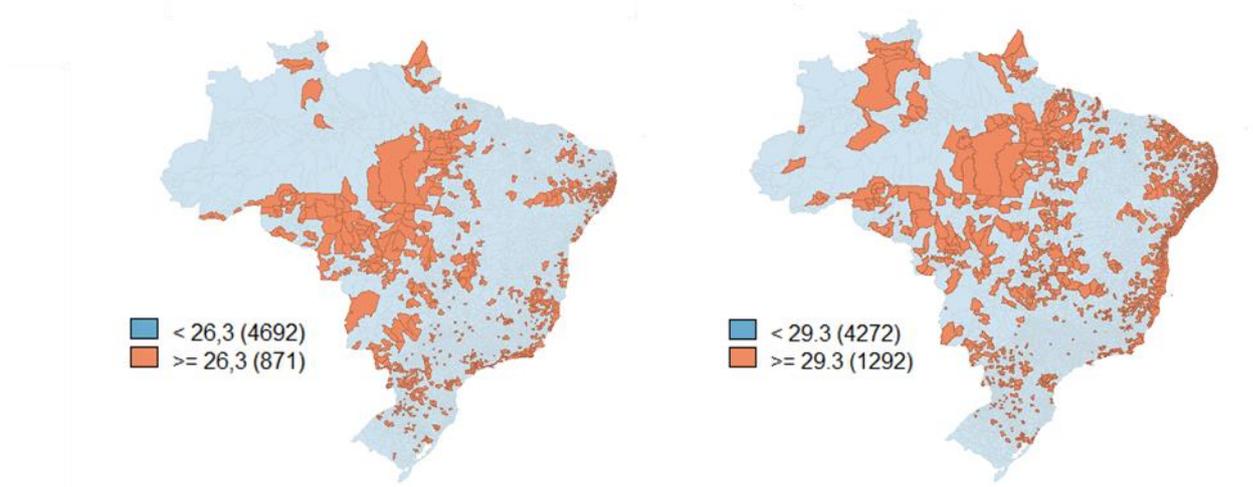
Tabela 33 – Índice de Moran por Estado (2004-2005) X (2014-2015)

ESTADO	MORAN 04/05	MORAN 14/15	Δ%	p-valor 04/05	p-valor 14/15
BA	0,501	0,579	15,57%	0,001	0,001
RJ	0,549	0,505	-8,01%	0,001	0,001
CE	0,299	0,475	58,86%	0,001	0,001
PE	0,243	0,330	35,80%	0,001	0,001
MG	0,365	0,313	-14,25%	0,001	0,001
GO	0,259	0,232	-10,42%	0,001	0,001
PR	0,200	0,210	5,00%	0,001	0,001
RS	0,148	0,195	31,76%	0,001	0,001
SP	0,318	0,172	-45,91%	0,001	0,001
AM	0,075	0,163	117,33%	0,149	0,028
<b>BR</b>	<b>0,410</b>	<b>0,460</b>	<b>12,20%</b>	<b>0,001</b>	<b>0,001</b>

Fonte: O autor.

Tendo calculado a taxa média dos biênios 2004-2005 e 2014-2015 foi feito o levantamento da quantidade de municípios que em 2004 apresentavam taxas acima dos períodos calculados para o Brasil. O número de municípios que no biênio 2004-2005 apresentavam taxa superiores a 26,3 foi de 871, já para o biênio 2014-2015 a quantidade de municípios que apresentavam taxa acima de 29,3 foi de 1.294, um acréscimo de 49%. Essa variação pode ser percebida no mapa 12:

Mapa 12 – Municípios com a taxa de CVLI superior à do Brasil (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Outra informação relevante que pode ser visualizada através do mapa 12 foi o aumento significativo de municípios com taxas CVLI acima da média nacional no litoral do país. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil 2011, o país possui 273 municípios margeados pelo oceano Atlântico. Desse total, no biênio 2004-2005, 81 apresentavam taxas de CVLI acima do Brasil, já no biênio 2014-2015 esse número saltou para 148 um acréscimo de 83%.

Regionalmente, o aumento foi concentrado no Nordeste (148%) e Norte (83%). Na região Centro-Oeste, o incremento foi de 18%. Sul e Sudeste demonstraram reduções de 9% e 17%, respectivamente, conforme tabela 34.

Tabela 34 – Municípios com taxa de CVLI acima do Brasil por Região

REGIÃO	2004-2005	2014-2015	Δ%
Nordeste	256	635	148,05
Norte	86	157	82,56
Centro-oeste	142	168	18,31
Sul	156	142	-8,97
Sudeste	231	192	-16,88
<b>Total</b>	<b>871</b>	<b>1.294</b>	<b>48,56</b>

Fonte: O autor.

Observando a taxa de homicídios nos dois biênios estudados percebe-se que nos municípios enquadrados nas faixas populacionais de até 200 mil habitantes houve incremento nos índices de criminalidade, em contrapartida nos municípios maiores acima de 200 mil habitantes observa-se a redução dos índices de homicídios, que em sua maioria são capitais ou estão localizados nas regiões metropolitanas. A tabela 35 apresenta a evolução da taxa de CVLI por 100 mil habitantes nos dois biênios analisados.

Tabela 35 –  $\Delta\%$  taxa de CVLI por porte dos Municípios BR (2004-2005) X (2014-2015)

<b>PORTE</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2014-2015</b>	<b><math>\Delta\%</math></b>
Até 5 mil	9,7	12,5	28,87
5 a 10 mil	11,8	16,9	43,22
10 a 20 mil	13,1	20,7	58,02
20 a 50 mil	16,7	26,8	60,48
50 a 100 mil	21,3	31,3	46,95
100 a 200 mil	27,7	31,9	15,16
200 a 500 mil	35,1	31,8	-9,40
Acima de 500 mil	35,4	31,6	-10,73
<b>Total</b>	<b>25,6</b>	<b>28,5</b>	<b>11,33</b>

Fonte: O autor.

A tabela 36 ilustra a variação da taxa de CVLI por UF nos dois biênios comparando os resultados dos municípios do interior com os da RM. O intuito é consolidar em quais estados o resultado esperado concretizou a hipótese da pesquisa que a velocidade de crescimento da violência no interior é maior do que a da região metropolitana. Os dados estão ordenados de forma decrescente da diferença apresentada entre a variação do interior em comparativo com a da região metropolitana.

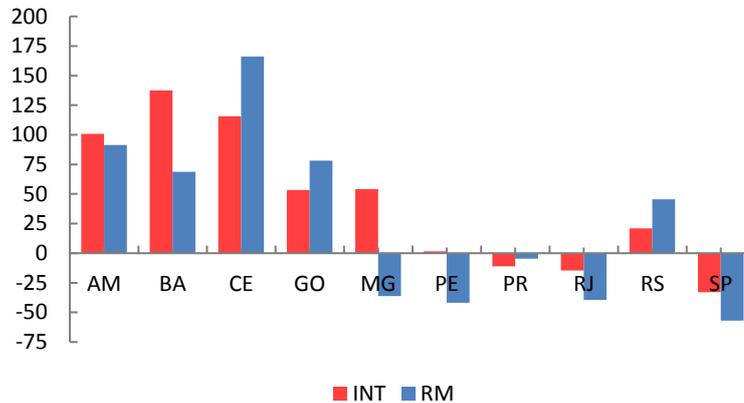
Tabela 36 –  $\Delta\%$  Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015)

<b>ESTADO</b>	<b><math>\Delta\%</math> (INT)</b>	<b><math>\Delta\%</math> (RM)</b>	<b>DIF</b>	<b>HIPOTESE</b>
<b>MG</b>	54,04	-36,29	90,33	✓
<b>BA</b>	137,54	68,61	68,93	✓
<b>PE</b>	1,51	-41,95	43,46	✓
<b>RJ</b>	-14,59	-39,33	24,74	✓
<b>SP</b>	-32,82	-57	24,18	✓
<b>AM</b>	100,77	91,45	9,32	✓
<b>PR</b>	-11,05	-4,56	-6,49	X
<b>RS</b>	21,1	45,64	-24,54	X
<b>GO</b>	53,38	78,19	-24,81	X
<b>CE</b>	115,62	166,07	-50,45	X

Fonte: O autor.

Observando a tabela 36 temos que das dez regiões analisadas em seis delas (AM, BA, MG, PE, RJ, SP) os resultados apresentados nos municípios do interior são piores do que os apresentados nas regiões metropolitanas. O gráfico 11 apresenta os mesmos dados com outra perspectiva.

Gráfico 11 –  $\Delta\%$  Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

Os quatro Estados que apresentaram reduções significativas nas taxas de homicídios (MG, PE, RJ, SP), principalmente nas suas Regiões Metropolitanas, implementaram políticas públicas na área de Segurança. O quadro 1 traz um breve resumo dessas políticas de gestão por resultados.

Quadro 1 – Políticas de Gestão por Resultado

ESTADO	POLITICA	DESCRIÇÃO	ANO
Minas Gerais	IGESP	A Integração da Gestão em Segurança Pública (Igesp) é um modelo de organização e gestão do trabalho policial. O objetivo é incentivar a interlocução permanente e institucionalizada entre todas as agências que compõem o sistema de Defesa Social e de Justiça Criminal para que compartilhem informações de forma continuada e possam, conjuntamente, planejar, monitorar e avaliar metas e resultados no controle e prevenção dos problemas de segurança pública. <sup>79</sup>	2005
Pernambuco	Pacto pela Vida	Pacto pela Vida (PPV) é uma política pública de segurança, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União. O PPV visa, principalmente, a prevenção de homicídios, mas também atua no enfrentamento de um conjunto de crimes. Trata-se de política pública baseada em modelo de gestão que prevê o monitoramento permanente das ações e resultados.	2007

<sup>79</sup> Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/integracao/igesp>, acesso em 09 de agosto de 2018.

Rio de Janeiro	SIM	O Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade (SIM) objetiva reduzir indicadores de criminalidade, estimular o trabalho integrado entre as polícias, incentivar uma cultura de gestão que privilegie a análise criminal e o planejamento integrado, identificar e reconhecer o desempenho dos agentes e difundir boas práticas.	2009
São Paulo	Bonificação por resultados	O programa Bonificação por Resultados tem por objetivo tornar o Estado de São Paulo mais seguro, reduzindo os indicadores criminais e melhorando a sensação de segurança através de maior integração entre as organizações policiais, melhoria dos processos gerenciais, reconhecimento do mérito e esforço policial e incentivo à inovação e à busca pela eficiência.	2014

Fonte: O autor. a partir do Instituto Sou da Paz.<sup>80</sup>

Analisando a quantidade de municípios estratificado de acordo com a sua taxa, o que se verifica visualmente nos mapas 32 e 33 é constatado numericamente. Ocorreu um aumento de 86% nos municípios com taxa de CVLI acima de 30 e uma diminuição de municípios com taxas inferiores a 10, conforme pode ser atestado na tabela 37.

Tabela 37 – Municípios por Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015)

Taxa	2004-2005	2014-2015	Δ%
0,0	1.466	1.041	-28,99
0 a 10	1.324	992	-25,08
10 a 20	1.410	1.426	1,13
20 a 30	697	861	23,53
Acima de 30	673	1.250	85,74

Fonte: O autor.

O quadro 2 resume os resultados encontrados dos dez estados e as algumas causas levantadas pela literatura.

Quadro 2 – Resumo dos principais resultados encontrados por UF

UF	PRINCIPAIS RESULTADOS	LITERATURA
AM	Elevação da violência no interior (100,77%) maior que na Região Metropolitana de Manaus (91,45%).	Está relacionada a conflitos por posse de terras, à exploração ilegal de recursos naturais e à apropriação dos espaços das comunidades tradicionais ali inseridas. na fronteira com regiões produtoras de cocaína, rota de passagem do tráfico internacional
BA	Elevação da violência no interior (137,54%) maior que na Região Metropolitana de Salvador (68,61%).	Altas taxas de homicídio em áreas fronteiriças explicados possivelmente pelos corredores de ligação (rodovias, estradas e municípios contíguos). Alta densidade populacional de algumas regiões, ambientes com elevados níveis de desorganização social, dificuldade na resolução pacífica de conflitos e facilidade de obtenção de armas de fogo.
CE	Elevação da violência no interior (115,62%) menor que na Região Metropolitana de Fortaleza (166,07%).	Maior parte das vítimas são assassinadas em locais próximos de suas residências e em áreas de vulnerabilidade, precárias do ponto de vista de saneamento e acesso a serviços.

<sup>80</sup> Disponível em: [www.soudapaz.org/upload/pdf/balanco\\_da\\_gestao\\_publica.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/balanco_da_gestao_publica.pdf), acesso em 09 de agosto de 2018.

		Consolidação de facções criminosas oriundas do sudeste do país como (PCC) e o Comando Vermelho, além do surgimento de outras como os Guardiões do Estado e a Famílias do Norte. Colapso de alguns programas de Segurança Pública do Ceará, como o projeto Ronda Quarteirão.
GO	Elevação da violência no interior (53,38%) menor que na Região Metropolitana de Goiânia (78,19%).	Conflitos decorrentes do tráfico de drogas Resolução não pacífica dos conflitos interpessoais. Ausência de políticas públicas e oportunidades voltadas para os adolescentes
MG	Elevação da violência no interior (54,04%) e diminuição da violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte (-36,29%).	A queda dos homicídios na RM de Belo Horizonte se deve a aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão do sistema e de suas organizações, aumento dos recursos, inserção sistêmica do município e da sociedade civil, mudanças estruturais de natureza sócio-econômica; política massiva de encarceramento. A elevação no interior se deve ao crescimento desordenado de algumas cidades <sup>81</sup> ; avanço do tráfico de drogas <sup>82</sup> ; maior repressão policial nas cidades de grande porte <sup>83</sup> .
PR	Diminuição da violência no interior (-11,05%) maior que na Região Metropolitana de Curitiba (-4,56%).	Aumento investimentos em pessoal, viaturas e armamento, criação da Divisão de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) na capital e em algumas delegacias de homicídios no interior, integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, estabelecimento de protocolos referentes ao atendimento e preservação de locais de crimes, favorecendo a identificação de testemunhas e autores.
RJ	Diminuição da violência no interior (-14,59%) menor que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (-39,33%).	Implantação do Sistema Integrado de Metas (SIM) e das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Realização de operações de inteligência conjunta entre as instituições Colaboração da prefeitura da capital através da criação da Secretaria de Ordem Pública e da Secretaria Municipal de Conservação responsável pela conservação da cidade, limpeza e iluminação urbana; Criação da Delegacia de Homicídios da Capital; Alargamento da atuação da Secretaria de Segurança.
RS	Elevação da violência no interior (21,10%) menor que na Região Metropolitana de Porto Alegre (45,64%).	Disputa entre facções criminosas pelo comando de pontos de tráfico de drogas e a falta de estrutura e controle dos presídios
SP	Diminuição da violência no interior (-32,82%) menor que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (-57,00%).	Mudanças estruturais na Polícia Militar Investigação criminal Atuação dos municípios Melhoria no nível educacional dos jovens Aumento dos investimentos, Ampliação do encarceramento de criminosos.
PE	Elevação da violência no interior (1,51%) e diminuição da violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte (-41,95%).	Disseminação do tráfico de drogas Falta de estrutura e ausência do Estado nos pequenos municípios Maior investimento na Capital e Região Metropolitana Falta de oportunidades para os jovens <sup>84</sup>

<sup>81</sup> Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/08/interna\\_gerais.837850/violencia-avanca-no-interior-de-minas-gerais.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/08/interna_gerais.837850/violencia-avanca-no-interior-de-minas-gerais.shtml), acesso em 20 julho 2018.

<sup>82</sup> Disponível em: <http://www.sindpolmg.org.br/crece-violencia-no-interior-assassinatos-em-pocos-de-caldas-no-sul-de-minas-cresceram-500/>, acesso em 20 julho 2018.

<sup>83</sup> Disponível em: <http://www.sindpolmg.org.br/dobra-o-numero-de-homicidios-em-minas/>, acesso em 20 julho 2018.

<sup>84</sup> Ver: Figura 4 – Capítulo 2.

## 2.12 ANÁLISE TEMPORAL

Para a realizar a previsão da taxa de CVLI para o ano de 2020 foi utilizada a base de dados com a taxa de CVLI (1996 – 2016). Foi utilizado o SPSS e o algoritmo computacional utilizado foi o *Expert*, em que o próprio *software* identifica qual é melhor modelo a ser utilizado. O quadro 3 resume os modelos utilizados para realizar as previsões por região.

Quadro 3 – Modelos utilizados na Previsão

MODELO	ESTADOS
ARIMA(0,1,0)	BA_INT, CE_INT, GO_INT, GO_RM, MG_INT, RJ_RM, RS_INT, RS_RM, BRA_INT, BRA_RM
ARIMA(1,1,0)	MG_RM
Brown	PE_INT, SP_RM
Holt	AM_INT
Alisamento Exponencial Simples	AM_RM, BA_RM, CE_RM, PE_RM, PR_INT, PR_RM, RJ_INT, SP_INT

Fonte: O autor.

Comparando a variação das taxas apresentadas no período 2004-2005 com a taxa estimada para o período 2019-2020, observa-se que a velocidade de crescimento das taxas do interior foi superior em nove dos dez estados analisados. Ao observar o resultado das dez regiões aglutinadas, a previsão indica que os índices do interior a se elevarão em 43,51% enquanto o da Região Metropolitana reduzirá em 28,54%.

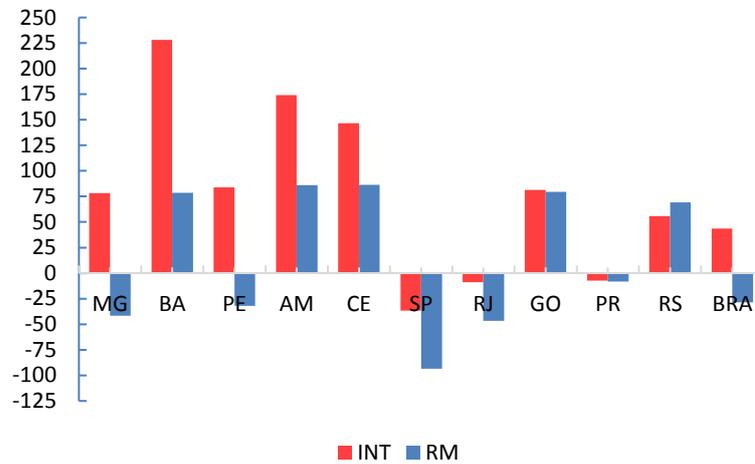
Tabela 38 –  $\Delta\%$  Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2019-2020)

ESTADO	$\Delta\%$ (INT)	$\Delta\%$ (RM)	DIF	HIPOTESE
MG	78,16	-41,73	119,89	✓
BA	228,08	78,68	149,40	✓
PE	83,75	-31,88	115,63	✓
AM	174,17	85,94	88,22	✓
CE	146,65	86,27	60,38	✓
SP	-36,72	-93,35	56,63	✓
RJ	-8,91	-46,53	37,62	✓
GO	81,31	79,63	1,68	✓
PR	-7,36	-8,15	0,79	✓
RS	55,62	69,07	-13,45	X
BRA	43,51	-28,54	72,05	✓

Fonte: O autor.

No gráfico 12 pode-se observar que apenas no estado do Rio Grande do Sul o aumento apresentado na região metropolitana será superior ao apresentado no interior.

Gráfico 12 –  $\Delta\%$  Taxa CVLI Brasil (2004-2005) X (2014-2015)



Fonte: O autor.

O Apêndice F a traz a evolução da taxa de CVLI desde 2004 até os valores previstos para 2020. Ao analisarmos o consolidado dos dez Estados observa-se que em 2020 as taxas do interior e das Regiões Metropolitanas estarão muito próximas. O interior possuirá taxa de 25,71 e as Regiões Metropolitanas 27,45. Em 2004 as taxas apresentadas eram respectivamente 18,00 e 40,71.

Atualmente apenas no Estado de São Paulo, o Interior é mais violento do que a Região Metropolitana, 10,35 a 9,74<sup>85</sup>. Entretanto se baseando nos modelos previstos essa realidade em breve alcançará mais dois Estados: Pernambuco e Rio de Janeiro.

<sup>85</sup> Dados de 2016.

## • CONCLUSÃO

O principal objetivo deste capítulo foi analisar a variação espacial e longitudinal das taxas de homicídio no Brasil, desagregados por municípios das Regiões Metropolitanas das dez capitais mais populosas. Os resultados evidenciam que a velocidade do crescimento da violência é maior nas cidades do interior e nos municípios de pequeno porte. A taxa observada nas RMs dos dez estados diminuiu 16,36% enquanto nos municípios do interior aumentou em 25,31%.

Dos dez Estados analisados em seis deles o crescimento da violência no interior foi superior aos dos municípios da Região Metropolitana. A queda verificada nas regiões metropolitanas se deveu principalmente aos resultados obtidos pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Esses Estados implementaram políticas gestão por resultados na Segurança Pública durante o período analisado. Entretanto, em virtude da ausência de estudos de avaliação das políticas públicas, não podemos creditar os resultados alcançados simplesmente à implementação dessas políticas, já que outros fatores concorrentes também podem ter contribuído. Por exemplo, a melhora significativa de indicadores econômicos e sociais a partir de 2003 até 2010<sup>86</sup>.

Se considerarmos os modelos de previsão estimados, em 2020 a hipótese dessa pesquisa será realidade em nove das dez regiões analisadas. Apenas no estado do Rio Grande do Sul a dinâmica da violência na Região Metropolitana de Porto Alegre será superior a apresentada no Interior do Estado. Os resultados também apontam que em três Estados (RJ, PE e SP) o Interior se tornará mais violento do que os municípios metropolitanos.

A pesquisa analisou a característica espacial da violência. Se consideramos os dez Estados aglutinados o índice de correlação espacial (Moran) apresentado no biênio 14/15 foi de 0,460. Ou seja, a taxa de mortes de um determinado local influencia nos indicadores de municípios vizinhos. Lugares com muitas mortes tendem a possuir vizinhos também violentos, bem como cidades tranquilas apresentam regiões limítrofes com baixos registros de homicídios. O índice de Moran foi elevado nos Estados da (BA, RJ e CE), em contrapartida em (RS, SP e AM) a violência de determinada localidade possui baixa correlação com sua vizinhança. Nas demais Regiões (PE, MG, GO e PR) o valor encontrado foi moderado.

---

<sup>86</sup> Crescimento médio do PIB de 4,1% ao ano. O índice de Gini passou 58,6, em 2002, para 52,9, em 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505\\_legado\\_pt\\_ru](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru), acesso em 04 de outubro de 2018.

Para os especialistas, a dinâmica dos homicídios é distinta de acordo com a região. E as evidências apresentadas nessa pesquisa corroboram esse raciocínio. Por exemplo, no Amazonas, grande parte dos crimes está relacionada a conflitos por posses de terra. No Ceará, por outro lado, o aumento das mortes é decorrente de migração de grupos criminosos oriundos do Sudeste do país. Na Bahia, a criminalidade é estimulada pela desorganização social. Em Goiás, uma das causas apontadas é a não resolução pacífica dos conflitos. Já no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul o destaque vai para a disputa pelo tráfico de drogas. Ou seja, esses resultados corroboram a importância de estudos do fenômeno de forma desagregada em virtude da complexidade do tema e das características peculiares de cada região.

O estudo também ratifica o fenômeno já observado por outros trabalhos. O crescimento da violência nos pequenos municípios, Waiselfisz (2008). No período analisado, a taxa de CVLI dos municípios com até 50 mil habitantes cresceu 47,65%. Em contrapartida a taxa observada nas cidades com população acima de 200 mil habitantes caiu cerca de 10,07%, em média. Outra evidência encontrada foi o aumento da violência nas cidades do litoral do país, 71,79% delas tiveram elevação das taxas.

Assim como todo estudo sobre CVLIs, esta pesquisa apresenta algumas limitações como o atraso de dois anos nos dados atualizados, bem como a existência de possíveis subnotificações, principalmente nos pequenos municípios que influenciam nas análises realizadas. O fato de analisarmos o biênio ajudou nesse ponto, mas possa ser que pesquisadores mais experientes opinem por utilizar outras técnicas, e esse pode ser um caminho para estudos posteriores como também a expansão para análises de outras regiões não abarcadas nesse trabalho.

Por fim, este trabalho busca contribuir com a literatura sobre segurança pública ao destacar os novos padrões da violência no país, alertando a necessidade da implementação de políticas públicas de segurança nos pequenos municípios, que muitas vezes estão localizados longe dos grandes centros urbanos, carentes de uma série de ações por parte dos gestores.

### 3 A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE SEGURANÇA PÚBLICA ACERCA DA INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA: O CASO DE PERNAMBUCO

#### Resumo

Este capítulo analisa a percepção de gestores e ex-gestores da segurança pública sobre a dinâmica geográfica dos homicídios, a partir de um estudo de caso. Em particular, o principal objetivo é, a partir da opinião dos entrevistados, identificar os fatores que explicam a interiorização da violência no Brasil em geral e em Pernambuco, em particular. Metodologicamente, esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas e aplicação de *survey*, totalizando quatorze sujeitos. Para análise dos dados foi utilizado o Método de Análise de Conteúdo. Os principais resultados reforçam o evidenciado nas estatísticas oficiais: o sentimento de aumento da violência e insegurança nos pequenos municípios. Em relação às causas, a percepção dos gestores indica: (1) maiores investimentos destinados aos grandes centros urbanos, (2) ausência do Estado e de Políticas Públicas, (3) disseminação do tráfico de drogas e (4) falta de perspectivas de trabalho e estudo para os jovens. Os entrevistados também enumeraram algumas medidas para combater a interiorização da violência: (i) aumentar os investimentos em políticas públicas de segurança e educação e (ii) ofertar à população jovem políticas de emprego qualificação, lazer e esportes. Este trabalho contribui com a literatura ao complementar achados estatísticos com pontos de vistas e expertises de profissionais da área de segurança pública a respeito da dinâmica da violência no país.

**Palavras-Chave:** Interiorização da violência; Pacto pela Vida; Percepção.

#### Abstract

This chapter analyzes the perception of managers and ex-managers of public security on the geographic dynamics of homicides, based on a case study. In particular, the main objective is, based on the opinion of the interviewees, to identify the factors that explain the internalization of violence in Brazil in general and in Pernambuco, in particular. Methodologically, this research used a qualitative approach based on semi-structured interviews and survey application, totalizing fourteen subjects. To analyze the data, the Content Analysis Method was used. The main results reinforce the evidence in official statistics: the feeling of increased violence and insecurity in small cities. Regarding causes, managers' perceptions indicate: (1) greater investments destined to large urban centers, (2) absence of State and Public Policies, (3) dissemination of drug trafficking, and (4) lack of job prospects and study for the young. The interviewees also enumerated some measures to combat the violence in country town: (i) increase investments in public security and education policies and (ii) offer the youth population qualification, leisure and sports employment policies. This work contributes to the literature by complementing statistical findings with points of view and expertise of professionals in the area of public security regarding the dynamics of violence in the country.

**Keywords:** Country town violence; Pact for life; perception.

## • INTRODUÇÃO

Que fatores explicam a interiorização da violência? Este capítulo analisa a percepção de gestores e ex-gestores da segurança pública sobre a dinâmica geográfica dos homicídios no Brasil em geral e em Pernambuco, em particular. Nosso principal objetivo é identificar as possíveis causas da interiorização da criminalidade a partir da percepção de atores responsáveis pela elaboração e implementação de políticas de segurança.

Para Frey (1996), a percepção junto a definição do problema é a primeira fase do ciclo das políticas públicas, que ainda é composto pela: formação da agenda; elaboração de programas e decisão; implementação de políticas e avaliação. Dessa forma, a importância de se analisar a percepção se justifica na medida em que essa se constitui na primeira etapa do processo decisório e pode influenciar o processo de tomada de decisão e implementação de políticas públicas.

Metodologicamente, nosso desenho de pesquisa foi estruturado da seguinte forma. Foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado com os gestores que ainda estão ligados diretamente à segurança pública. Para os gestores que não estão mais diretamente ligados às forças policiais, mas já exerceram cargos de confiança, a pesquisa foi realizada através de um *survey*. Quanto ao perfil da amostra, foram entrevistados delegados da Polícia Civil e coronéis da Polícia Militar. Todos os profissionais que participaram do estudo ocuparam cargos de gestão e tomada de decisão no governo de Pernambuco. No total foram realizadas sete entrevistas e sete pessoas responderam ao questionário, sendo seis oficiais da Polícia Militar e oito delegados.

Para análise das entrevistas e dos questionários foi utilizado a técnica de Análise de Conteúdo. Utilizando as recomendações de Bardin (2011), as entrevistas foram transcritas e catalogadas, trechos importantes e relatos mais recorrentes foram reproduzidos no decorrer do capítulo, os questionários também foram catalogados individualmente (ver o Apêndice J).

Por fim, a escolha de Pernambuco como estudo de caso se justifica pelos seguintes motivos. Primeiro, o Estado foi o único do Nordeste que reduziu os índices de homicídios por sete anos consecutivos (2007-2013) (ver Apêndice G). Graças a esse resultado, o Estado foi tratado com *case* de sucesso de ações na área de Segurança, premiado em 2013 pela ONU na categoria: *Melhoria na entrega dos Serviços Públicos*. Entretanto, quando analisamos os dados desagregados por região, observa-se que a redução apresentada foi concentrada na capital

Recife e na região metropolitana, o Interior por outro lado vem se tornando cada vez mais violento<sup>87</sup>.

O restante do capítulo está estruturado da seguinte forma: a primeira seção descreve a metodologia utilizada com o objetivo de aumentar a transparência e facilitar a replicabilidade dos resultados. Em seguida analisaremos empiricamente a percepção dos gestores. Nesta seção é discutido o “Papel do Município na Segurança Pública”, a “Interiorização da Violência”, o “Pacto pela Vida” e a “dinâmica dos homicídios em Pernambuco a partir de 2014”. Por fim, a última seção sumariza as principais conclusões.

## • METODOLOGIA

O termo percepção tem origem etimológica no latim perceptio,ónis, que significa compreensão, faculdade de perceber (HOUAISS, 2002 APUD BACHA, 2006). O dicionário online *michaelis* define percepção como a capacidade de distinguir por meio dos sentidos ou da mente, representação mental das coisas, qualquer sensação física manifestada através da experiência.

Em termos teóricos, sensação e percepção podem ser analisadas do ponto de vista de duas correntes filosóficas. Para os empiristas, a sensação e a percepção dependem das coisas exteriores, isto é, são causadas por estímulos externos que agem sobre os sentidos e sobre o sistema nervoso, ou seja, a porta de entrada para o conhecimento humano seria através dos sentidos. Já para os intelectualistas o sujeito é ativo e a coisa externa é passiva, ou seja, sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito (CHAUI, 1999 apud BACHA, 2006).

A adaptação está diretamente ligada a percepção, quanto mais rápido o indivíduo consegue perceber as características do mundo, ele consegue se antecipar e se adaptar tendo assim uma vantagem sobre os demais. Na segurança pública é da mesma forma, a criminalidade evolui cada dia mais, amparadas pela fragilidade do aparato estatal. Nesse sentido é de fundamental importância a capacidade de os atores de segurança perceberem e reagirem a novos

---

<sup>87</sup> A região metropolitana de Recife constitui-se dos Municípios de: Recife, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm), acesso em 12 abril de 2018.

padrões, comportamentos e perfis do crime. O poder de decisão é uma atribuição inerente a função do gestor, que é diretamente responsável pelos resultados obtidos e deverá estar concatenada com os direcionadores estratégicos da organização: missão, visão e valores (CHIAVENATO, 2008).

A percepção dos Gestores de segurança pública de Pernambuco foi obtida através de entrevistas e aplicação de *survey*. As entrevistas foram gravadas e a transcrição foi realizada com auxílio do sítio eletrônico: <https://dictation.io/speech><sup>88</sup>. Já o *survey* foi realizado utilizando a ferramenta *SurveyMonkey*<sup>89</sup>, enviado através do *link*: <https://pt.surveymonkey.com/r/GX3V3MJ> para o *e-mail* de dez ex-gestores, sendo respondido por sete deles. Tanto para as entrevistas quanto para o *survey* foram realizadas as mesmas perguntas (ver Apêndice I). Para cada pergunta efetuada foram construídos quadros contendo as respostas de todos os gestores (ver Apêndice J).

Com o objetivo de preservar as suas respectivas identidades, as entrevistas e os questionários foram codificados buscando identificar o cargo e a forma como os dados foram coletados, utilizado as letras O-Oficiais, D-Delegados, E-Entrevista e Questionário. Por exemplo o código D4.E7 se refere ao Delegado 4 e Entrevista 7.

Na exploração dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. O referido autor prevê três fases fundamentais para análise: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados- inferência e a interpretação.

Com os dados transcritos, foi feita a leitura flutuante<sup>90</sup>, a formulação das hipóteses e objetivos. Posteriormente os temas que se repetiram com mais frequência foram recortados e agrupados em razão de características comuns. Em decorrência da categorização, foram

---

<sup>88</sup> O site *Dictation* usa *Google Speech Recognition* para transcrever o que é falado, ou que foi gravado em áudio, para palavras em um texto.

<sup>89</sup> A *SurveyMonkey* é um *software* de questionários online onde podem ser criadas pesquisas, enquetes e questionários para obter informações sobre qualquer coisa, desde satisfação do cliente até envolvimento dos funcionários. Através do *link*: <https://pt.surveymonkey.com/> podem ser acessadas, mediante cadastro, as ferramentas do *software*.

<sup>90</sup> Para Bardin, leitura flutuante é o primeiro contato, as impressões iniciais dos documentos que serão submetidos à análise.

identificadas quatro subcategorias que serão explorados na seção dos resultados deste capítulo. O Quadro 3 ilustra as subcategorias identificadas.

Quadro 3 – Categorias para análise de conteúdo

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>
Percepção dos gestores de segurança pública de Pernambuco acerca da interiorização da violência	Papel dos Municípios
	Interiorização da Violência
	Aumento da Violência em Pernambuco
	Pacto Pela Vida

Fonte: O autor., a partir das entrevistas e questionários aplicados

Os pontos mais recorrentes das falas dos entrevistados foram desenvolvidos durante o capítulo, sempre tentando buscar semelhanças ou diferenças entre elas e aporte na literatura. Quadros sintéticos (Quadros 4, 7 e 9) também auxiliam na identificação dos padrões encontrados nas falas dos gestores. Por fim, as figuras 14 e 15 trazem, de forma ilustrativa e didática, através de Diagramas de causa e efeito<sup>91</sup>, as principais causas levantadas pelos gestores que resultaram na interiorização da violência e no aumento da criminalidade em Pernambuco.

## • RESULTADOS

Nos próximos tópicos será consolidado as principais ideias abarcadas pelos entrevistados.

### 3.1 PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Os entrevistados acreditam que os municípios têm um papel fundamental na Segurança Pública pois estão mais próximos dos problemas diários dos cidadãos.

“O município tem um papel importantíssimo, na articulação, integração e interação com as demais unidades federativas, bem como na promoção de políticas públicas básicas, notadamente na infraestrutura, iluminação pública, saneamento básico, além de ações de educação, esportes e políticas sociais. Além disso, na tomada de medidas,

---

<sup>91</sup> O Diagrama de Causa e Efeito também conhecido como Diagrama de Espinha de Peixe ou Diagrama de Ishikawa, é uma ferramenta que ajuda a levantar as causas-raízes de um problema, analisando todos os fatores que envolvem a execução do processo. Na metodologia, todo problema tem causas específicas, e essas causas devem ser analisadas e testadas, uma a uma, a fim de comprovar qual delas está realmente causando o efeito (problema) que se quer eliminar. Eliminado as causas, elimina-se o problema. O Diagrama de Ishikawa pode ser usado para: visualizar as causas principais e secundárias de um problema; ampliar a visão das possíveis causas de um problema, enxergando-o de maneira mais sistêmica e abrangente; identificar soluções, levantando os recursos disponíveis; gerar melhorias nos processos. Disponível em: <http://www.blogdaqualidade.com.br/diagrama-de-ishikawa/>, acesso em 15 de junho de 2018.

principalmente em cidades de médio porte, na criação e estruturação de Guardas Municipais, para desenvolvimento de segurança comunitária” D5.Q1.

“O papel do município deve ser complementar ao Estado, atuando tanto na prevenção com programas sociais da população em estado de vulnerabilidade, e repressivamente em associação com as forças policiais quando da identificação de crimes”. O5.Q3.

Segundo Schabbach (2011), a ênfase no protagonismo municipal relaciona-se a uma forte indução disseminada por organismos de cooperação internacional. Por exemplo, em 2003 o Banco Mundial lançou o manual “Prevenção Comunitária do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina: um guia de recursos para municípios”<sup>92</sup>. Também contribuíram para esse “municipalismo” várias experiências inovadoras implantadas desde meados da década de 1990 em cidades como Bogotá, Medellín, Cali, Nova Iguaçu, Diadema, Belo Horizonte e Porto Alegre.<sup>93</sup>

Esta tendência de crescimento da participação dos municípios na segurança coincide internacionalmente com o aparecimento no campo de teorias como *broken windows*<sup>94</sup> e policiamento comunitário e orientado a problema – que apontam também para a necessidade de incluir outros recursos – além dos tipicamente policiais – para a solução de problemas criminais (KAHN & ZANETIC, 2005).

<sup>92</sup>Disponível em: [https://www.esteio.rs.gov.br/documents/SMSMU/Prevencao\\_Comunitaria\\_Banco\\_Mundial.pdf](https://www.esteio.rs.gov.br/documents/SMSMU/Prevencao_Comunitaria_Banco_Mundial.pdf), acesso em 15 de agosto de 2018.

<sup>93</sup> Diadema implementou um conjunto de medidas envolvendo ativamente a sociedade civil, a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Governo Estadual e o Governo Federal. Houve a criação e consolidação da Secretaria de Defesa Social, da Guarda Civil, do Conselho Municipal de Segurança e do Gabinete de Gestão Integrado de Segurança Municipal (GGIM). A Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Civil Municipal, foram instituídas. Ocorreu a adoção de medidas como: o serviço de mediação de conflitos; a regulamentação do horário de funcionamento de bares; a implantação do Centro de Videomonitoramento e a execução dos projetos Mulheres da Paz e Protejo. Além da implementação de Campanha para Entrega Voluntária de Armas. A taxa de homicídios passou de 52,39, em 2004 para 17,22 em 2015. Disponível em: [http://www.soudapaz.org/upload/pdf/ii\\_plano\\_municipal\\_de\\_segurana\\_diadema\\_ago\\_2005.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/ii_plano_municipal_de_segurana_diadema_ago_2005.pdf), acesso em 15 de agosto de 2018.

<sup>94</sup> Em 1982, o cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminologista George Kelling, ambos americanos, publicaram na revista *Atlantic Monthly* um estudo em que, pela primeira vez, se estabelecia uma relação de causalidade entre desordem e criminalidade. Naquele estudo, cujo título era *The Police and Neighbourhood Safety (A Polícia e a Segurança da Comunidade)*, os autores usaram a imagem de janelas quebradas “*Broken Windows*” para explicar como a desordem e a criminalidade poderiam, aos poucos, infiltrar-se numa comunidade, causando a sua decadência e a conseqüente queda da qualidade de vida. Os autores sustentavam que se uma janela de uma fábrica ou de um escritório fosse quebrada e não fosse imediatamente consertada, as pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém se importava com isso e que, naquela localidade, não havia autoridade responsável pela manutenção da ordem. Em pouco tempo, algumas pessoas começariam a atirar pedras para quebrar as demais janelas ainda intactas. Logo, todas as janelas estariam quebradas. Agora, as pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém seria responsável por aquele prédio e tampouco pela rua em que se localizava o prédio. Iniciava-se, assim, a decadência da própria rua e daquela comunidade. A esta altura, apenas os desocupados, imprudentes, ou pessoas com tendências criminosas, sentir-se-iam à vontade para ter algum negócio ou mesmo morar na rua cuja decadência já era evidente. O passo seguinte seria o abandono daquela localidade pelas pessoas de bem, deixando o bairro à mercê dos desordeiros. Pequenas desordens levariam a grandes desordens e, mais tarde, ao crime (RUBIN, 2003).

Apesar do papel importante do ente municipal, os entrevistados salientaram a incapacidade de atuação de boa parte dos municípios em virtude da escassez de recursos, e creditam esse fato à estrutura de repartição das receitas dos tributos entre a União, Estados e Municípios.<sup>95</sup> Souto (2012) salienta que é unânime o reconhecimento da concentração desses recursos com a União, mesmo depois de computadas as transferências constitucionais para os demais entes federativos. Os Fundos de Participação de Estados e Municípios<sup>96</sup> foram instrumentos importantes na tentativa garantir mais equidade dos recursos tributários, mas hoje se mostram claramente insuficientes para que as unidades subnacionais possam atender às demandas, intensificadas com a progressiva descentralização da gestão de muitos serviços públicos. A tabela 39 apresenta a distribuição dos recursos dos impostos por ente da federação desde 1980<sup>97</sup>.

Tabela 39 – Carga tributária disponível (%) por entes da federação

ANO	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
1980	68,16	23,27	8,57
1988	60,09	26,61	13,3
2000	56,70	26,58	16,72
2005	57,61	25,23	17,16
2007	58,14	25,27	16,59
2010	57,00	24,70	18,30
2015	54,00	25,00	21,00

Fonte: 1980-2010 - Souto (2012), 2015 - IBR/FGV

Para Lira *et. al.* (2013), os municípios possuem diferentes capacidades econômicas e fiscais, ao mesmo tempo que demandam níveis mínimos de bens e serviços públicos, porém muitas vezes não conseguem prover sem a contribuição dos demais entes da federação. Sendo assim, surge a necessidade adotar sistemas de equalização que distribuam receitas e encargos

<sup>95</sup> Este tema é tratado na Seção VI - DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS da Constituição Federal. Art 157 a 161.

<sup>96</sup> O Fundo de Participação é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo o número de habitantes. Art. 159. A União entregará: I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.

<sup>97</sup> Segundo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o Brasil é o país com pior retorno à população nas esferas federal, estadual e municipal, quando comparado aos 30 países que possuem as maiores cargas tributárias do mundo, em relação às áreas de saúde, educação e segurança. Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2595/CNPL-Brasil-e-o-Pais-que-proporciona-pior-retorno-em-servicos-publicos-a-sociedade>, acesso em 25 de junho 2018.

de forma a reduzir as disparidades entre os governos subnacionais e fornecer condições favoráveis à prestação de serviços com um padrão ínfimo nacional.

Na percepção dos entrevistados, apesar do engajamento de alguns prefeitos com o tema da segurança pública, a maior parte dos gestores municipais ainda não possuem a consciência que a ação do Município é de grande importância no combate à violência e à criminalidade.

“No entanto, não apenas pelo regramento constitucional, mas também por decisão política, a maioria dos gestores municipais não quer se envolver nas questões relacionadas à Segurança Pública, preferindo investir na área de trânsito, visando arrecadar com multas, sem falar na corrupção generalizada na gestão dos recursos públicos”. D7.Q5.

“nós temos alguns municípios que são exemplos muito positivos, mas a grande maioria, em termos de guarda, existe uma completa desorganização”O2.E2

Este fato se deve a uma interpretação estrita do artigo 144 da Constituição Federal de 1988 que prevê expressamente que segurança Pública é um dever do Estado. Entretanto, na última década, está havendo um alargamento da questão de Segurança Pública, deixando de ser um problema estritamente policial para se tornar uma questão multidisciplinar, onde o município teria um papel fundamental.

Para os entrevistados uma série de medidas poderiam ser desenvolvidas pelos municípios que poderiam contribuir para reduzir a violência. As ações mais citadas foram aglutinadas em quatro eixos norteadores: 1) Controle e ordenamento urbano; 2) Integração e articulação com as polícias; 3) Oportunidade para os jovens e população vulnerável; e 4) Prevenção dos crimes e redução dos riscos. O quadro 4 sintetiza as principais ações que poderiam ser implementadas em âmbito municipal.

Quadro 4 – Ações que podem ser desenvolvidas pelos municípios

Eixos	Ações
Controle e ordenamento urbano	Melhorar a iluminação pública
	Fiscalizar a limpeza de terrenos desocupados
	Ofertar mais equipamentos públicos de lazer, esportivos, e educativos
	Realizar o ordenamento de vias públicas
	Reordenar os vendedores ambulantes
Integração e articulação com as polícias	Monitorar os conflitos sociais nas comunidades
	Integrar com as forças de segurança do Estado
	Instalar sistema câmeras de vídeo-monitoramento

	Atender ocorrências menores, como perturbação do sossego <sup>98</sup>
Oportunidades para os jovens e população vulnerável	Ofertar programas sociais para população em estado de vulnerabilidade
	Desenvolver políticas públicas para os jovens (esportes, artes, cultura)
	Ofertar aos jovens cursos técnicos e vagas de emprego
	Dar maior atenção à educação de base
Prevenção dos crimes e redução dos riscos	Realizar palestras focadas em temas de prevenção
	Implementar políticas para tratamento de usuários de drogas e redução de riscos

Fonte: O autor.

Muitos dos pontos abordados pelos entrevistados corroboram com as ideias apresentadas por Kahn (2005) que identificou um sistema de indicadores que poderiam ser aplicados dentro de um plano municipal de segurança tendo como objetivos a redução dos índices de criminalidade, o aumento da sensação de segurança e a melhora da imagem da guarda municipal. O quadro 5 sintetiza alguns indicadores propostos.

Quadro 5 – Ações que podem ser desenvolvidas pelos municípios

<b>Ações</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>
Ampliar a atuação da Guarda, orientando-a principalmente para as áreas de maior risco de violência contra a pessoa, por meio do aumento e redistribuição do efetivo existente	Contratar N novos guardas	Número de guardas / taxa de guardas por mil habitantes
Melhoria da iluminação da cidade, em especial dos pontos em que se concentram ocorrência criminosas no período noturno	Iluminar N hot-spots de crimes contra o patrimônio e contra a vida	Número de pontos iluminados
Programas culturais e cursos profissionalizantes direcionados a jovens acima de 14 anos; instituir os Centros da Juventude, visando a atrair os jovens para o mercado de trabalho, fazendo parceria com a iniciativa privada para a implementação de bolsas de estudos e estágios.	Criar N vagas de cursos profissionalizantes para jovens	Número de vagas criadas
Programas de incentivo à maior permanência dos alunos na escola	Aumentar em N horas diárias a permanência dos jovens nas escolas.	Número de horas dentro das escolas

Fonte: Kahn (2005), adaptado

O sítio eletrônico do Planalto descreve resumidamente as responsabilidades dos três entes da federação na gestão da Segurança Pública. Nele, os municípios têm a competência para

<sup>98</sup> Art. 42 da lei de contravenções penais.

desenvolver ações de prevenção por meio da instalação dos equipamentos públicos como iluminação e câmeras. Além disso, cabe ao governo local a criação de guardas municipais para a proteção de bens, serviços e instalações<sup>99</sup>. Para Gonçalves (2009), é competência comum aos três entes federados zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público. Desenvolver políticas que possam não apenas reprimir a violência (atribuição exclusiva das polícias federal e estaduais), mas que possam preveni-la é dever da União, dos estados e também, especialmente, pela natureza de suas competências, dos municípios.

Outra questão levantada foi criação dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI, que consiste em um fórum deliberativo e executivo, sendo responsável pela definição de ações de proteção e promoção de direitos, prevenção situacional e social das violências, repressão qualificada da criminalidade. O objetivo é discutir, deliberar e executar políticas com vistas ao controle, à prevenção e à diminuição das violências e crimes e ao consequente aumento da sensação de segurança nas cidades<sup>100</sup>.

“Eu trabalhei em Jabotão e lá tem um pacto Municipal de Segurança...eu fazia parte desse projeto de Jabotão em que o prefeito se reunia com Seccional, com o delegado responsável pela área de homicídios e uma vez por mês a gente debatia o que é que precisava, então eu acho que isso pode ser feito em todos os municípios, então a gente questionava olha lá tá violento mas não tem iluminação, falta a colocação de câmeras de segurança é uma área violenta a gente não consegue recuperar nenhum dado de crime ou a população não se aproxima porque não tem posto de saúde, a delegacia fica muito distante”. D4.E7.

No GGI, as decisões são baseadas no consenso do grupo, sem hierarquia e subordinação entre seus componentes, respeitando as autonomias institucionais, almejando a cooperação mútua, facultando a participação, sempre que possível e necessário, da sociedade civil. Os Gabinetes são compostos por representantes dos entes federados e das instituições do Poder Público que atuam, de forma direta ou indireta, na área da Segurança Pública.

Os entrevistados apontaram a falta de integração das políticas e ausência de ações conjuntas das forças policiais da União, dos Estados e dos Municípios.

“O que a gente precisa hoje é que o governo Federal possa desenvolver uma política de segurança padronizada, hoje você tem os Estados fazendo suas políticas de maneira dispersa, cada Estado fazendo de uma forma diferente, a união nem centraliza e muito menos tira do papel aquilo que já existe de bom, os municípios fazendo muito pouco o seu papel, e quando não há integração a tendência é que cada uma faça do jeito que achar melhor e quem perde com isso somos todos nós”. O1.E1.

<sup>99</sup> Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/10/seguranca-publica-e-dever-de-estado>. Acesso em: 21 de novembro de 2017.

<sup>100</sup> Disponível em: [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras\\_publicacoes/pagina-3/19cartilha\\_ggi-corrigida.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/19cartilha_ggi-corrigida.pdf). Acesso em 25 de novembro de 2017.

“A CF de 1988 deveria ser mais clara no estabelecimento das atribuições dos entes federativos na área da Segurança Pública, definindo para a União o estabelecimento de políticas e estratégias nacionais de enfrentamento ao crime, bem como o papel dos Estados e Municípios, para que estes possam atuar de forma mais integrada.”D7.Q5.

Para Lima (2017), o Brasil vive uma profunda crise republicana e federativa de implementação e coordenação de ações na segurança pública, já que há uma série de ruídos entre Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como entre Polícias Civil e Militar e Ministério Público. De igual modo, também não há alinhamento de papéis entre União, Distrito Federal, estados e municípios.

As mais recentes medidas adotadas pelo governo federal visando dar uma maior atenção à Segurança foi a mudança em fevereiro de 2017 no nome do Ministério da Justiça e Cidadania para Ministério da Justiça e Segurança Pública, e a publicação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp)<sup>101</sup>.

O Susp, coordenado pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública, busca integrar os órgãos de segurança e inteligência, padronizar informações, estatísticas e procedimentos, além de monitorar resultados das ações propostas e inteligência<sup>102</sup>.

Além dessa falta de uniformidade de políticas, alguns entrevistados defenderam também a adoção do ciclo completo de polícia, que consiste na atuação plena das instituições policiais, isto é, atuar na prevenção, na repressão e na investigação. Esse é o modelo adotado na Europa, América do Norte e América do Sul. Com exceção de três Países no mundo - Brasil, República de Cabo Verde e República Guiné-Bissau - todos os outros adotam o ciclo completo para as suas polícias<sup>103</sup>.

“nós fazemos parte de uma minoria... só são os três países no mundo basicamente que adota esse sistema de polícia que tem aqui no Brasil, aonde não existe uma polícia única, uma polícia que faça tudo, que começa e termina, entendeu”. O2.E2.

“Modificar a constituição, de forma a dar o ciclo completo as forças policiais, quer seja por responsabilidade territorial ou responsabilidade criminal, como ocorrem em alguns países”. O5.Q3.

Zaverucha (2004) alega que a duplicidade de polícias, sem fazer o ciclo completo, resulta em uma organização jogando sobre a outra a responsabilidade pela liberação do preso.

<sup>101</sup>Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm), acesso em 21 de junho de 2018.

<sup>102</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/11/temer-sanciona-sistema-unico-de-seguranca-publica.htm>, acesso em 21 junho 2018.

<sup>103</sup> Disponível em: <http://www.ciclocompleto.com.br/pagina/1339/10-perguntas-sobre-o-ciclo-completo-de-poliacutecia>, acesso em 28 de maio de 2018.

A polícia militar se queixa de entregar o delinquente ao delegado e o meliante ser, frequentemente, solto devido a ingerência política ou a propina. O delegado recebe o detido de um policial militar que não lhe está subordinado, e o faz em situação de completo desconhecimento sobre as circunstâncias que levaram a sua detenção. O PM também alega que corre risco de vida para capturar o suposto bandido e quem leva os louros da operação é o delegado. A polícia civil se defende alegando que como o PM não fez o auto de flagrante corretamente, é obrigado a soltar o detido. Isto acirra ainda mais os ânimos entre as duas instituições<sup>104</sup>.

Para Saporì (2016), ainda não é consenso, mas a constatação de que o atual sistema policial brasileiro está esgotado é cada vez mais ampla e são poucos os que ignoram o fato de que a dualidade polícia ostensiva/polícia investigativa tornou-se foco crônico de ineficiência na atuação do Estado na provisão de Segurança Pública.

Ratton et. al. (2013) apud Spaniol (2017) salienta que as instituições policiais não experimentam reformas significativas nas suas estruturas. O Congresso tem dificuldades para fazer avançar uma agenda de reformas impostas pela Constituição de 1988, como por exemplo, a reforma do modelo policial, a criação de mecanismos de cooperação, o ciclo completo de polícia, a transparência e a prestação de contas<sup>105</sup>. A integração entre polícia militar e polícia civil é muito mais exceção do que regra. Conflitos crônicos na definição de competências e na distribuição de recursos orçamentários bem como a desarticulação da ação operacional são fenômenos cotidianos que reduzem a capacidade do poder público conter o avanço da criminalidade<sup>106</sup>.

Em síntese, os entrevistados acreditam que os municípios têm um papel fundamental na Segurança Pública pois estão mais próximos dos problemas diários dos cidadãos. Além

---

<sup>104</sup> Hausen apud Silva Junior, aponta que o modelo atual de polícia é fruto não só de uma evolução histórica, mas acentuadamente resultado de uma má construção dos paradigmas que foram incorporados ao pensamento acadêmico-jurídico e à prática político-administrativa de nosso país. Disponível em: [http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/09/yuri\\_hausen\\_20171.pdf](http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/09/yuri_hausen_20171.pdf), acesso em 16 de agosto de 2018.

<sup>105</sup> Em julho 2018 foi instituído o Sistema Nacional de Boletins de ocorrência, que irá padronizar e unificar o registro de crimes e infrações em todo o território nacional através da integração dos bancos de dados de todos os estados. Atualmente apenas oito estados repassam os dados sobre os boletins de ocorrência de forma regular ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Entretanto com a criação do SUSP os Estados que não se integrarem a base de dados não receberam recursos de custeio e de investimento. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/estados-do-sudeste-relutam-em-repassar-dados-criminais-para-governo-federal-22849679>, acesso em 26 de julho de 2018.

<sup>106</sup> O artigo 144 da Constituição Federal delimita a atuação dos órgãos de Segurança Pública. Às polícias civis incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Ou seja, a PM coíbe a ocorrência de crimes de maneira imediata, através de sua presença e poder coercitivo. Já a PC costuma atuar após a ocorrência do crime, através da atividade investigativa e busca de provas.

disso, defendem que algumas medidas preventivas e de redução de riscos poderiam ser aplicadas como: ordenamento urbano e criação de oportunidade para os jovens. Todavia, os entrevistados salientaram a incapacidade de atuação de boa parte dos municípios em virtude da escassez de recursos e da injusta repartição das receitas dos tributos. Soma-se a isso a falta de engajamento de alguns prefeitos com o tema.

### 3.2 INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Quando questionados sobre a elevação dos índices de homicídios no interior do país, os entrevistados apontaram algumas causas, mas o principal ponto abordado foi a diferença de investimentos destinados aos grandes centros urbanos em relação aos municípios do interior. Foi mencionado que os investimentos não só de Segurança Pública, mas também das diversas políticas públicas é superior nos grandes centros urbanos do que o apresentado nos pequenos municípios. Resultando nessas localidades a ausência do Estado, fragilidade que incentiva a atuação dos criminosos.

“Nas capitais e regiões metropolitanas as ações, as políticas públicas chegam mais rapidamente, então com isso é natural que a criminalidade se expanda para municípios menores, porque é óbvio que ele vai buscar a facilidade, se ele chega para assaltar um carro, se tem um que está com a porta aberta e um com a porta fechada com alarme é óbvio que ele vai levar aquele carro que está com a porta aberta”. O1.E1.

Como vimos anteriormente, a distribuição dos recursos é desigual entre os entes federados, mas outro fator que agrava muito a ausência de investimentos por parte dos municípios é a corrupção<sup>107</sup>. De acordo com D1.E3:

“a questão da corrupção como tô te dizendo nos municípios interior, se você for investigar cada município você vai encontrar um foco de corrupção, mas a gente não tem força suficiente... estrutura suficiente para que se faça em cada município uma investigação, a gente percebe que isso é uma coisa generalizada, crônica” D1.E3.

Como consequência, verifica-se uma ausência do Estado nos municípios menores, acarretando, no caso da experiência de Pernambuco, falta de efetivo, precariedade das estruturas físicas e viaturas inadequadas, como por exemplo: a ausência de veículo tipo caminhonete para as áreas rurais e carros descaracterizados para o trabalho de investigação.

---

<sup>107</sup> O sentido de corrupção empregado neste trabalho se refere quando o recurso público destinado para atender aos anseios da população é utilizado em benefício individual do próprio gestor ou de seus apadrinhados.

“os índices aumentam de acordo com a falta da presença do estado é essa é a verdade, os municípios no interior hoje tem em média lançado uma viatura e dois PMs para atender uma população de média de 20 – 30 mil pessoas né, uma área territorial imensa, uma guarnição só e dois PMs praticamente atende apenas ocorrências do que policiam a cidade ... há um ano atrás algumas cidades não tinham policiamento escalado ordinariamente no município, a guarnição era para atender dois municípios, três municípios”. O3.E5.A polícia civil, no caso de Pernambuco, também sofreu com a falta de investimentos nos municípios do interior.

“Pernambuco eu te digo sem medo de errar, o desmantelamento da Polícia Civil no interior do Estado foi uma das causas predominantes que mais contribuiu para isso aí porque você não tem autoridade policial na cidade, você não tem uma equipe para investigar”. D1.E3.

A ausência da polícia científica quase que na totalidade dos municípios do interior foi apontada também como fator determinante da ausência de investimentos por parte do Estado.

“Coisas básicas que era para nós termos em todos os municípios, no que diz respeito a uma estrutura de segurança do Estado era presença do segmento científico, hoje se você tiver de remover um cadáver, depende de uma prefeitura para contratar uma funerária para remover os cadáveres lá na ponta. Local de Crime você não tem perito em todas as cidades, não têm núcleos”. D1.E3.

Segundo a Associação dos delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe), é comum faltar materiais como papel e tinta para impressora, itens de proteção individual e limpeza, além de haver dificuldades para o uso de computador e internet, muitas delegacias encontram-se fechadas à noite e nos fins de semana<sup>108</sup>. Este fato também foi mencionado pelos entrevistados.

“onde a gente tem problemas hoje no que diz respeito a papel... aluguéis em atraso”. D1.E3

“...municípios pequenos possuem pouco efetivo ou nenhum, bem como instalações precárias e a falta de viaturas adequadas...” D6.Q4

---

<sup>108</sup> Disponível em <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/rondajc/2018/06/01/faltam-papel-tinta-para-impressora-e-atende-internet-nas-delegacias/>, acesso em 01 de junho de 2018.

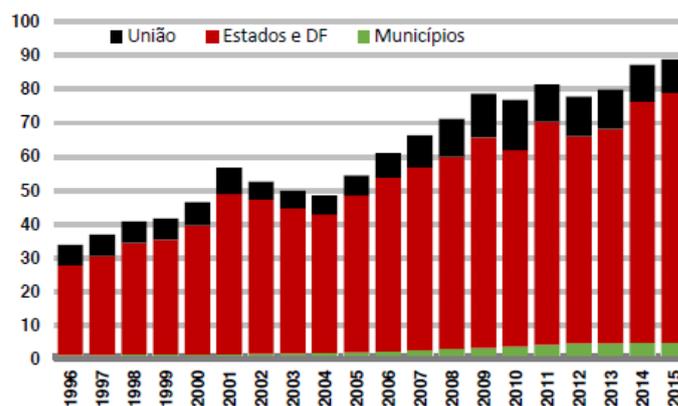
Foto 1 – Estrutura das Delegacias de Pernambuco



Fonte: TV Jornal <sup>109</sup>

Apesar dos gestores citarem a falta de investimentos em segurança pública como explicação para o aumento da criminalidade, o estudo “Custos econômicos da criminalidade no Brasil (2018)”<sup>110</sup> aponta o incremento dos gastos reais do setor público com segurança na ordem de 170% entre 1996 e 2015. Entretanto, no mesmo período, não houve reversão na tendência absoluta do número de assassinatos no Brasil, com uma variação positiva de 35 mil para 54 mil homicídios, um aumento de 54,29% enquanto a população cresceu 30,19%. A figura 11 ilustra a evolução dos gastos em segurança pública por ente da federação desde 1996.

Figura 11 – Gastos em segurança pública por ente da federação



Fonte: Custos econômicos da criminalidade no Brasil (2018)

<sup>109</sup> Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2017/03/23/reportagem-mostra-situacao-precaria-em-delegacias-de-pernambuco-29744.php>, acesso em 16 de agosto de 2018.

<sup>110</sup> O relatório mensurou os gastos do setor público e privado em seis áreas: segurança, seguros e danos materiais, custos judiciais, perda de capacidade produtiva, encarceramento e serviços médicos e terapêuticos.

O referido estudo também aponta outro fato destacado pelos gestores: a desproporcionalidade dos gastos com segurança entre união, estados e municípios. Os Estados arcam com cerca de 80% do total. A participação da União varia entre 10% e 19%, chegando a seu valor máximo em 2010. A participação dos municípios aumentou de 3% para 6% do total.

O estudo destaca que, com a exceção do Pará e do Espírito Santo, os demais estados possuem espaço fiscal limitado, o que indica que as alternativas de política pública para a área de segurança não poderão se basear simplesmente na expansão do gasto público. Soma-se a essa questão a emenda constitucional 95, publicada em 2016, que limita o aumento dos gastos federais à inflação do ano anterior.<sup>111</sup> A figura 12 resume os níveis de homicídios e o espaço fiscal de cada um dos estados.

Figura 12 – Espaço fiscal e níveis de violência

		Menor Espaço Fiscal → (Capacidade de pagamento da UF. A = melhor; D = pior)				
		A	B	C	D	
← Mais violento (Taxa de homicídios por 100 mil habitantes)	10 a 20		SP, RR	SC		Maior capacidade
	20 a 30		AC, PR	MG, MS, DF, PI	RS, RJ	Capacidade moderada
	30 a 40	ES	AM, AP, RO, MA	TO, MT, BA, PE		Menor capacidade
	40 a 50	PA	RN, CE, PB	GO		
	50 a 60		AL	SE		

Fonte: Capacidade de pagamento, Secretaria do Tesouro Nacional - ano mais recente disponível (MG 2015; outras UFs 2017); Taxa de homicídios, Cálculos da SAE/PR com dados do SDM, Ministério da Saúde, 2015.

Fonte: Custos econômicos da criminalidade no Brasil (2018)

A fragilidade do Estado também é sentida com a ausência de autoridades nos municípios menores.

“Na minha visão, a principal causa de aumento da violência no interior está na falta de Juízes, Promotores e Delegados de Polícia, a falta dessas autoridades leva a uma sensação de impunidade, que acaba resultando numa cultura de "vingança privada". D6.Q4.

Para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é obrigatório que o magistrado more na comarca em que atua. As autorizações para que juízes residam em outras comarcas são excepcionais e devem ser regulamentadas pelos tribunais, de forma fundamentada, segundo critérios de conveniência e oportunidade, e que este fato não prejudique a prestação

<sup>111</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>, acesso em 16 de agosto de 2018.

jurisdicional<sup>112</sup>. Entretanto o que se presencia de fato é muito diferente das recomendações do CNJ:

“pouquíssimo julgadores moram nos municípios, principalmente nos municípios pequenos né, quando você é um indivíduo morando no município pequeno aí tem outro problema às vezes ele não tem um suporte do Estado para poder manter a segurança dele, para que ele mantenha o indivíduo preso, quer dizer o Estado joga o indivíduo lá para julgar, para botar na cadeia traficante, assaltante, quer que ele more lá, mas quando ele mora lá não dá segurança para ele, é obvio que ele tem família, ele tem tudo, ele não vai ter aquela mão tão pesada quanto deveria ter, essa é minha opinião.” D3.E6.

Além da falta de atenção e de investimentos do Estado nos municípios menores, a disseminação do tráfico de drogas também foi apontada como um fator determinante do aumento da violência nos pequenos municípios.

“Está havendo a migração do crime do tráfico, é muito comum você chegar interior, e olhe que já trabalhei em vários municípios, e as pessoas dizerem: “isso nunca existiu aqui” se referindo ao crack. Cidades que passavam anos sem ter homicídios e hoje é comum existirem homicídios diretamente ligados a atividade criminal e especificamente ao crack. Então está havendo a interiorização maior dos homicídios por conta do aumento da atividade criminal, mais especificamente ao tráfico e consumo de drogas, acerto de contas e outras coisas mais, coisas que só tinham nos grandes centros urbanos”. O2.E2.

Waiselfisz (2008) destaca o deslocamento da violência das grandes capitais e metrópoles para cidades menores, nas regiões de fronteira e no interior. Para ele, no geral, as taxas são alarmantes em locais que não contam com a presença do Estado, de desmatamento ou dominadas pelo contrabando de armas e tráfico de drogas.

Na percepção dos entrevistados, na maior parte das cidades do interior, os indicadores sociais são baixos, falta emprego e oportunidades de qualificação profissional, opções de estruturas de lazer e esportivas. Foi citado também a chegada ao interior de problemas sociais antes existentes apenas nos grandes centros urbanos como: ocupação desordenada do solo, surgimento de comunidades sem estrutura viária, iluminação, saneamento básico, comércio de ambulantes sem controle.

“a falta de oportunidades né, eu falo da questão educacional a questão universitária, a questão de emprego isso influi muito, a gente pode perceber nos anos onde o desemprego diminuiu também diminuiu o número de homicídios, ou seja, quando as pessoas estão empregadas como as pessoas têm uma atividade remunerada o número de homicídios cai isso é um fato relevante”. D2.E4.

Waiselfisz (2014) destaca iniciativas que diminuíram os índices CVLI de forma significativa, aliando componentes repressivos – como a retomada de territórios dominados pela criminalidade, a melhoria da eficiência e a depuração e articulação das estruturas da segurança pública – com ações

<sup>112</sup> Disponível em: <http://cnj.jus.br/noticias/cnj/59510-cnj-confirma-obrigatoriedade-de-magistrado-morar-na-comarca-em-que-atua>, acesso em 14 de junho de 2018.

preventivas, como a campanha do desarmamento, ou as propostas para dar aos jovens alternativas às drogas, à exclusão educacional, cultural e laboral.

“na verdade o que falta no interior hoje é investimento de políticas públicas, você hoje não tem no interior um projeto para os jovens, as escolas no interior não são de tempo integral, você não tem parques, praças... campo de futebol, atividade esportiva, socioeducativa, tá entendendo, não se tem isso no interior. Aliado a isso o índice de desenvolvimento humano é muito baixo, as cidades não têm saneamento, as cidades não têm investimento, o comércio é muito fraco... a movimentação financeira na cidade é pequena, às vezes são postos bancários. Então basicamente nessas cidades pequenas é os correios, um banco, que pode ser público ou privado e uma casa lotérica então ... os jovens não tem perspectivas entendeu, e o movimento de drogas invadiu a cidade interior...com essa sociedade fragilizada o crime organizado invadiu as cidades, e eles oferecem emprego para esses jovens perspectiva de comprar um carro, uma roupa nova, um tênis e eles vão para aquele mundo de droga...Cresceram as favelas no interior, todo interior tem uma favela, antigamente numa cidade do interior não existia favela, existia algumas casas de pessoas mais humildes mas a favela em si que a gente via no Recife no a gente não tinha no interior”. O3.E5

A partir do que foi dito por alguns gestores como possíveis fatores que influenciam na taxa de homicídios, utilizando dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>113</sup>, foram escolhidos cinco indicadores dos 5.565 municípios brasileiros e comparados com a taxa de CVLI de cada um deles para o ano de 2010, buscando encontrar possíveis correlações. O quadro 6 traz os cinco indicadores escolhidos e uma breve descrição.

Quadro 6 – Indicadores Escolhidos

<b>Indicador</b>	<b>Breve descrição</b>
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
RDPC	Renda per capita média
T_NESTUDA_	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem
E_ANOESTUDO	Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade
AGUA_ESGOTO	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e

Fonte: Atlas do Desenvolvimento do Brasil

Ao aplicarmos a técnica de correlação de Pearson com os dados levantados, foi verificado baixas correlações entre as variáveis dependentes com a taxa de CVLI. Apesar de baixas as correlações são estatisticamente significativas e apresentaram os sinais esperados, conforme verificado na Tabela 40.

<sup>113</sup> O Atlas é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros. Com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, além do IDHM, o Atlas traz mais de 200 indicadores relacionados a demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/atlas2013\\_dadosbrutos\\_pt.xlsx](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/atlas2013_dadosbrutos_pt.xlsx), aceso em 26 de junho 2018.

Tabela 40 – Correlação de Pearson: Taxa de CVLI (dependente)<sup>114</sup>

CVLI	IDHM	RDPC	T_NESTUDA_ NTRAB_MMEIO	E_ANOS ESTUDO	AGUA_ ESGOTO
Correlação de Pearson	-0,084**	-0,071**	0,121**	-0,117**	0,082**
Sig. (2 extremidades)	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
N	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565

\*\* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: O autor..

Os resultados sugerem que: (1) quanto maior o IDHM, menor é a taxa de CVLI; (2) quanto maior a Renda per capita média, menor é a taxa de CVLI; (3) quanto maior o percentual de jovens que nem estudam nem trabalham, maior a taxa de CVLI; (4) quanto maior a expectativa de anos de estudo, menor é a taxa de CVLI; (5) quanto maior o percentual de pessoas com saneamento básico inadequado, maior é a taxa de CVLI. Os gráficos de dispersão da correlação entre a taxa de CVLI com as demais variáveis estão no Apêndice E. Dessa forma, os números corroboram o que foi dito pelos entrevistados.

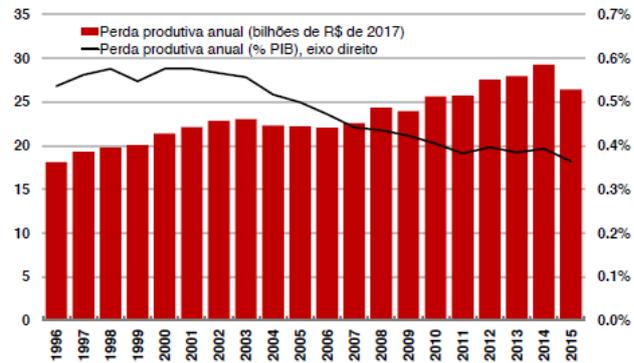
A importância dos investimentos de políticas públicas voltadas para os jovens foi unanimidade entre os entrevistados, a morte de um jovem causa um enorme prejuízo para a sociedade. De acordo com o estudo: “Custos econômicos da criminalidade no Brasil”, um homicídio resulta em redução da população, o que parcialmente se converte em redução da força de trabalho e, por consequência, uma redução do Produto Interno Bruto.

Quanto mais jovens forem as vítimas piores são as perdas. Para homicídios ocorridos entre 13 e 25 anos, o valor presente (2017) da perda da capacidade produtiva de cada morte é de cerca de 550 mil reais, considerando aproximadamente 60.000 homicídios em 2015 temos como valor anual da perda produtiva 26 bilhões de reais. Se considerarmos o valor acumulado de 1996 a 2015, as perdas superam os 450 bilhões de reais.

<sup>114</sup> IDHM, RDPC, T\_NESTUDA\_NTRAB\_MMEIO, E\_ANOSESTUDO, AGUA\_ESGOTO (independentes). Período 2010.

A figura 13 ilustra a perda de produtividade anual resultante do número de homicídios.

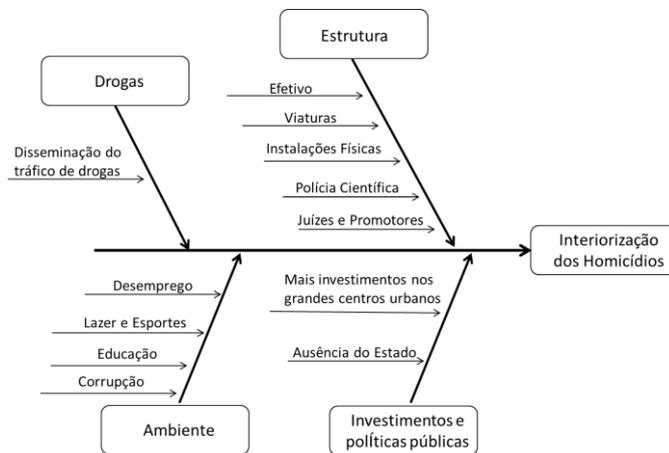
Figura 13 – Perda agregada em capacidade produtiva por homicídios (1996-2015)



Fonte: Custos econômicos da criminalidade no Brasil (2018)

As principais causas apontadas pelos gestores para explicar o efeito “interiorização da violência”, foram categorizadas e estruturadas em um diagrama de causa e efeito. A Figura 14 ilustra o diagrama.

Figura 14 – Diagrama de causa e efeito – Interiorização da Violência



Fonte: O autor.

Os gestores também sugeriram algumas ações que poderiam ser desenvolvidas para combater o aumento da violência no interior. O quadro 7 sintetiza algumas dessas ideias.

Quadro 7 – Ações para combater a violência no interior

Ações
Manter o efetivo mínimo necessário para funcionamento das polícias. (Área urbana e rural).
Interiorizar a inteligência e a polícia científica.
Implementar ações focadas na geração de emprego e renda.
Investir em políticas públicas de educação, esportes e lazer, principalmente para os jovens
Investir na prevenção social, sobretudo para combater o consumo de drogas.
Designar para cada município: Juiz, Promotor e Delegado.
Efetivar Pontos fixos de policiamento nas rodovias estaduais e federais
Ativar o plantão de delegacias em mais municípios.
Designar grupos táticos para coibir os ataques a bancos.
Discutir a adoção do ciclo completo das forças policiais (responsabilidade territorial ou criminal).
Criar e estruturar as Guardas Municipais nos diversos municípios.
Integrar a comunidade, prefeituras e os órgãos de segurança.

Fonte: O autor.

Como foi visto, o aumento substancial dos gastos reais com segurança pública teve pouco retorno social e, no futuro, haverá pouco espaço para o contínuo aumento de gastos nessa área. Dessa forma as ações propostas devem direcionar os esforços nas intervenções que têm mais probabilidade de funcionar empiricamente, esse é o objetivo da *Política de Segurança Baseada em Evidências*.

Essa reorientação permite fazer mais com menos, ao realocar recursos inicialmente investidos em políticas sem impacto. Podendo aumentar também a produtividade da própria força policial, ao poupar tempo, dinheiro e frustração despendidos em direcionamentos emergenciais que muitas vezes não solucionarão o problema de fundo. Há cinco benefícios principais da adoção tal modelo: decisões melhor informadas; mais retorno social ao gasto público; melhor *accountability* e confiabilidade do público; mais colaboração e responsividade entre setor público, academia e institutos de pesquisa e da sociedade civil; formulação de políticas preventivas e não reativas<sup>115</sup>.

Sob o paradigma de políticas de segurança baseada em evidências, existe um estoque de intervenções para os quais efetivamente se espera retornos, com base na melhor evidência científica disponível. O quadro 8 ilustra as intervenções que mais geram o impacto na redução da violência e que também foram citados pelos gestores.

<sup>115</sup> Fonte: Custos econômicos da criminalidade no Brasil (2018)

Quadro 8 – Impacto de Distintas Intervenções em Segurança Pública

<b>Intervenção</b>	<b>Descrição</b>	<b>Impacto esperado</b>
Estabelecimento de policiamento georreferenciado ( <i>hot spots</i> )	Focalização dos recursos e atividades naqueles pontos onde a atividade criminal está concentrada.	Redução na incidência de ocorrências a partir da intervenção. Acompanhamento de possíveis migrações.
Programas de prevenção da evasão escolar	Priorização do aumento do tempo de permanência na escola e menor exposição de jovens ao risco da criminalidade.	Redução da exposição de jovens ao crime
Programas de prevenção precoce focalizada em famílias	Oferta de serviços de atenção infantil, especialmente para famílias monoparentais	Redução da exposição de jovens ao crime
Restrição ao acesso indiscriminado a armas de fogo	Redução no estoque total de armas aumenta o preço nos mercados legal e ilegal de armas, reduzindo efeito promotor das armas de fogo no número total de homicídios.	Redução dos homicídios com armas de fogo e, conseqüentemente, redução no número total de homicídios. Mais eficiente se regulação focalizar indivíduos de alto risco.
Aumento da iluminação pública	Aumento da visibilidade e conseqüente aumento do número de pessoas nas ruas.	Redução nos crimes violentos e danos à propriedade.

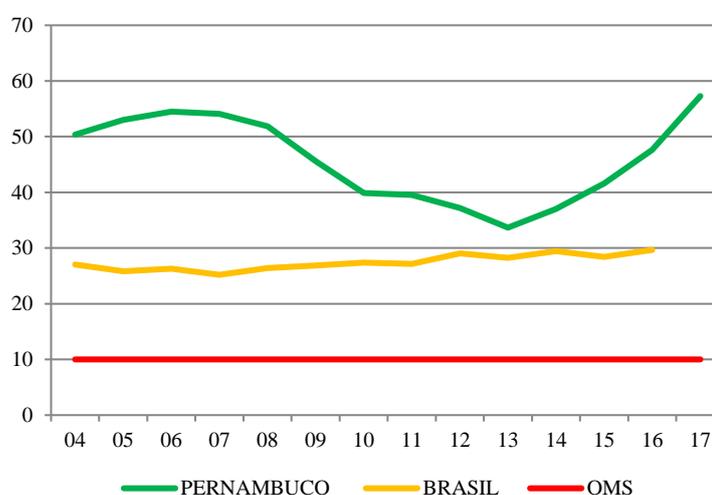
Fonte: Custos econômicos da criminalidade no Brasil (2018)

Em síntese, para os entrevistados a elevação dos índices de homicídios no interior do país se deve a alguns fatores como: (1) a diferença de investimentos destinados aos grandes centros urbanos em relação aos municípios menores, (2) ausência de autoridades (delegados, juízes e promotores). Na maior parte das cidades do interior, (3) os indicadores sociais são baixos, (4) falta emprego e oportunidades de qualificação profissional, opções de estruturas de lazer e esportivas. Foi citado também a chegada ao interior de problemas sociais antes existentes apenas nos grandes centros urbanos como: (5) problemas de ocupação, estrutura viária, iluminação, saneamento básico e (6) a disseminação do tráfico de drogas. (7) A situação de Pernambuco em particular foi citada a falta de efetivo, precariedade das estruturas físicas e viaturas.

### 3.3 AUMENTO DA VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO

Pernambuco em 2007 apresentava taxa de CVLI por 100 mil habitantes de 54,1, em 2013 a taxa verificada no estado foi de 33,7, uma diminuição de 38%. Entretanto, após sete anos consecutivos de redução, os números de CVLI voltaram a subir a partir de 2014. Em 2017, a taxa de homicídios registrada foi de 57,3, representando um acréscimo de 70% se comparado com 2013. O Gráfico 13 ilustra a variação da taxa de CVLI em Pernambuco e no Brasil entre 2004 e 2017.

Gráfico 13 – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes (PE-BR, 2004-2017)



Fonte: O autor. a partir dos dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco e DATASUS<sup>116</sup>

A grande maioria dos entrevistados apontou como fator predominante para a reversão da curva da taxa de CVLI no estado de Pernambuco os efeitos decorrentes da crise econômica, que gerou desemprego e redução dos investimentos por parte do Estado. O porto de Suape, que durante muitos anos se destacou por aporte de empresas e instalação da Refinaria Abreu e Lima, foi abalado fortemente pela crise e pelos desdobramentos da Operação Lava Jato<sup>117</sup>. Muitas empresas ligadas diretamente a refinaria passaram a ser investigadas pela Polícia Federal.

<sup>116</sup> Dados disponíveis em: <[http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=04ac1a80-c04c-4f0c-ab4c-eb3e429efb1f&groupId=124015](http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=04ac1a80-c04c-4f0c-ab4c-eb3e429efb1f&groupId=124015)>, acesso em 18 de janeiro 2018.

<sup>117</sup> A Operação Lava Jato é a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. Ela teve início no Paraná, em 17 de março de 2014 e investiga crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. O nome Lava Jato faz referência a uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de veículos, em Brasília, usada para movimentação de dinheiro ilícito de uma das organizações investigadas inicialmente. Desde então, a operação descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e algumas das maiores empresas públicas e privadas do país, principalmente empreiteiras. Fonte: <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>, acesso em 07 julho de 2018.

“De 2014 para cá os números começaram a piorar porque o Brasil começou a piorar, então o reflexo da economia é sentido de uma maneira muito drástica no fenômeno do aumento da criminalidade, isso vai acarretar uma coisa chamada desemprego se você for tratar do Brasil quebraram vários Estados, se você tratar de Pernambuco, com desmantelamento de Suape mais especificamente NE, nós tivemos aí mais de 40 mil empregos que foram perdidos, isso sem falar dos outros setores”. O2.E2.

Matérias veiculadas na imprensa nos anos de 2015 e 2016 reforçam a percepção dos gestores acerca dos impactos da crise econômica e da Operação Lava Jato:

“Os escândalos envolvendo casos de corrupção na Petrobras atingiram fortemente a refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Cerca de 45 mil trabalhadores foram dispensados”<sup>118</sup>. “Cinco empresas deixaram de integrar o Complexo Industrial de Suape desde o ano passado (2015), quando a crise econômica se agravou. Os projetos comandados pela Petrobras ou que dependem da empresa, como a Refinaria Abreu e Lima, o polo naval e a petroquímica Suape, sentem os impactos da operação lava jato e do plano de desinvestimento da estatal. Do orçamento Geral da União não houve repasse no ano passado (2015), nem existe a expectativa de liberação de recursos. A previsão para 2016 é de um orçamento próprio de R\$ 118 milhões, bem abaixo da média de R\$ 300 milhões aplicada no complexo nos últimos anos.”<sup>119</sup>

Diante da crise econômica foi destacado a elevação do desemprego no estado a partir de 2014, fato constatado pela pesquisa nacional de domicílios (PNAD) contínua do IBGE. Os dados do 1º trimestre de 2018 apontam que 17,7% da população de Pernambuco está desocupada, o que representa aproximadamente 1,57 milhão de pessoas, em comparativo com o 1º trimestre de 2014 (8,8%) observa-se o dobro de desocupados. Quando se verifica o índice por faixa etária, a faixa de jovens 18 a 24 (perfil da maior parte das vítimas de homicídio), a taxa que era em 2014 de 20,6 subiu para 39,2, um acréscimo de 90%. Com esse resultado Pernambuco hoje possui a 3ª maior taxa de desocupados do país, perdendo apenas para Amapá (21,5) e Bahia (17,9)<sup>120</sup>.

“A grave crise econômica, que já se fazia sentir em 2014 e que se agravou nos anos seguintes, afetou fortemente o índice de desemprego no Estado de Pernambuco. Em certo período, após o término ou paralisação de grandes obras, Pernambuco passou a apresentar uma das maiores taxas de desemprego do Brasil. A crise econômica teve forte impacto na situação financeira do Estado, reduzindo investimentos estruturantes, inclusive na área da Segurança Pública”. D7.Q5.

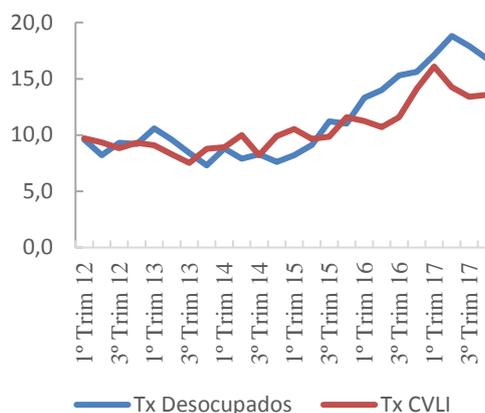
<sup>118</sup> Disponível em: <http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2015/07/08/crise-em-suape-provoca-demissoes-em-massa-e-fechamento-de-empresas-20113.php>, acesso em 06 de junho de 2018.

<sup>119</sup> Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/05/08/crise-atinge-o-complexo-de-suape-maior-polo-de-atracao-de-investimentos-do-estado-234608.php>, acesso em 06 de junho de 2018.

<sup>120</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20983&t=series-historicas>, acesso em 27 de maio de 2018.

Comparando os dados da taxa trimestral de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade em Pernambuco com a taxa de CVLI do Estado no mesmo período, observa-se quase que uma sobreposição das séries no decorrer do tempo, o gráfico 14 ilustra essa variação.

Gráfico 14 – Taxa de CVLI versus Taxa de Desocupados PE (2012-2017)



Fonte: O autor. a partir dos dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco e PNAD

Os resultados sugerem que para o Estado de Pernambuco a série de CVLI apresenta um comportamento similar à de desocupados. Aplicando a técnica de correlação de Person com os dados coletados, observa-se uma correlação alta (0,879) e estatisticamente significativa entre as duas taxas. Quando expandimos a análise para todos os estados brasileiros de 2012 a 2016 observa-se uma correlação positiva média (0,455) e estatisticamente significativa (p-valor = 0,001) entre a taxa de desocupados com a taxa de CVLI anual.

Outro ponto salientado pelos entrevistados diz respeito à implantação das audiências de custódia, iniciado em fevereiro de 2015. O projeto Audiência de Custódia instituído através do Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o CNJ, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. A ideia é que o acusado seja apresentado e entrevistado pelo juiz em uma audiência em que serão ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso. Durante a audiência, o juiz analisará a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. O juiz poderá avaliar também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades<sup>121</sup>.

<sup>121</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>, acesso em 28 maio de 2018.

“A gente precisa pensar a segurança não só quanto Pacto pela Vida, porque algumas situações também foram criadas e, criaram gargalos para segurança pública. Uma delas que eu acho que a gente precisa ... repensar uma melhor forma de fazer é a questão da audiência de custódia que tem engessado muito a polícia militar e a polícia civil” O1.E1

Para os entrevistados, apesar do aparato legal e da tentativa de minimizar a superlotação do sistema penitenciário, as audiências elevam a sensação de impunidade, visto que alguns autores de crimes presos em flagrante são liberados e voltam a efetuar novos delitos. Estatísticas sobre os primeiros meses de funcionamento das audiências de custódia em nove Tribunais de Justiça indicam que 4,05% dos presos autorizados a esperar pelo julgamento em liberdade voltam a ser detidos por novos crimes (índice de reingresso)<sup>122</sup>, entretanto esse número não contempla aqueles reincidentes na qual a polícia não consegue deter por uma segunda vez.

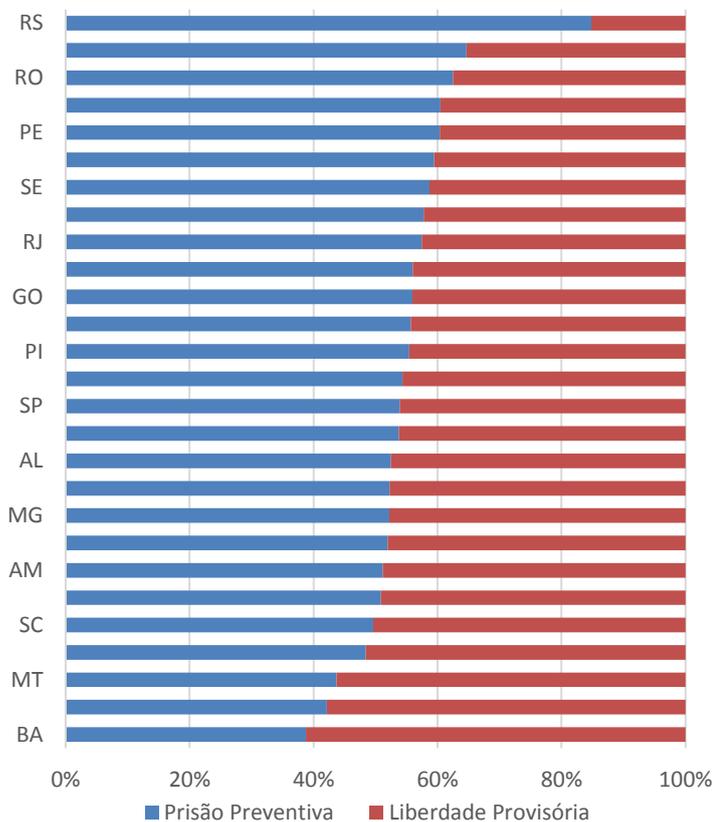
Desde do início do projeto até junho de 2017, aproximadamente 45% dos presos em flagrantes foram liberados no Brasil. Em Pernambuco, esse número é de 40% das 8.628 audiências de custódia realizadas.

---

<sup>122</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80886- apenas-4-dos-liberados-nas-audiencias-de-custodia-voltam-a-ser-presos>, acesso em 10 julho de 2018.

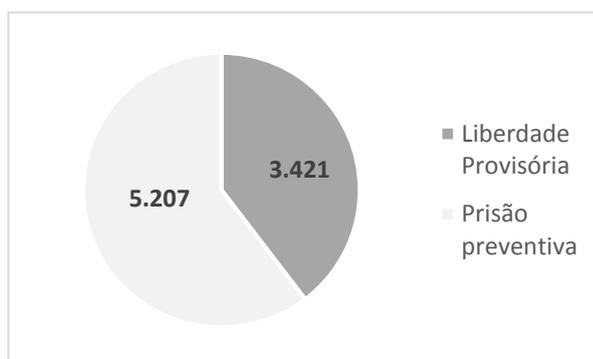
Os gráficos 15 e 16 ilustram os números da audiência de custódia no Brasil e em Pernambuco, respectivamente.

Gráfico 15 – Audiência de Custodia - % Prisão Preventiva e Liberdade Provisória por UF



Fonte: O autor., dados CNJ. Período: 2015 a junho 2017

Gráfico 16 – Audiência de Custodia em Números – Pernambuco



Fonte: O autor., dados CNJ.

Santos (2017) aponta que é salutar a preocupação em se adequar aos pactos internacionais assinados pelo Brasil e o combate aos excessos e violação de direitos dos presos

ocorridos no país. Contudo, deixar de punir a quem cometeu fato típico, antijurídico e culpável é uma ameaça à ordem e à segurança pública.

O autor, também alerta que aplicar as audiências de custódia na estrutura atual não resolverá o problema, pelo contrário, pode atrair outros. Não há policiais suficientes para realizar as conduções ao magistrado. Não há juízes, promotores e defensores suficientes para se garantir o cumprimento do prazo de 24 horas. E não há estrutura e equipamentos adequados para aplicação das penas alternativas<sup>123</sup>.

Outro ponto criticado pelos entrevistados se deve à política atual de minimização dos efeitos da crise do sistema penitenciário<sup>124</sup>. A alternativa encontrada pelos governos é de evitar o encarceramento, e isso segundo os entrevistados vem sendo um dos grandes responsáveis pelo aumento da violência não só em Pernambuco como no restante do país.

“o Brasil fez a opção por uma política de desencarceramento muito grande, muito forte né. Você quando faz a opção de deixar na rua assaltante, indivíduo que porta armas, quase que 100% dos menores, seja homicídio, crime violento ou não, isso é opção clara de expor a população, a sociedade aos crimes, isso é lógico né, bandido preso, não mata”. D3.E6.

Deve-se repensar o sistema penitenciário como um todo, construir novas unidades, diminuição da superlotação, aumentar o controle dos presos através do rigor e da disciplina, mas sempre buscando o tratamento humanizado. Buscar alternativas de qualificação profissional e educacional para os detentos. A justiça deve ser mais célere, e deve haver separação dos detentos de acordo com o crime praticado<sup>125</sup>.

Ainda com relação ao sistema prisional e à política de encarceramento, os entrevistados citam que hoje no Brasil o indivíduo permanece em média seis anos preso em regime fechado, independente do crime que venha a cometer. Então os infratores que foram presos no auge do PPV estão sendo soltos agora, e devido à ausência de ressocialização e inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, eles voltam a cometer crimes.

“o Estado só consegue manter o indivíduo preso por cinco, seis, sete anos no máximo, é a média, se você fizer um estudo hoje com mil pessoas que foram presas pelo DHPP em 2008, todos homicídios, tráfico de drogas, você pode perceber que a maioria ficou 5, 6, 7 anos preso, o pessoal tá saindo” D3.E6

<sup>123</sup> O CNJ estima um déficit de 19,8% de juízes no Brasil. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85407-ha-deficit-de-19-8-de-juizes-no-brasil>, acesso em 05 de outubro de 2018.

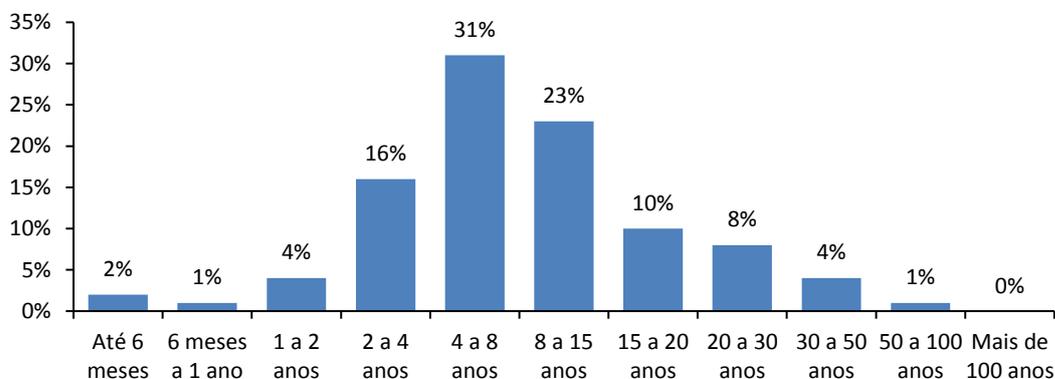
<sup>124</sup> A população carcerária no Brasil chegou a 726,7 mil presos em 2016 e se tornou a terceira maior do mundo. A elevação do número de detentos não foi acompanhada pelo aumento de vagas em presídios, que enfrentam superlotação. Para suprir o déficit no sistema, seria necessário dobrar o total de vagas. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/populacao-carceraria-no-brasil-ultrapassa-700-mil-e-ja-e-a-terceira-maior-do-mundo,70002112986>, acesso em 05 de outubro de 2018.

<sup>125</sup> A Lei nº 13.167 de 2015 fixa normas para a alocação de detentos provisórios e daqueles que já foram condenados, estabelecendo critérios mais rigorosos de separação dos presos nos estabelecimentos penais, de acordo com a gravidade do crime cometido.

“Falta recuperação dessas pessoas que cometeram crimes, de retornar elas para o meio social ... botar essas pessoas para produzir para a sociedade, é o contrário... quem a gente prendeu a 5, 6 anos atrás está sendo solto hoje e voltando as ruas para enfrentar o Pacto, tem um impacto maior porque o cara sai do escritório do crime, com um aprendizado, com contato com outros presos.” O3.E5.

Segundo levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016, 40% dos presos não haviam sido ainda condenados, dos 59% condenados, 38% estão em regime fechado, 15% no semiaberto e 6% no aberto. Do total de presos sentenciados, 54% foram condenados a no máximo, 8 anos de prisão. O gráfico 17 mostra o tempo total de pena dos presos condenados.

Gráfico 17 – Tempo total de penas da população prisional condenada



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016

Para o Procurador Regional da República, Wellington Cabral Saraiva, a soltura de pessoas que respondem a processo por crimes diversos e a falta de encarceramento de pessoas condenadas são dois fatores que afetam a credibilidade no sistema de justiça criminal brasileiro, enfraquecem a noção de que as pessoas devem obediência às leis em geral e até funcionam como estímulo à prática de crimes, pois alimentam a percepção de que as leis têm baixa eficácia.

Em seu artigo, “*Por que pessoas processadas e condenadas não ficam presas no Brasil?*”, ele enumera alguns motivos: 1. O princípio da presunção de inocência, ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória; 2. Existência de atos ilícitos que não são punidos com pena privativa de liberdade; 3. Regimes de cumprimento das penas criminais, o regime aberto, o regime semiaberto e o regime fechado e a progressão de regime; 4. Deficiências do sistema criminal como: falhas na investigação, morosidade, prescrição e extinção de punibilidade; 5. Resistência dos juízes no momento de

decretar a prisão ou manter a prisão de alguém, devido ao conhecimento das péssimas condições do sistema prisional brasileiro; 6. Indultos e saídas temporárias<sup>126</sup>.

A ausência de concursos públicos na área de segurança também foi levantando por boa parte dos entrevistados, principalmente em relação à polícia civil e à polícia científica, como um dos fatores que influenciaram no aumento dos índices de criminalidade. O governo do estado passou dez anos sem realizar concurso para essas duas instituições, 2006-2016. Com relação à Polícia Militar, os concursos foram mais regulares, entretanto a rotatividade é muito mais alta, mensalmente tem-se reduções de efetivo, devido a fatores como aposentadorias, doenças, acidentes, morte, policiais que passam em outros concursos. De acordo com os entrevistados, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal 2001<sup>127</sup>, que limitou os gastos do governo com pessoal, os concursos públicos eram muito mais frequentes, foi citado inclusive que o efetivo de vinte anos atrás era superior ao atual, atrelada a uma escala de trabalho maior.

“a polícia em 2004/2005 tinha o mesmo efetivo que temos hoje... somados a isso houve uma mudança na legislação trabalhista, nosso lançamento operacional passou a ser em uma escala de 24/72 antigamente era 24/48 ... reduziu o número de lançamentos porque você mudou a escala ... numa cidade pequena com a população de 20-30 mil habitantes com seis policiais, ficava um policial no destacamento e os outros policiais com viaturas de rádio, lançava policiamento a pé no centro da cidade, as cidades menores tinham policiamento. Hoje a gente é mais técnico, mais profissional hoje a gente trabalha com os números, como a gente tem um efetivo reduzido e os problemas aumentaram, a população cresceu e o policiamento continua sendo o mesmo a gente hoje usa a estratégia, a gente vai no local onde se precisa de policiamento, onde efetivamente ocorre o crime ... então aquela sensação de segurança que antes tinha, a população diz assim: eu não estou vendo mais o policiamento aqui, cadê aquele destacamento que existia aqui? Cadê aquele posto policial?” O3.E5.

Em relação à Polícia Civil a situação é pior, foram mais de dez anos sem concurso público. Durante um bom tempo muitos municípios não possuíam Delegado titular, muitos desses acumulavam duas, três delegacias, fato agravado quando algum desses profissionais estavam de férias ou licenciados. Atualmente muitas delegacias fecham a noite, funcionado plantões em poucas localidades. Dessa forma, se a população precisar registrar uma ocorrência deve esperar o dia seguinte, ou percorrer distâncias que podem superar os cem quilômetros<sup>128</sup>, assim como os flagrantes efetuados pela Polícia Militar.

“No que diz respeito à polícia civil quando eu entrei (1998) eu tinha 18, 19, 20 policiais em uma Cidade como Goiânia, Condado eu trabalhava com uma equipe naquela época com 11 policiais contando com delegado com tudo, hoje você tem 6,

<sup>126</sup> Disponível em: <https://wsaraiva.com/2014/05/27/por-que-pessoas-processadas-e-condenadas-nao- ficam-presas-no-brasil/>, acesso em 12 julho 2018.

<sup>127</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm), acesso em 16 de agosto de 2018.

<sup>128</sup> Ocorrências do município de Dormentes são registradas em Petrolina, distante 120 km.

compreendeu? Devido ao fato de não existir uma rotina dos concursos públicos para polícia civil capacitação desses policiais”. D1.E3.

Para amenizar os efeitos da falta de efetivo o estado instituiu o PJES (Programa de Jornada Extra de Serviço) na qual o policial poderia vender alguns dias de folga e continuar a prestar o serviço à sociedade. Entretanto, fatores como: 1) baixo valor pago pela hora trabalhada, 2) cansaço físico e psicológico, dentre outros fizeram com o que o programa com o tempo fosse obtendo menos adesão. Após tentativas de melhorias salariais e estruturais, os policiais decidiram em abandonar o programa como forma de pressionar o governo.

“investiu-se muito em jornada extra de policiais e não na contratação de novos policiais, quando ocorreu o advento do movimento que acabaram com a jornada Extra dos policiais, também ocorreu um impacto, a população perdeu aquele afetivo que estava nas ruas” O3.E5.

A Lei 12.544 de 2004 que estabelece o efetivo da Polícia Militar de Pernambuco prevê o total de 26.473 policiais militares<sup>129</sup>, atualmente segundo o Portal da Transparência do governo de Pernambuco existem 20.207 policiais militares ativos, um déficit de 6.266. A polícia civil tem seu efetivo estimado pelas leis 13.231 e 13.213 de 2007 que fixam em 700 delegados, 1.000 escrivães e 8.327 agentes e comissários, totalizando 10.027<sup>130</sup>. De acordo com o portal da transparência o número de servidores vinculados à Secretaria de Defesa Social é de 6.127 englobando não apenas a polícia civil, mais também a polícia científica e os cargos comissionados<sup>131</sup>.

A falta de efetivo aumenta a sensação de insegurança, uma vez que se torna cada vez mais difícil presenciar policiais nas ruas, entretanto não é um problema que afeta apenas a população, esse déficit acaba por sobrecarregar o quadro de servidores ativos.

“Por que efetivo adequado? Porque quando uma cidade ou delegacia distrital não possui efetivo suficiente cria-se uma sobrecarga em cima do efetivo disponível, que passa a trabalhar sobrecarregado para atender as metas do PPV, levando a um desgaste do material humano, que em defesa passa a dar apenas números, ou seja, investiga apenas casos de fácil resolução, sem atacar efetivamente o problema da criminalidade na área” D6.Q4.

Para alguns gestores a implantação da Secretaria de Defesa Social, em 2003, limitou a tomada de decisões por parte da Polícia Civil e Militar. Por exemplo, as remoções e transferências de servidores devem ter o aval de instâncias superiores. Além disso, os cinco

---

<sup>129</sup> Disponível em: <https://pt.slideshare.net/michellesiqueirarmb/plano-4-37372683>, acesso em 16 de agosto de 2018.

<sup>130</sup> Disponível em: <http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/legispcpe/216.html>, acesso em 16 de agosto de 2018.

<sup>131</sup> Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/despesas/remuneracao/>, acesso em 05 de outubro de 2018.

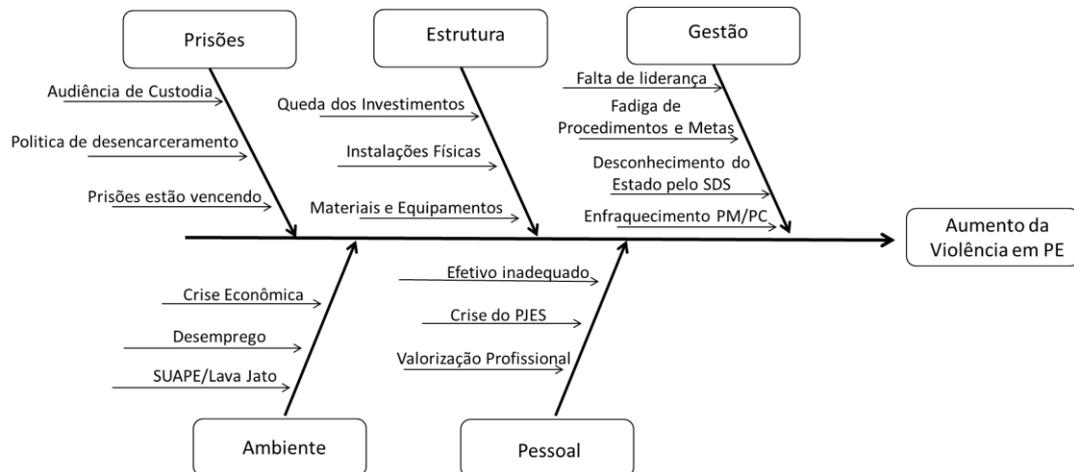
últimos secretários eram Delegados da Polícia Federal, que de acordo com os entrevistados, não possuem expertise no policiamento preventivo, na investigação dos homicídios e desconhecem a realidade do Estado, principalmente os municípios do interior.

“O estado perde muito quando deixa a condução dos destinos da SDS por parte de profissionais, que não conhecem as necessidades, principalmente das cidades de pequeno e médio porte, além de virem com visão de outros centros urbanos”. D5.Q1.

“aqui até uma remoção, a depender da remoção quem faz é o Secretário e não o Chefe de Polícia” D1.E3.

A figura 15 consolida em um digrama as principais causas apontadas que resultaram no aumento da violência em Pernambuco a partir de 2014.

Figura 15 – Diagrama de Causa e Efeito – Aumento da Violência em Pernambuco



Fonte: O autor.

Nóbrega Junior (2010) aponta como fatores decisivos para as altas taxas de Pernambuco: a manutenção e interiorização sistemática do tráfico, a migração do crime do Sudeste para o Nordeste, a participação de policiais em grupos de extermínio, a ineficácia do processo de investigação por parte da polícia civil, a lentidão da justiça, a fragilidade do controle da variável jovem e o abandono do sistema penitenciário.

Em resumo, os entrevistados creditam o aumento da violência em Pernambuco, (1) aos efeitos decorrentes da crise econômica, (2) que gerou desemprego e (3) redução dos investimentos por parte do Estado. Apontaram também (4) a ausência de concursos públicos na área de segurança, principalmente em relação à polícia civil e à polícia científica. Bem como (5) ao colapso do sistema prisional, (6) a falta de ressocialização e (7) a implantação das audiências de custódia.

### 3.4 PACTO PELA VIDA

Os gestores, dentre outros fatores, creditam a inversão dos índices de criminalidade do Pacto pela Vida a partir de 2014 como resultado da queda dos investimentos e falta de liderança, após a mudança da gestão do Estado.

“O pacto pela vida teve uma fadiga de procedimentos, criatividade e perdeu a prioridade por parte do governo do estado”. D5.Q1

“A falta de prioridade e investimento do Governo do Estado levou o Pacto Pela a Vida (PPV) a este estágio. Faltou liderança na condução desta Política Pública”. O4.Q2

“Tenho saudades do tempo do Governador Eduardo Campos em que a única exigência era a redução, porque podíamos focar nos indivíduos que estavam matando, roubando e traficando.” D6.Q4.

Lima (2017) aponta a liderança como elemento essencial para o sucesso de uma política pública. Porém, se em um primeiro momento esse é um fator de sucesso, torna-se necessário o desenho de estratégias de redução da dependência dos programas em relação aos dirigentes políticos, na medida em que, nos exemplos de Pernambuco, do Espírito Santo ou de Minas Gerais, a troca da gestão parece significar a perda de prioridade e a descontinuidade de ações que a literatura confirma como de médio e longo prazos para a obtenção de resultados duradouros.

O referido autor. credita essa descontinuidade a falta de institucionalização dessas políticas, entendida como ausência ou insuficiência de regulação (leis, normas, portarias) e padronização, seja do programa, seja de seus processos e procedimentos. Sem regulação, não se esclarecem as diretrizes e não se oferecem processos e procedimentos claros e padronizados para os gestores e operadores envolvidos, dificultando o planejamento, a articulação de ações, a disseminação e apropriação entre os agentes e a população.

Apesar das críticas apresentadas a algumas decisões que estão sendo tomadas no Pacto pela Vida, como a necessidade de alguns ajustes e investimentos, os entrevistados foram unânimes em dizer que o PPV é uma política exitosa, e que foi um avanço na forma de trabalhar, focado nos resultados, na definição de metas, na responsabilização, na integração dos atores, e que a interrupção da política seria um retrocesso.

“O Pacto Pela Vida pode ser repensado no sentido de evoluir, sem jamais negar o seu importante legado, sobretudo no que se refere à gestão por resultados e o enfrentamento técnico da criminalidade”. D7.Q5.

“no que diz respeito ao Pacto pela Vida eu não consigo hoje conceber a segurança pública do Estado sem o pacto...a gente não tinha costume de ter um programa, um plano de governo desse porte... Integração dos setores do ... a parte da Segurança

Pública, Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Ressocialização, a questão do programa Atitude que tira viciados das ruas”. D2.E4.

“O pacto pela vida é um sucesso, mas ele tem que ter investimentos, em recursos humanos e materiais, a parte de gestão nós temos a expertise desde 2007” O2.E2.

Lima (2017) aponta que os Estados que tiveram quedas significativas na redução da criminalidade investiram em sistemas de informação alinhados a técnicas de gestão por resultados, destacando sistemas de coleta de dados consistentes, fluxo constante de informações confiáveis, rotina de análise e avaliação de informações voltada ao planejamento estratégico e operacional.

Os gestores também sugeriram algumas ações que poderiam ser desenvolvidas para aperfeiçoar o Pacto pela Vida. As ações citadas pelos entrevistados foram aglutinadas em quatro eixos norteadores: 1) Valorização Profissional; 2) Tecnologia e Metodologia; 3) Integração e 4) Políticas públicas para os jovens. O quadro 9 sintetiza algumas dessas ideias.

Quadro 9 – Sugestões de Melhorias para o Pacto pela Vida

<b>Eixos</b>	<b>Ações</b>	<b>Nível de dificuldade</b>
Valorização Profissional	Valorizar o policial não só na questão salarial, mas com estrutura para trabalhar: instalações conservadas, material suficiente, limpeza do prédio, viatura adequadas, treinamento regular, apoio ao policial: psicológico, psiquiátrico, jurídico, etc.	Médio
	Realizar concursos públicos com mais periodicidade	Médio
	Efetuar mudanças nas premiações dos policiais	Baixo
	Dar mais autonomia para a Polícia Militar e Polícia Civil	Médio
Tecnologia e Metodologia	Investir na perícia forense, análise de DNA e balística	Médio
	Modernizar o aparato tecnológico com computadores, rádios, internet.	Médio
	Implantar o inquérito policial eletrônico	Médio
	Reavaliar a metodologia, os indicadores e as metas utilizados pelo Pacto pela vida – Caráter mais qualitativo do que quantitativo	Baixo
Integração	Conscientizar o Ministério Público sobre a distância existente entre a lei e a operacionalidade da rua	Alto

	Incentivar um maior envolvimento dos demais setores da Administração do Estado e da Sociedade Civil	Alto
Políticas Públicas para os Jovens	Dar oportunidades, sobretudo para os jovens, maiores vítimas e autores da violência.	Médio
	Investir em educação	Médio

Fonte: O autor.

De acordo com o Relatório Conjuntura nº 04 (2018) da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, é essencial balizar as escolhas futuras de políticas públicas de segurança por análises de custo-benefício, priorizando aquelas que tragam maior retorno social para cada real investido. Neste sentido foi consolidado um tripé encontrado nas políticas de segurança de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal e Ceará:

- articulação política entre governo e sociedade com base em ações preventivas focalizadas – em especial em jovens e adolescentes;
- estabelecimento de um sistema de repressão qualificada, baseada no uso intensivo da informação e inteligência policial; e
- mecanismos de gestão que possibilitem a integração das diversas agências de segurança em torno de metas comuns.

Lima (2017) observa, nesses Estados, a tendência de priorização das ações de repressão qualificada em relação às ações de prevenção, assim como a centralidade da instituição policial como protagonista da política. O autor salienta que deve se estabelecer uma rotina de prestação de contas para a sociedade sobre os resultados do programa. Garantir a disponibilidade de informações sobre a execução dos projetos e das ações, incluindo suas dotações orçamentárias; caso contrário, torna-se inviável a avaliação dos impactos da política.

Muitas das propostas sugeridas pelos gestores resumidas nos quadros 2, 5 e 7 foram pontuados também pelo estudo *Agenda Rio seguro* do Instituto Igarapé, como por exemplo: incentivo aos municípios na implantação de políticas focalizadas de prevenção da violência; cobrança da união atuar como agente articulador de ações prioritárias, políticas públicas de educação e emprego com o foco nos jovens e nos egressos do sistema prisional, investir nas

áreas de inteligência e telecomunicações, definir critérios objetivos para movimentação e planos de progressão de carreira<sup>132</sup>.

Em síntese, os gestores, dentre outros fatores, creditam o aumento da violência a partir de 2014 (1) a queda dos investimentos e (2) falta de liderança, após a mudança da gestão do Estado. Entretanto apesar de algumas críticas ao Pacto pela Vida, foram unânimes em dizer que (3) o PPV é uma política exitosa, e que foi um avanço na forma de trabalhar, (4) focado nos resultados e definição de metas, (5) na responsabilização e na integração dos atores, e que (6) a interrupção da política seria um retrocesso. Os entrevistados enumeraram algumas medidas para aperfeiçoar o PPV, que foram classificadas em eixos norteadores: (7) valorização profissional; (8) tecnologia e metodologia; (9) integração e (10) políticas públicas para os jovens.

Confrontando as falas dos membros da polícia militar e da polícia civil, não foram encontradas divergências significativas. Pode-se dizer que a percepção da Polícia Militar focou um pouco mais na questão da participação dos outros entes no tema como as prefeituras e a união, em virtude também do aspecto preventivo da corporação. Já para a Polícia Civil se identificou uma maior preocupação com a falta de estrutura da corporação que influencia negativamente na investigação dos crimes. Outro ponto levantado por parte da Polícia Civil que não foi mencionado pela Polícia Militar se deve ao engessamento atual dos órgãos operativos em virtude da criação da Secretaria de Defesa Social e também do perfil dos seus gestores escolhidos para comandar a pasta.

## • CONCLUSÃO

O principal objetivo deste capítulo foi analisar a percepção de gestores e ex-gestores da segurança pública sobre a dinâmica geográfica dos homicídios no Brasil e em Pernambuco. Pela ótica dos entrevistados, a interiorização da violência pode ser explicada a partir de quatro dimensões: (1) ausência do Estado em municípios menores; (2) maiores investimentos, em políticas públicas, nos grandes centros urbanos, (3) falta de oportunidade para os jovens e (4) a disseminação do tráfico de drogas para o interior.

---

<sup>132</sup> Agenda Rio Seguro foi construída a partir de consultas com policiais, especialistas, gestores e profissionais da segurança pública e justiça criminal. A Agenda propõe 25 estratégias para a segurança pública e justiça criminal, com foco em ações prioritárias nos seguintes eixos estruturantes: Governança da Segurança Pública e Justiça Criminal, Prevenção da Violência, Gestão das Polícias, Execução Penal e Administração Penitenciária, Controle de Armas e Munições, Mecanismos de Controle de Polícia e do Sistema Prisional.

Para enfrentar esse fator recente, os entrevistados cobram uma maior liderança e participação da União como agente integrador e articulador de políticas públicas, como também uma atuação maior dos municípios, através de ações voltadas para os jovens e projetos de reorganização dos espaços urbanos das cidades, como por exemplo pavimentação de ruas, construção de quadras poliesportivas e praças. As propostas apresentadas estão alinhadas com teorias da criminologia que focam as ações no combate à violência no tripé: Vítima, Agressor e Ambiente.

Os entrevistados foram unânimes ao salientarem que o foco da atuação do Estado deve ser os jovens em situação de vulnerabilidade, maior vítima dos crimes. Foi visto também que a morte de um jovem traz um prejuízo econômico e social significativo. Apesar de boa parte dos gestores proporem como uma das soluções o aumento dos investimentos por parte do governo, foi verificado que em virtude da crise econômica e do déficit fiscal dos Estados, essa alternativa no curto prazo não é trivial. Uma alternativa seria o foco em ações que trazem melhores resultados utilizando menos recursos, conhecidas como políticas de segurança baseada em evidências. Outro ponto defendido foi a distribuição mais equitativa das receitas dos tributos entre os entes da federação.

Em particular, os gestores creditam o aumento dos índices de homicídios de Pernambuco a crise econômica que afeta o Brasil, tendo como consequência um aumento significativo da taxa de desemprego. Apontaram também uma redução dos investimentos por parte do Estado no Pacto pela Vida, culminando com déficit de pessoal e de estrutura nas corporações e também uma queda dos investimentos por parte do novo governo. Os entrevistados salientam que o Pacto precisa evoluir e sofrer alguns ajustes, entretanto foram unânimes ao afirmar que é uma política exitosa, sendo um retrocesso a sua descontinuidade.

Por se tratar de um tema recente, foram encontrados poucos estudos sobre a interiorização da violência, e boa parte se limitava a análise quantitativa dos dados. Dessa forma, esse estudo, a partir da percepção de profissionais da área de Segurança Pública, inova ao identificar aspectos qualitativos do fenômeno, enumerando possíveis causas e medidas corretivas. Uma limitação da nossa pesquisa foi a ausência de outras percepções, como a de gestores externos a segurança, membros da academia e da sociedade, ocasionando neste estudo ausência de pontos conflitantes. Diante disto, deixo como sugestão para trabalhos futuros a visualização de outras óticas.

## 4 CONCLUSÃO

Este trabalho testou a hipótese de que a velocidade do crescimento da violência homicida no Brasil é maior no interior do que na capital. Ou seja, apostamos que os assassinatos estão se difundindo mais rapidamente entre municípios não integrantes das regiões metropolitanas.

Para tanto, examinamos a variação da taxa de crimes violentos letais e intencionais no tempo (2004-2015) e no espaço (regiões, unidades federativas e municípios). Além disso, analisamos a percepção de gestores e ex-gestores da segurança pública sobre a dinâmica geográfica dos homicídios no Brasil e em especial Pernambuco. Tecnicamente, este trabalho inova quando aglutina tanto dados quantitativos quanto aspectos qualitativos do fenômeno, obtidos a partir da percepção de profissionais da área, dessa forma busca contribuir com a literatura sobre segurança pública ao destacar os novos padrões da violência no país, enumerando possíveis causas e medidas corretivas.

Os principais resultados evidenciam que: (a) a velocidade do crescimento da violência é maior nas cidades do interior e nos municípios de pequeno porte; (b) dos dez Estados analisados em seis deles o aumento dos homicídios no interior foi superior aos dos municípios da Região Metropolitana; (c) os modelos de previsão estimados indicam que a hipótese dessa pesquisa será verdadeira em nove das dez regiões analisadas até 2020; (d) em cinco dos dez casos examinados encontramos dependência espacial nas taxas de homicídios de moderada a forte; (e) se consideramos os dez Estados aglutinados, o índice de correlação espacial no biênio 14/15 foi de 0,460 o que indica que cidades próximas no espaço tendem a exibir níveis semelhantes de violência homicida. Esses achados têm implicações diretas para a elaboração e formulação de políticas públicas de segurança.

Em relação às evidências qualitativas, para os entrevistados, a interiorização da violência pode ser explicada a partir de quatro dimensões: (1) ausência do Estado em municípios menores; (2) maiores investimentos, em políticas públicas, nos grandes centros urbanos, (3) falta de oportunidade para os jovens e (4) a disseminação do tráfico de drogas para o interior. Para enfrentar o aumento dos homicídios nos municípios mais distantes dos grandes centros urbanos, eles cobram uma maior liderança e participação da União e também uma atuação maior dos órgãos municipais, principalmente através de ações voltadas para os jovens e reorganização dos espaços urbanos das cidades.

Assim como todo estudo sobre CVLIs, esta pesquisa apresenta algumas limitações como o atraso de dois anos nos dados atualizados, bem como a existência de possíveis subnotificações, principalmente nos pequenos municípios que influenciam nas análises realizadas. Além disso, por se tratar de um tema recente, foram encontrados poucos estudos sobre a interiorização da violência. Dessa forma, sugerimos que os instrumentos de coleta de dados sejam aprimorados e que ferramentas de análise de dados mais robustas sejam utilizadas para calcular as taxas de homicídios em pequenos municípios. Em particular, acreditamos que o uso de séries temporais pode contribuir positivamente com o planejamento de atividades especialmente desenhadas para conter, preventivamente, a violência homicida no Brasil. Como agenda de pesquisa, uma linha promissora de investigação é estimar a relação entre indicadores socioeconômicos e os níveis de violência. Além disso, é importante iniciar uma tradição de avaliação de impacto dos programas governamentais em geral e de políticas de segurança pública, em particular. Na ausência de evidências confiáveis sobre que políticas funcionam e quais não produzem efeitos, vidas brasileiras continuarão sendo perdidas para a violência.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, L. O. M.; RICARDO, C. **Balanco das políticas de gestão para resultados na segurança pública.** Instituto sou da Paz. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [www.soudapaz.org/upload/pdf/balanco\\_da\\_gestao\\_publica.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/balanco_da_gestao_publica.pdf), acesso em 09 de agosto de 2018.

BACHA, M. L.; STREHLAU, V. I; ROMANO, R. **Percepção: termo frequente, usos inconsequentes em pesquisa? 30º Encontro da ANPAD, Salvador, 2016.** Disponível em: [www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-mkta-1332.pdf](http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-mkta-1332.pdf), acesso em 14 de junho 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo, 2011: Edições 70. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/alasiasantos/analise-de-conteudo-laurence-bardin>, acesso em 14 jun de 2018.

BRASIL, Secretária Especial de Assuntos Estratégicos. Relatório de Conjuntura nº 4: **Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil.** Junho, 2018. Disponível em: [http://www.secretariageral.gov.br/assuntos/assuntos-estrategicos/publicacoes-e-analise/custos\\_economicos\\_criminalidade\\_Brasil.pdf](http://www.secretariageral.gov.br/assuntos/assuntos-estrategicos/publicacoes-e-analise/custos_economicos_criminalidade_Brasil.pdf), acesso em 11 de julho 2018.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias:** Infopen, Atualização Junho de 2016 / Organização Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa [et. al.] - Brasília : Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio\\_2016\\_22-11.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf), acesso em 26 de junho de 2018.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017.** Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>, acesso em 09 de maio 2018.

BRUNET, J. F. G.; VIAPIANA, L. T.; BERTÊ, A. M. A.; BORGES, C. B. **Fatores preditivos da violência na Região Metropolitana de Porto Alegre.** Revista Brasileira de Segurança Pública | Ano 2 Edição 3 Jul/Ago 2008. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/27/25>, acesso em 09 de maio 2018.

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações** Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191 Disponível em: [pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf), acesso em 14 de junho de 2018.

CARDOSO, F. L. M. G; CECCHETTO, F. R; CORRÊA, J. S; SOUZA, T. O. **Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, 21(4):1277-1288, 2016. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/csc/v21n4/1413-8123-csc-21-04-1277.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n4/1413-8123-csc-21-04-1277.pdf), aceso em 20 de julho 2018.

CERQUEIRA, D., LIMA, R. S.; BUENO, S.; VALENCIA, L. I.; HANASHIRO, O.; MACHADO, P. H. G.; LIMA, A. S. **Atlas da Violência 2017.** Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada- Ipea, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>, acesso em 09 de maio 2018.

CHIAVENATO, I. **Novas abordagens da administração: a busca pela excelência**. In: \_\_\_\_\_. *Administração Pública*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 269-300.

CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C.; LEMOS, B. P.; SOUZA, L. G.; SILVA, S. L. F.; SOUSA, R. R. **Ascensão e Queda da Criminalidade em Belo Horizonte: algumas hipóteses comparações**. XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro 2010. Disponível em: <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2011/60-td1-criminalidade-em-belo-horizonte-notas-para-discussao>, acesso em 09 de maio 2018.

FGV. **Retrato do espalhamento da mancha criminal no estado do Rio de Janeiro**. Diretoria de Análises de Políticas Públicas, FGV. Rio de Janeiro 2016. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2017/11/Retrato-do-espalhamento-da-mancha-criminal-no-estado-do-Rio-de-Janeiro-web.pdf>, acesso em 20 de julho 2018.

FRAGA, P. P.; RICCIO, V.; LAW, J.; ZOGAHIB, A. **A Violência no Amazonas: Análise crítica segundo percepção da população e dos profissionais de segurança pública**. *Revista Interfaces Científicas – Humanas e Sociais – Aracaju* – v.5 – n.3 – p99-11-FEV 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17564/2316-3801.2017v5n3p99-112>, acesso em 13 de abril 2018.

FRANCO, M. C. **Os dados sobre homicídio doloso em Goiás como um problema sociológico**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4556/5/Tese%20-%20Michele%20Cunha%20Franco%20-%202014.pdf>, acesso em de 20 julho 2018.

FREY, C. **Crise do Estado: estilos de gestão municipal**. *Lua Nova*, n. 37, p. 107-138, 1996.

GONÇALVES, L. D. **Política de segurança pública no Brasil na pós-transição democrática: Deslocamentos em um modelo resistente**. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde16082011105157/publico/2009\\_LigiaMariaDaherGoncalves.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde16082011105157/publico/2009_LigiaMariaDaherGoncalves.pdf), acesso em 28 de novembro 2017.

IGARAPE. **Agenda Rio seguro: Reduzir a violência é possível**. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Agenda-Rio-Seguro.pdf>, Julho 2018. acesso em 25 de julho 2018.

KAHN, T.; ZANETIC, A. **O papel dos municípios na Segurança Pública. Estudos Criminológicos**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/193553621/Manual-Estudos-Criminologicos#scribd>, acesso em 05 de março 2015.

LIMA, R.S. (2017). **“Efetividade nas Políticas de Segurança Pública: o que funciona segundo as boas práticas nacionais e internacionais”** Boletim de Análise Político Institucional 11 – Política Nacional de Segurança Pública. IPEA: Brasília. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_analise\\_politico/171005\\_bapi\\_11\\_3.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/171005_bapi_11_3.pdf), acesso em 20 de junho 2018.

LIRA, N. K. M.; MONTEIRO, A. O.; FADUL, E. M. C. **A distribuição de receitas públicas nos municípios do estado da Bahia: uma análise crítica de sua equidade.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302013000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000300004), acesso em 21 de junho 2018.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. **Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas. Recife, 2010. Tese de doutorado.** Disponível em: [opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/tese-jose-maria-publicar-biblioteca.pdf](http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/tese-jose-maria-publicar-biblioteca.pdf), acesso em 21 de junho 2018.

RISSO, M. I. **Mortes Intencionais na Cidade de São Paulo: um novo enfoque.** Instituto Igarape – Artigo Estratégico, agosto 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p4.pdf>, acesso em 09 de maio 2018.

SANTOS, F. R. **A audiência de custódia e os impactos na segurança pública no Brasil.** Disponível em: [http://www.cedipe.com.br/3cbpj/docs/artigos\\_pdf/08\\_audiencia\\_de\\_custodia\\_impactos\\_na\\_seguranca\\_publica\\_Brasil.pdf](http://www.cedipe.com.br/3cbpj/docs/artigos_pdf/08_audiencia_de_custodia_impactos_na_seguranca_publica_Brasil.pdf), acesso em 10 de julho 2018.

SAPORI, Luiz Flávio. **Como implantar o ciclo completo de polícia no Brasil?** Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/como-implantar-o-ciclo-completo-de-policia-no-brasil/>, acesso em 28 de maio de 2018.

SCHABBACH, L. M. **A agenda da segurança pública no Brasil e suas (novas) políticas.** Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108157/000948607.pdf?sequence=1>, acesso em 28 de novembro 2017.

SENTO-SÉ, João Trajano [Org]. **Prevenção da violência: o papel das cidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, P. C. A. **A gestão por resultados na segurança pública de Pernambuco: Análise da Criminalidade na Área Integrada de Segurança 17.** TCC (Especialização em Gestão Governamental). Universidade de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, F. R. M.; **Os casos em Quirinópolis: práticas e representações culturais (1940-1970).** Dissertação de Mestrado - Programa de mestrado em História - PUC Goiás, Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2272/1/Flavia%20Rosa%20de%20Morae%20Silva.pdf>, acesso em 25 de abril 2018.

SOUTO, Paulo. **A assimetria das obrigações entre os entes da Federação.** Revista On-Line Liberdade e Cidadania - Registro ISSN Nº 1983-9162 Ano IV - n. 16 - abril / junho, 2012. Disponível em: [http://www.flc.org.br/revista/materias\\_view6219.html?id=%7B37F99355-369B-4905-AD12-CD77D5BD3086%7D](http://www.flc.org.br/revista/materias_view6219.html?id=%7B37F99355-369B-4905-AD12-CD77D5BD3086%7D), acesso em 28 de maio de 2018.

SOUZA, T. O.; SOUZA, E. R.; PINTO, L. W. **Evolução da mortalidade por homicídio no Estado da Bahia, Brasil, no período de 1996 a 2010.** Revista Ciênc. saúde coletiva 19 (6) Junho 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.04772013>, acesso em 19 de abril 2018.

SPANIOL, M. I.; **Políticas municipais de prevenção da violência no Brasil: Desafios e experiências no campo da segurança pública**. Porto Alegre- EDUPUCRS, 2017.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008**. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa\\_2008\\_municipios.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa_2008_municipios.pdf), acesso em 25 de junho 2018.

WAISELFISZ J.J. **Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro. FLACSO Brasil, 2014. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_AtualizacaoHomicidios.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf), acesso em 25 de junho de 2018.

ZAVERUCHA, J. **Inquérito: ícone de poder da Polícia Judiciária**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – Coimbra. Setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel56/jorgezaverucha.pdf>, acesso em 26 de junho 2018.

## APÊNDICE A – QUANTIDADE MUNICÍPIOS POR PORTE 2004 X 2015 (TABELAS)

### Brasil

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	1.369	1.236	-9,72
5 a 10 mil	1.313	1.215	-7,46
10 a 20 mil	1.318	1.374	4,25
20 a 50 mil	1.008	1.090	8,13
50 a 100 mil	309	351	13,59
100 a 200 mil	131	157	19,85
200 a 500 mil	88	106	20,45
Acima de 500 mil	34	41	20,59
<b>Total</b>	<b>5.570</b>	<b>5.570</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

### Amazonas

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	0	0	-
5 a 10 mil	11	4	-63,64
10 a 20 mil	21	21	0,00
20 a 50 mil	24	27	12,50
50 a 100 mil	4	8	100,00
100 a 200 mil	1	1	0,00
200 a 500 mil	0	0	-
Acima de 500 mil	1	1	0,00
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

### Bahia

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	12	8	-33,33
5 a 10 mil	67	57	-14,93
10 a 20 mil	180	172	-4,44
20 a 50 mil	118	132	11,86
50 a 100 mil	25	31	24,00
100 a 200 mil	10	11	10,00
200 a 500 mil	3	4	33,33
Acima de 500 mil	2	2	-33,33
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>417</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor.

### Ceará

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	1	2	100,00
5 a 10 mil	29	18	-37,93
10 a 20 mil	62	64	3,23
20 a 50 mil	63	64	1,59
50 a 100 mil	22	27	22,73
100 a 200 mil	4	4	0,00
200 a 500 mil	2	4	100,00
Acima de 500 mil	1	1	0,00
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>184</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

### Goiás

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	105	97	-7,62
5 a 10 mil	58	58	0,00
10 a 20 mil	35	37	5,71
20 a 50 mil	30	32	6,67
50 a 100 mil	11	10	-9,09
100 a 200 mil	4	8	100,00
200 a 500 mil	2	2	0,00
Acima de 500 mil	1	2	100,00
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>246</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

**Minas Gerais**

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	242	222	-8,26
5 a 10 mil	271	255	-5,90
10 a 20 mil	166	190	14,46
20 a 50 mil	110	117	6,36
50 a 100 mil	38	37	-2,63
100 a 200 mil	13	19	46,15
200 a 500 mil	10	9	-10,00
Acima de 500 mil	3	4	33,33
<b>Total</b>	<b>853</b>	<b>853</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

**Paraná**

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	100	95	-5,00
5 a 10 mil	119	105	-11,76
10 a 20 mil	95	107	12,63
20 a 50 mil	53	57	7,55
50 a 100 mil	16	15	-6,25
100 a 200 mil	8	12	50,00
200 a 500 mil	7	6	-14,29
Acima de 500 mil	1	2	100,00
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>399</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

**Rio de Janeiro**

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	1	0	-100,00
5 a 10 mil	9	6	-33,33
10 a 20 mil	20	21	5,00
20 a 50 mil	27	28	3,70
50 a 100 mil	13	11	-15,38
100 a 200 mil	10	12	20,00
200 a 500 mil	8	10	25,00
Acima de 500 mil	4	4	0,00
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>92</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

**Rio Grande do Sul**

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	226	220	-2,65
5 a 10 mil	111	110	-0,90
10 a 20 mil	60	58	-3,33
20 a 50 mil	57	66	15,79
50 a 100 mil	24	24	0,00
100 a 200 mil	9	8	-11,11
200 a 500 mil	9	10	11,11
Acima de 500 mil	1	1	0,00
<b>Total</b>	<b>497</b>	<b>497</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

**São Paulo**

<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	169	148	-12,43
5 a 10 mil	122	123	0,82
10 a 20 mil	111	121	9,01
20 a 50 mil	123	117	-4,88
50 a 100 mil	49	60	22,45
100 a 200 mil	37	36	-2,70
200 a 500 mil	25	31	24,00
Acima de 500 mil	9	9	0,00
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>645</b>	<b>-</b>

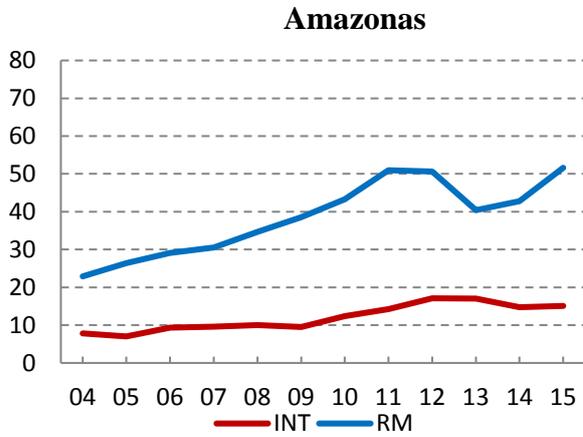
Fonte: O autor..

**Pernambuco**

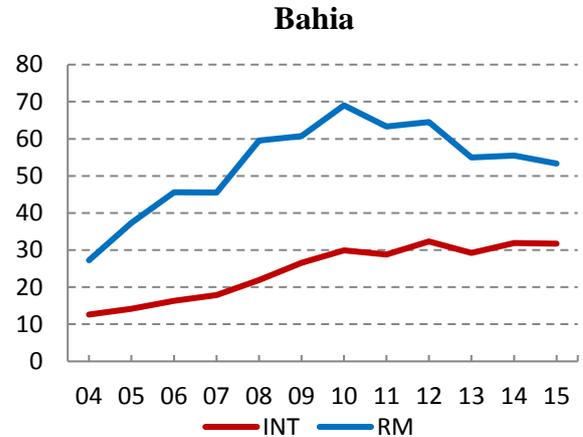
<b>PORTE</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Δ%</b>
Até 5 mil	3	3	0,00
5 a 10 mil	18	13	-27,78
10 a 20 mil	69	63	-8,70
20 a 50 mil	63	71	12,70
50 a 100 mil	22	22	0,00
100 a 200 mil	4	6	50,00
200 a 500 mil	4	5	25,00
Acima de 500 mil	2	2	0,00
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>185</b>	<b>-</b>

Fonte: O autor..

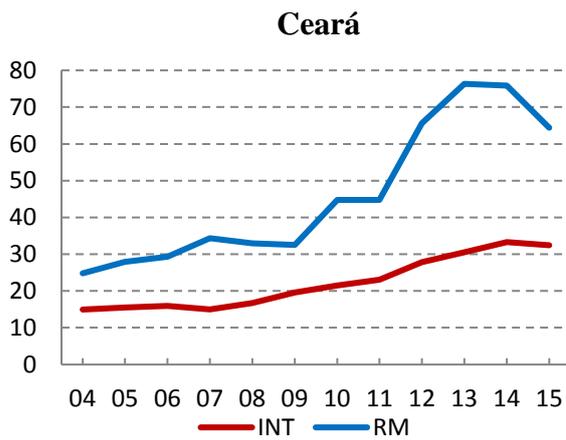
**APÊNDICE B - EVOLUÇÃO TAXA CVLI 2004-2015 INTERIOR E RM (GRÁFICOS)**



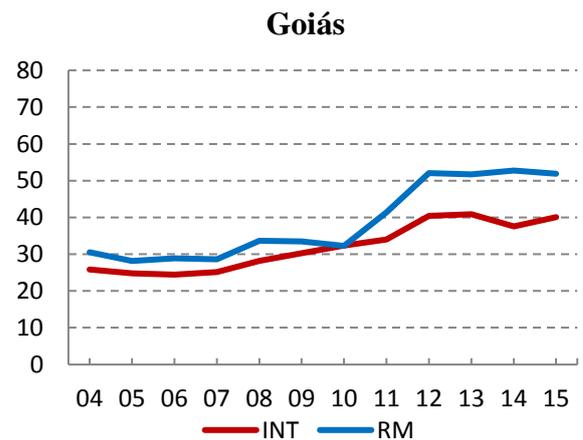
Fonte: O autor..



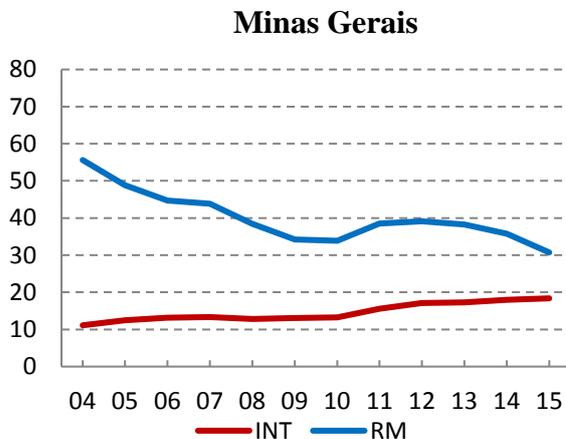
Fonte: O autor..



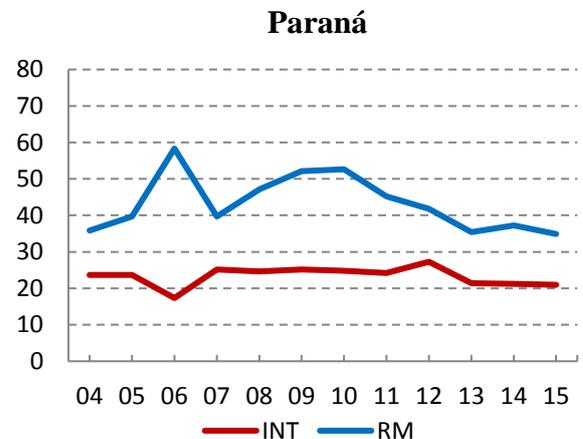
Fonte: O autor..



Fonte: O autor..

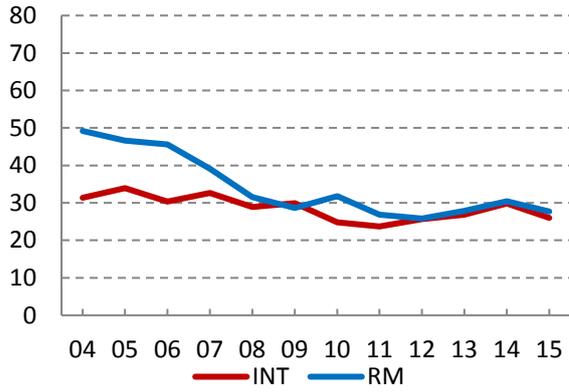


Fonte: O autor..



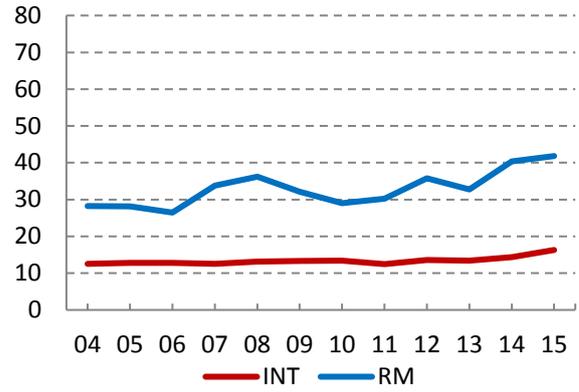
Fonte: O autor..

**Rio de Janeiro**



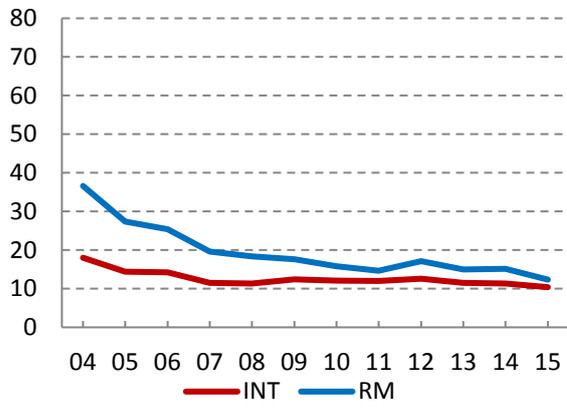
Fonte: O autor..

**Rio Grande do Sul**



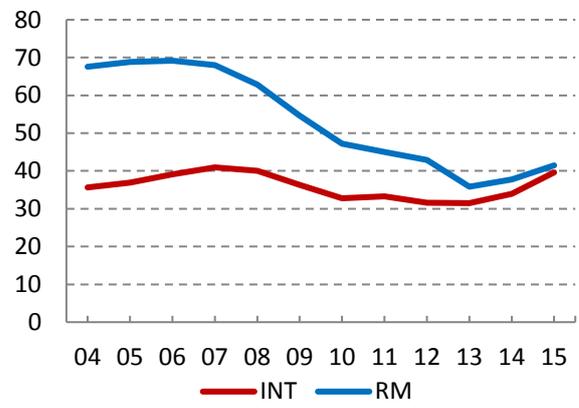
Fonte: O autor..

**São Paulo**



Fonte: O autor..

**Pernambuco**



Fonte: O autor..

**APÊNDICE C – Δ% TAXA CVLI 2004-2005 X 2014-2015 INTERIOR E RM  
(TABELAS)**

**Amazonas**

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	1.294.857	1.523.801	96	227	7,42	14,90	100,81
RM	1.890.671	2.382.238	467	1.125	24,65	47,18	91,40
<b>ESTADO</b>	<b>3.185.528</b>	<b>3.906.039</b>	<b>563</b>	<b>1.352</b>	<b>17,64</b>	<b>34,59</b>	<b>96,09</b>

Fonte: O autor..

**Bahia**

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	10.324.196	11.228.577	1.383	3.571	13,39	31,80	137,49
RM	3.424.508	3.936.576	1.106	2.142	32,27	54,40	68,58
<b>ESTADO</b>	<b>13.748.704</b>	<b>15.165.153</b>	<b>2.489</b>	<b>5.713</b>	<b>18,09</b>	<b>37,67</b>	<b>108,24</b>

Fonte: O autor.

**Ceará**

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	4.519.403	4.905.991	689	1.613	15,24	32,87	115,68
RM	3.517.517	3.967.635	928	2.781	26,35	70,12	166,11
<b>ESTADO</b>	<b>8.036.920</b>	<b>8.873.625</b>	<b>1.617</b>	<b>4.394</b>	<b>20,11</b>	<b>49,52</b>	<b>146,25</b>

Fonte: O autor.

**Goiás**

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	3.575.438	4.163.756	906	1.618	25,33	38,85	53,38
RM	1.988.644	2.403.196	584	1.257	29,36	52,31	78,17
<b>ESTADO</b>	<b>5.564.081</b>	<b>6.566.952</b>	<b>1.489</b>	<b>2.875</b>	<b>26,77</b>	<b>43,78</b>	<b>63,54</b>

Fonte: O autor.

**Minas Gerais**

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	14.281.854	15.582.563	1.687	2.835	11,81	18,19	54,02
RM	4.833.731	5.219.036	2.522	1.736	52,21	33,26	-36,30
<b>ESTADO</b>	<b>19.115.585</b>	<b>20.801.599</b>	<b>4.209</b>	<b>4.570</b>	<b>22,02</b>	<b>21,97</b>	<b>-0,23</b>

Fonte: O autor.

## Paraná

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	7.002.345	7.637.470	1.660	1.611	23,71	21,09	-11,05
RM	3.196.277	3.484.886	1.208	1.256	37,77	36,05	-4,55
<b>ESTADO</b>	<b>10.198.622</b>	<b>11.122.355</b>	<b>2.868</b>	<b>2.867</b>	<b>28,12</b>	<b>25,77</b>	<b>-8,36</b>

Fonte: O autor.

## Rio de Janeiro

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	3.707.605	4.250.314	1.212	1.186	32,67	27,90	-14,60
RM	11.585.974	12.255.285	5.550	3.562	47,91	29,06	-39,34
<b>ESTADO</b>	<b>15.293.579</b>	<b>16.505.599</b>	<b>6.761</b>	<b>4.747</b>	<b>44,21</b>	<b>28,76</b>	<b>-34,95</b>

Fonte: O autor.

## Rio Grande do Sul

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	6.699.896	6.977.966	848	1.069	12,65	15,32	21,11
RM	4.085.680	4.249.657	1.152	1.746	28,21	41,08	45,62
<b>ESTADO</b>	<b>10.785.575</b>	<b>11.227.623</b>	<b>2.000</b>	<b>2.815</b>	<b>18,54</b>	<b>25,07</b>	<b>35,22</b>

Fonte: O autor.

## São Paulo

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	20.868.586	23.202.897	3.379	2.526	16,21	10,89	-32,82
RM	19.265.425	21.012.998	6.159	2.890	32,00	13,76	-57,00
<b>ESTADO</b>	<b>40.134.011</b>	<b>44.215.894</b>	<b>9.538</b>	<b>5.416</b>	<b>23,79</b>	<b>12,25</b>	<b>-48,51</b>

Fonte: O autor.

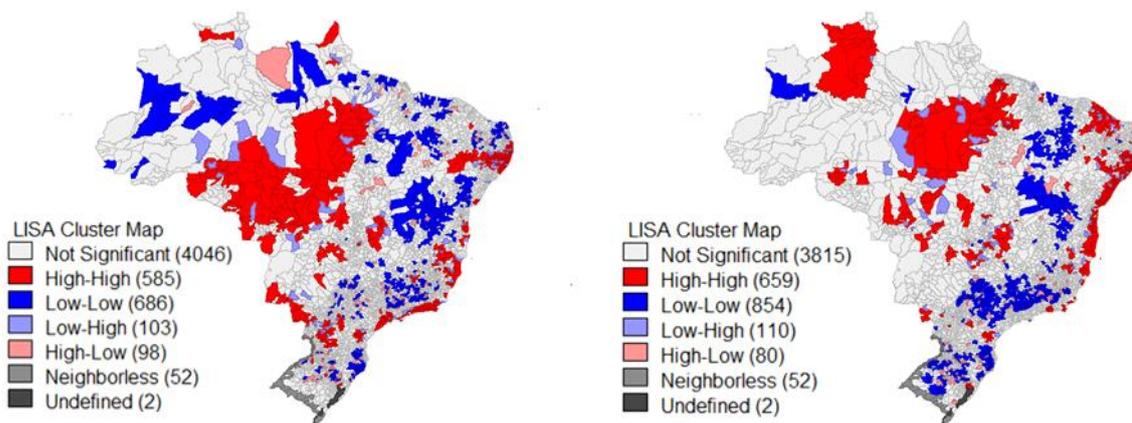
## Pernambuco

Região	População		CVLI		Taxa		Δ%
	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	2004-2005	2014-2015	
INT	4.793.257	5.410.661	1.738	1.992	36,26	36,81	1,52
RM	3.575.495	3.900.789	2.440	1.545	68,22	39,60	-41,95
<b>ESTADO</b>	<b>8.368.752</b>	<b>9.311.450</b>	<b>4.178</b>	<b>3.537</b>	<b>49,91</b>	<b>37,98</b>	<b>-23,90</b>

Fonte: O autor.

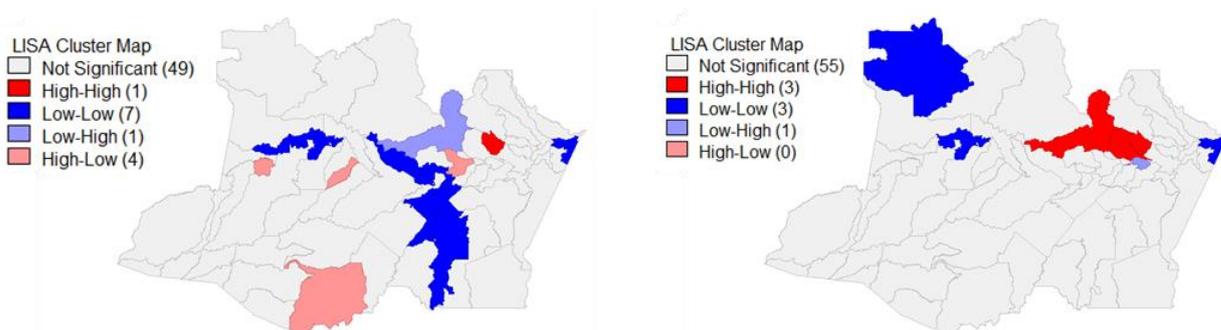
## APÊNDICE D – AUTOCORRELAÇÃO ESPACIAL (MORAN) 2004-2005 X 2014-2015 (MAPAS)

### Brasil



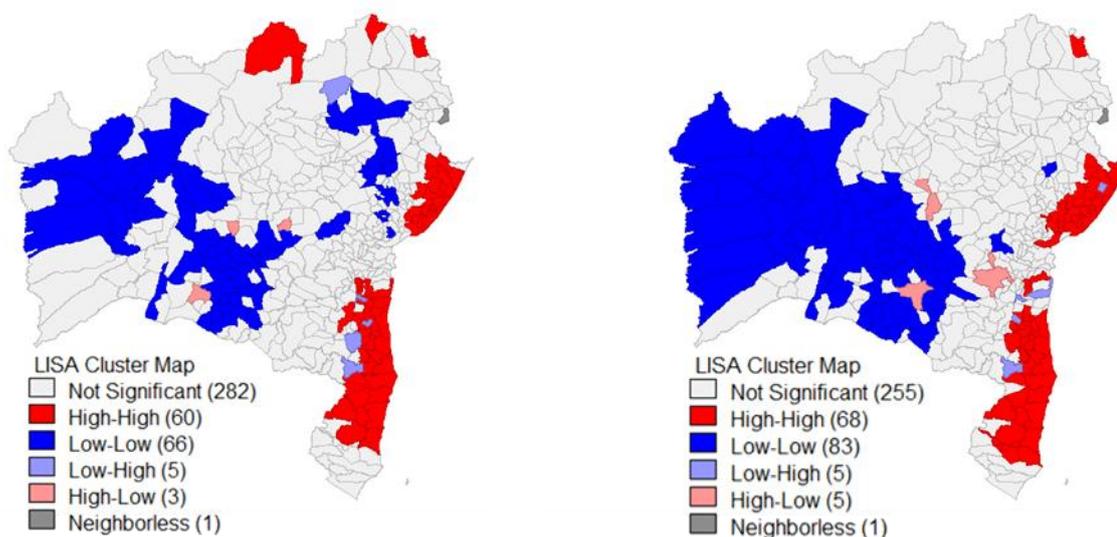
Fonte: O autor.

### Amazonas



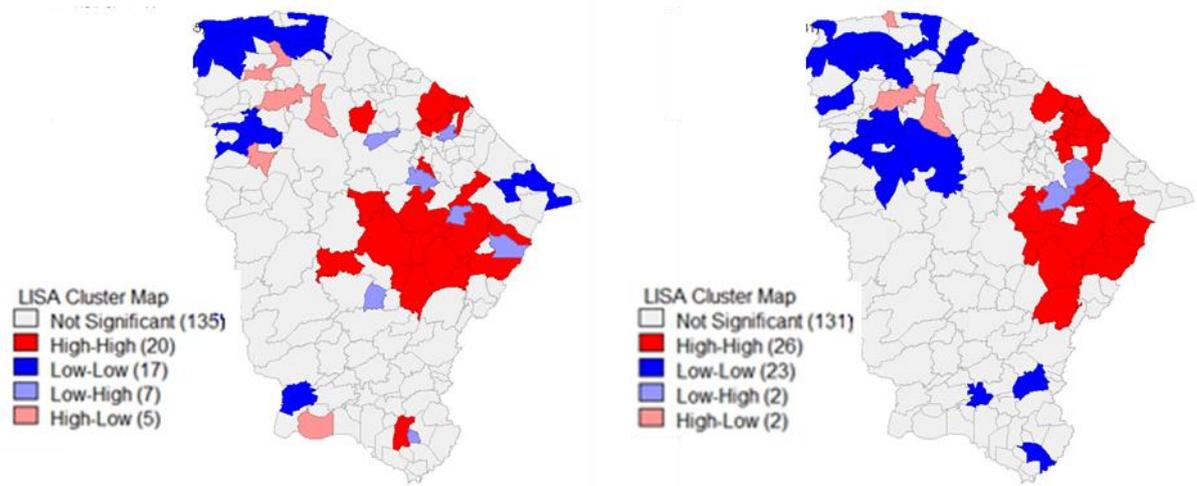
Fonte: O autor.

### Bahia



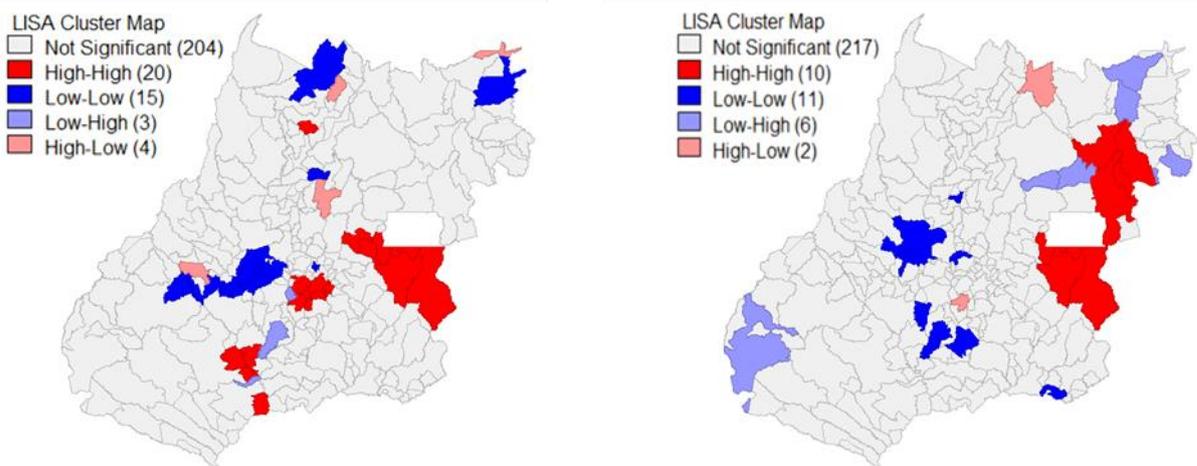
Fonte: O autor.

### Ceará



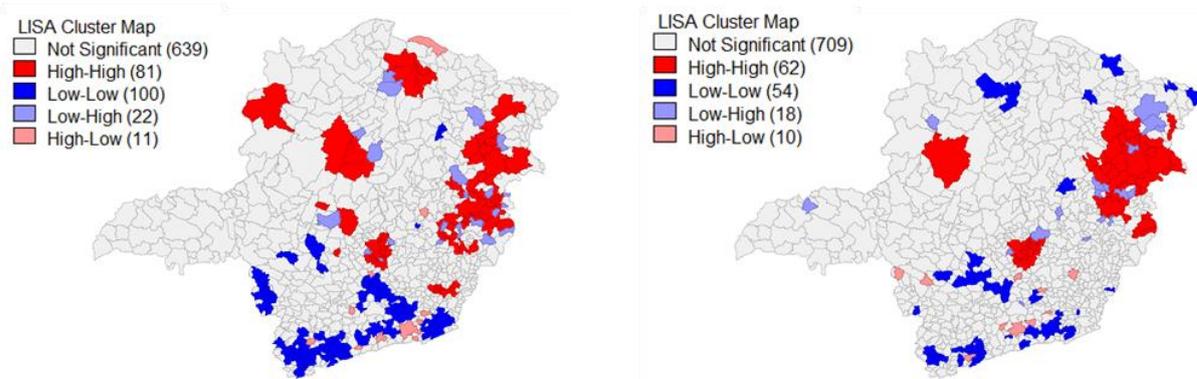
Fonte: O autor.

### Goiás



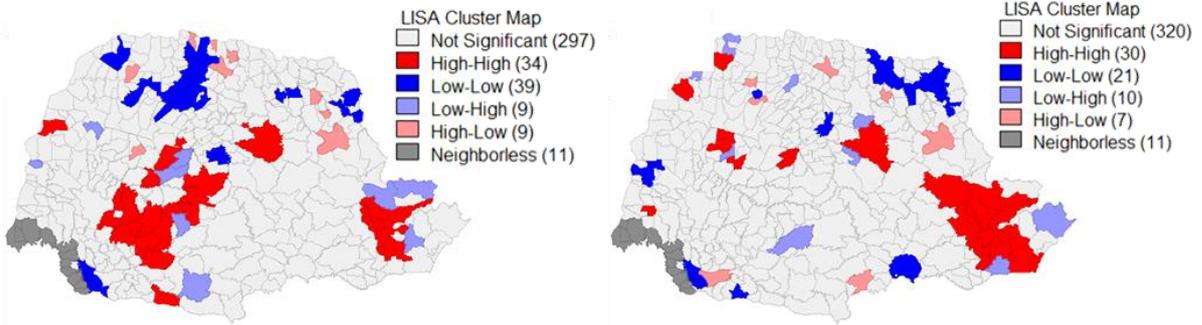
Fonte: O autor.

### Minas Gerais



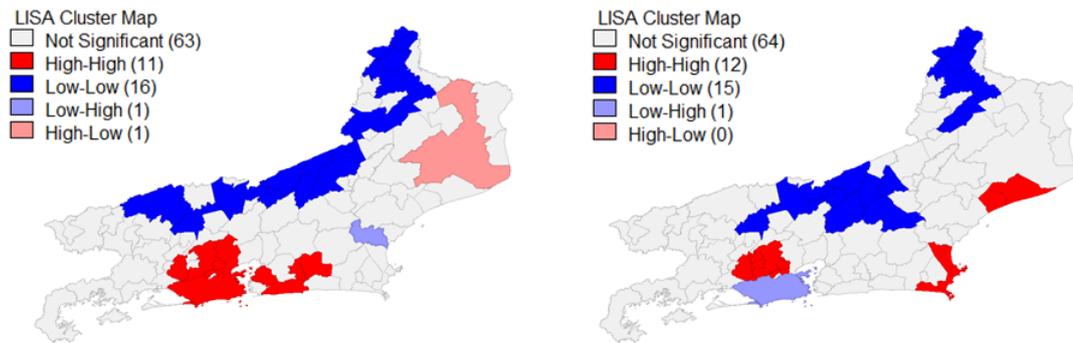
Fonte: O autor.

### Paraná



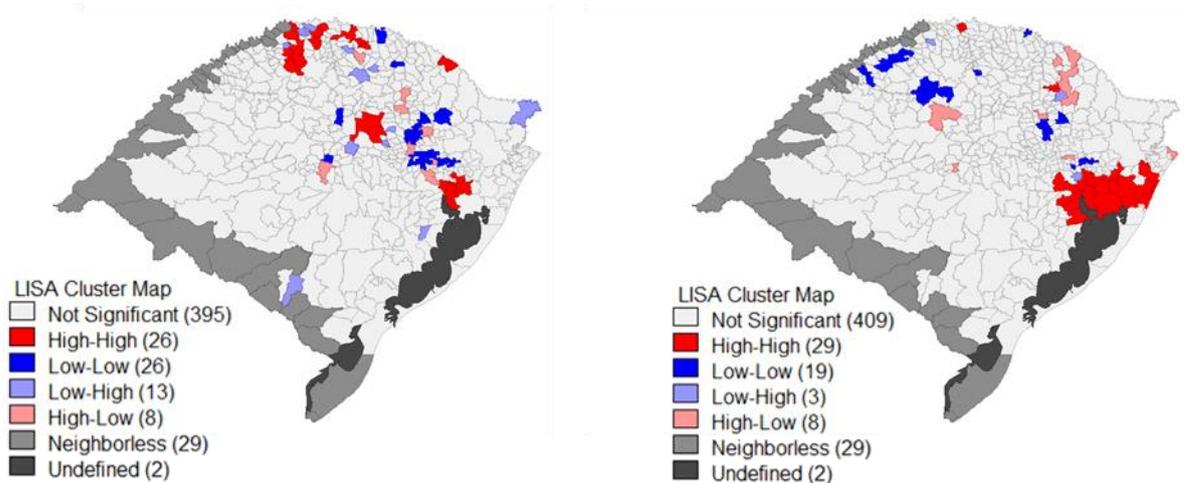
Fonte: O autor.

### Rio de Janeiro



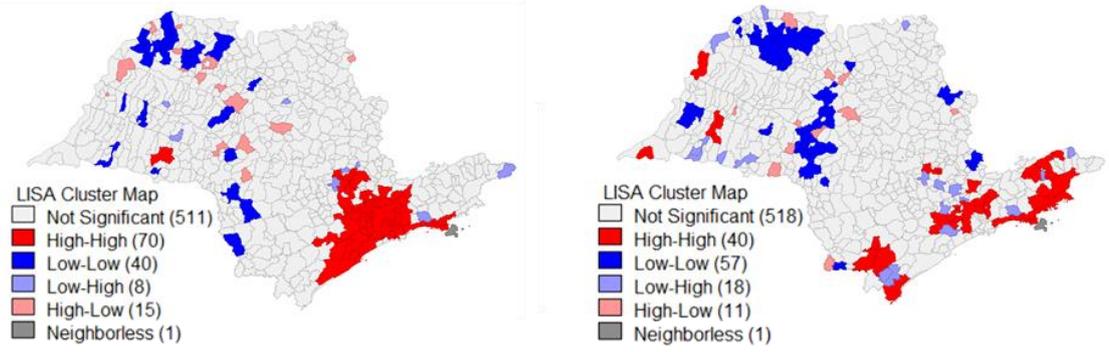
Fonte: O autor.

### Rio Grande do Sul



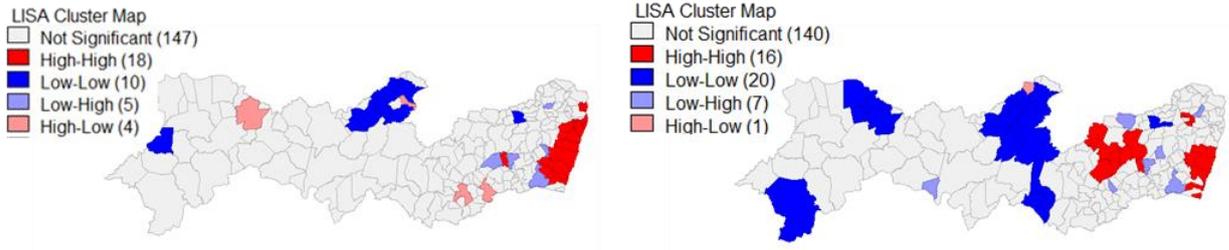
Fonte: O autor.

### São Paulo



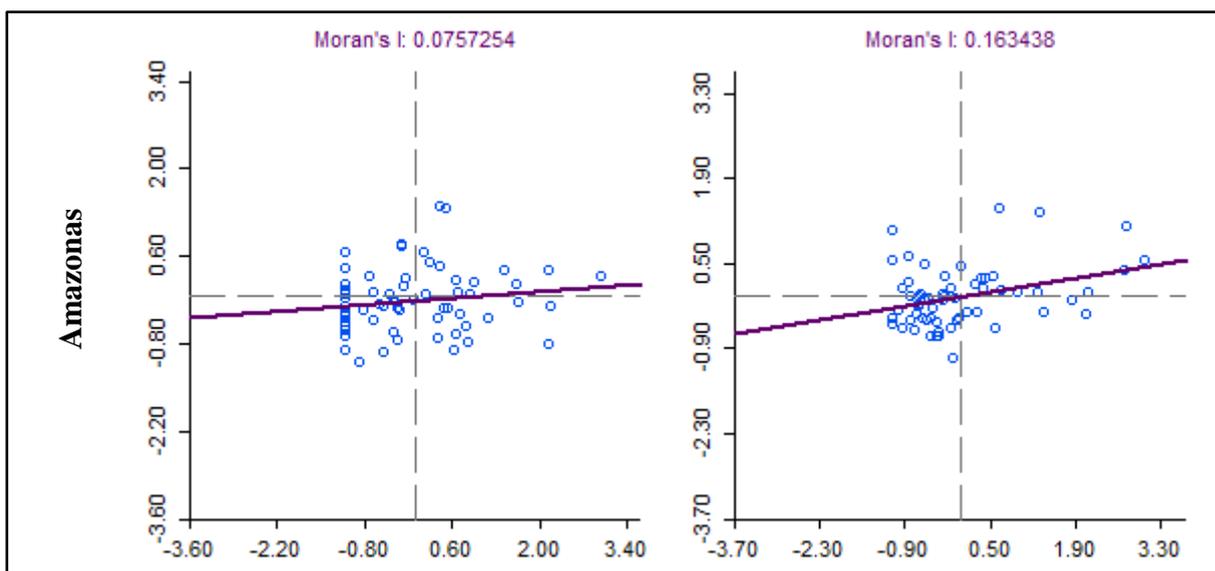
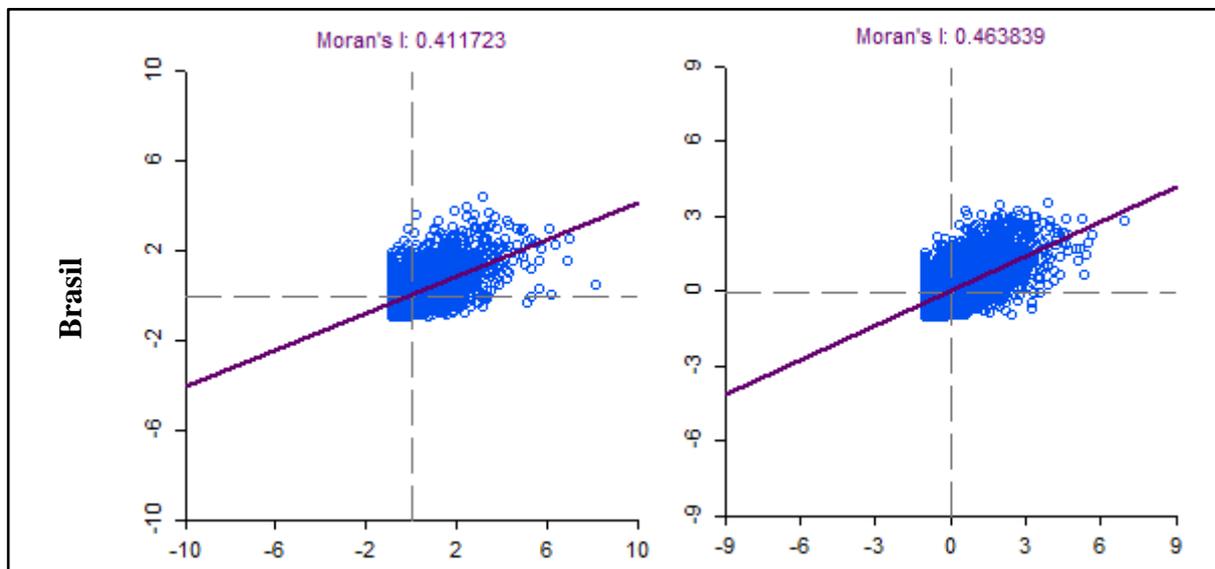
Fonte: O autor.

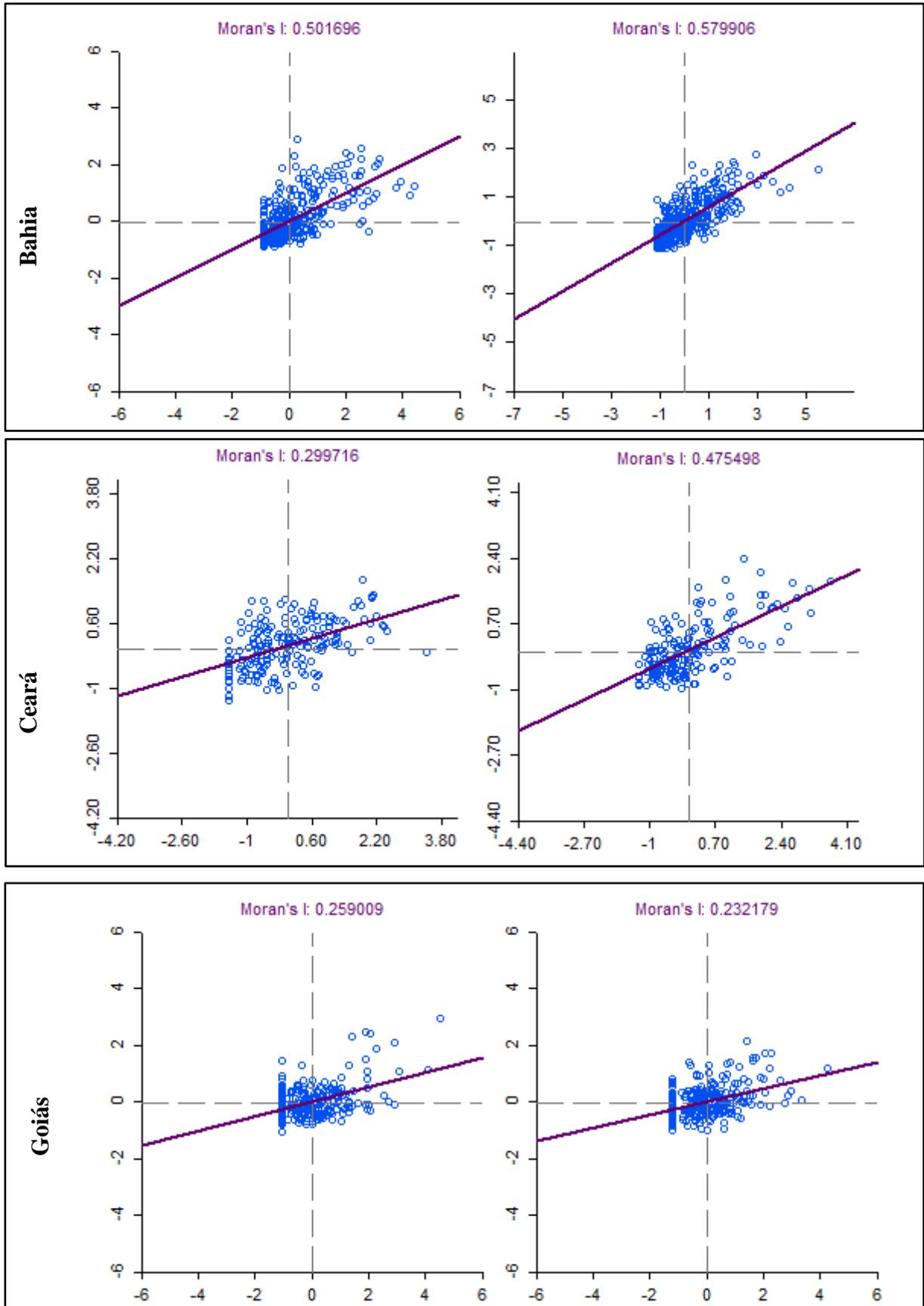
### Pernambuco

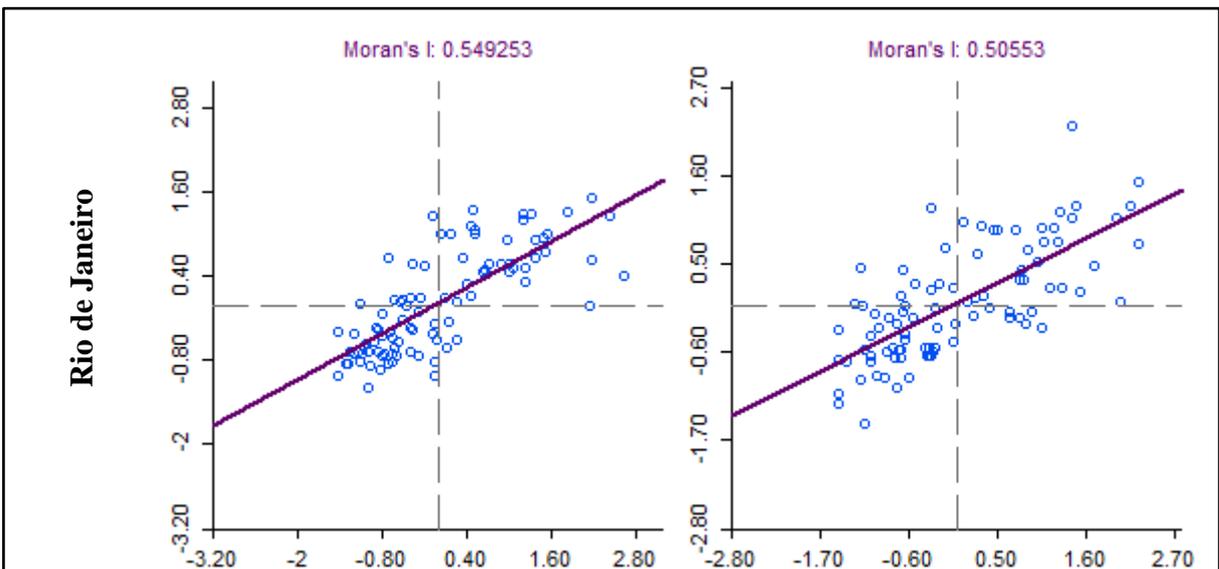
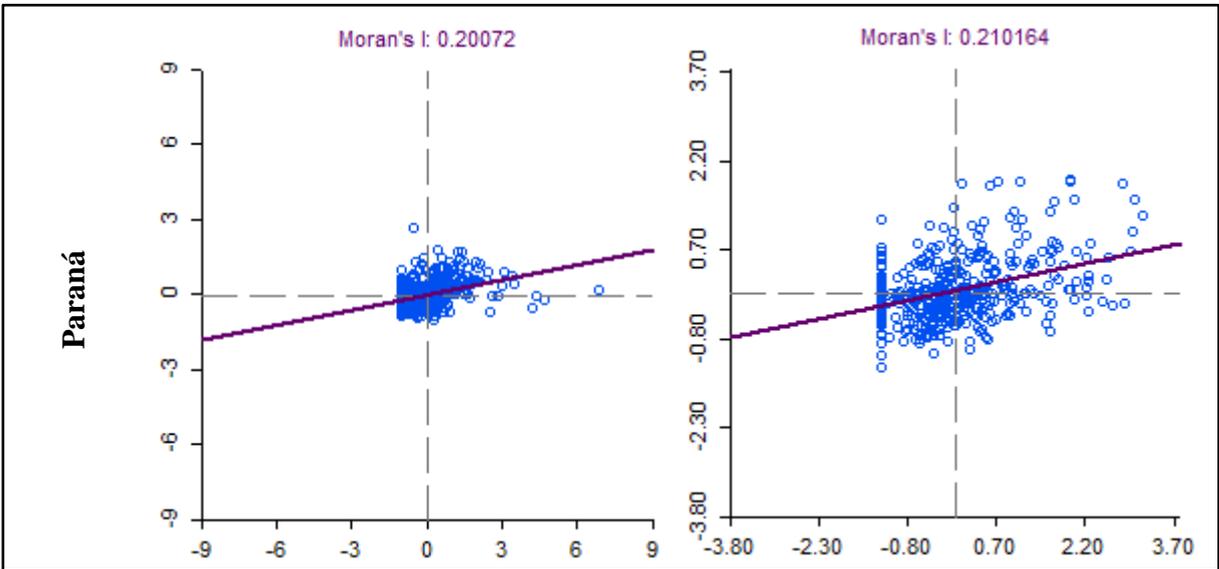
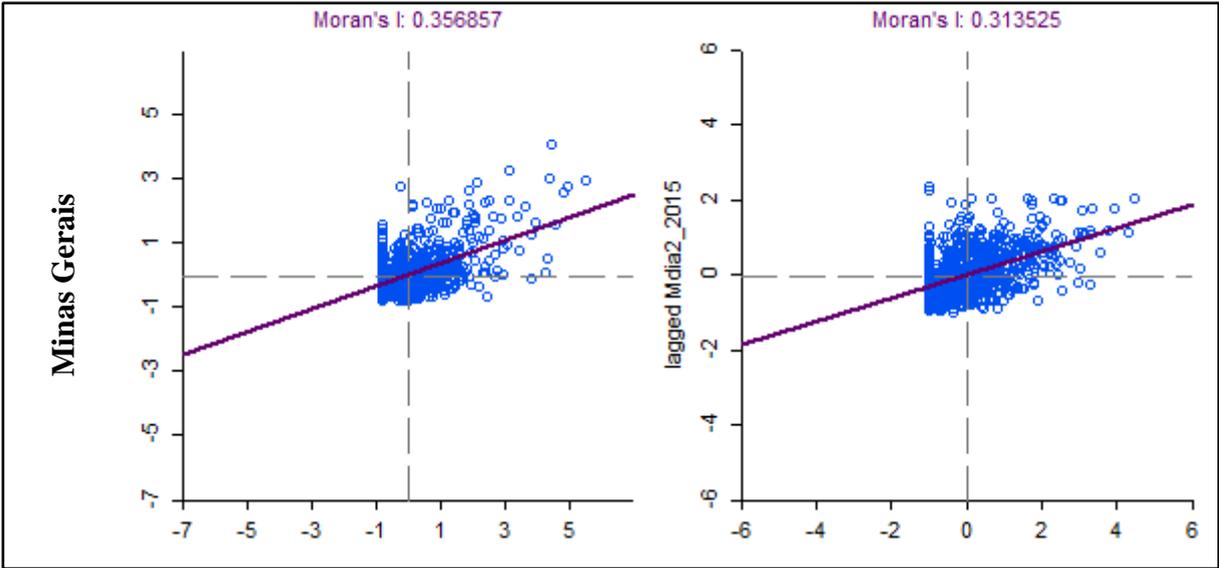


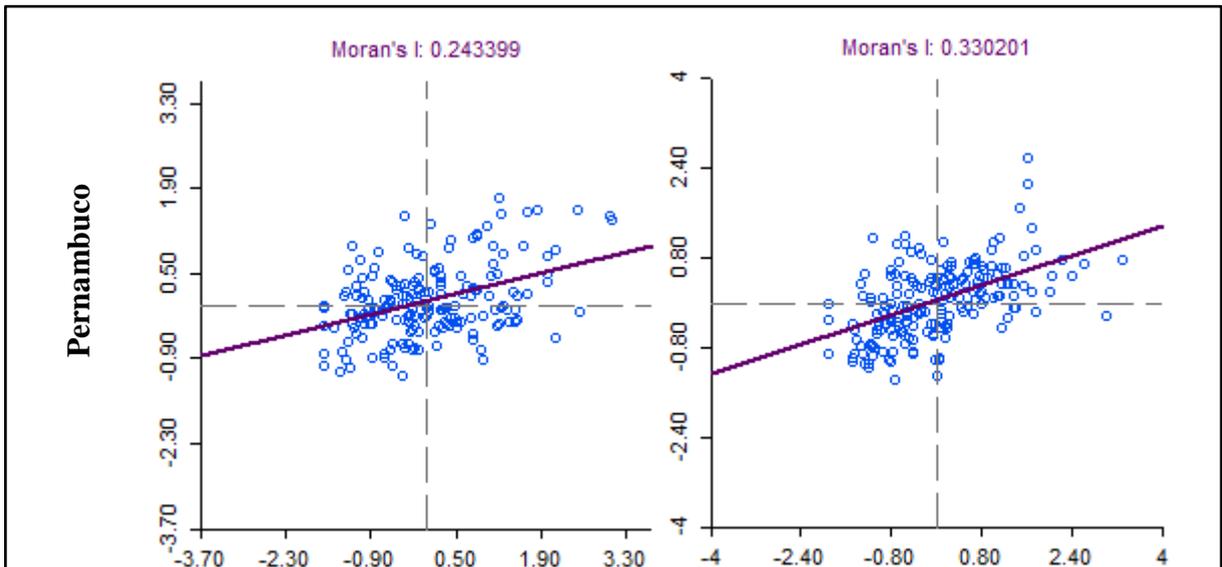
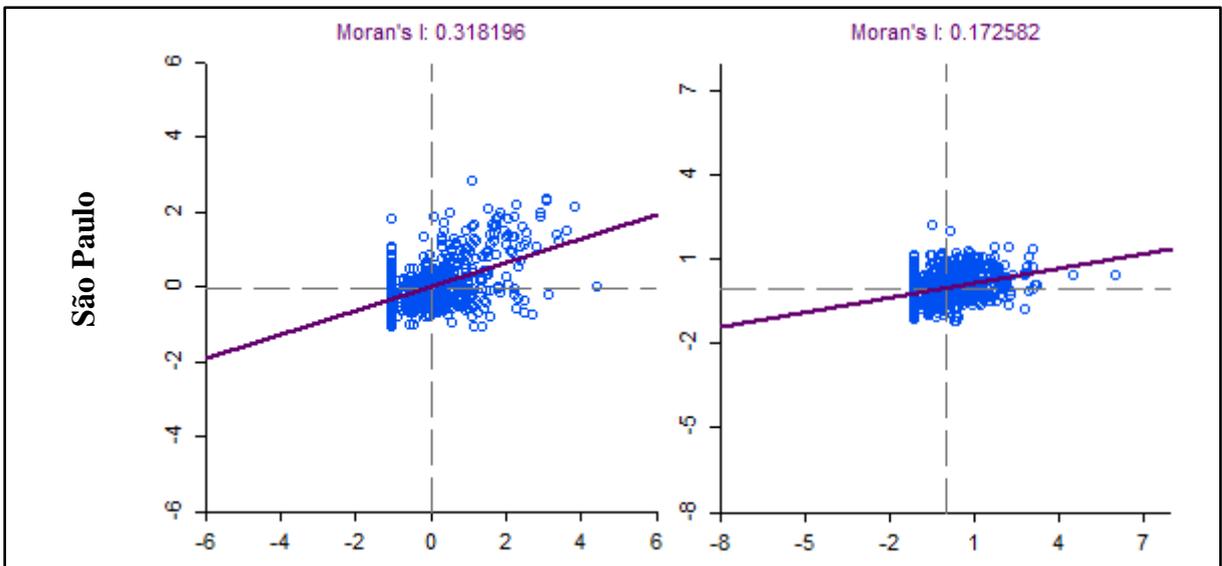
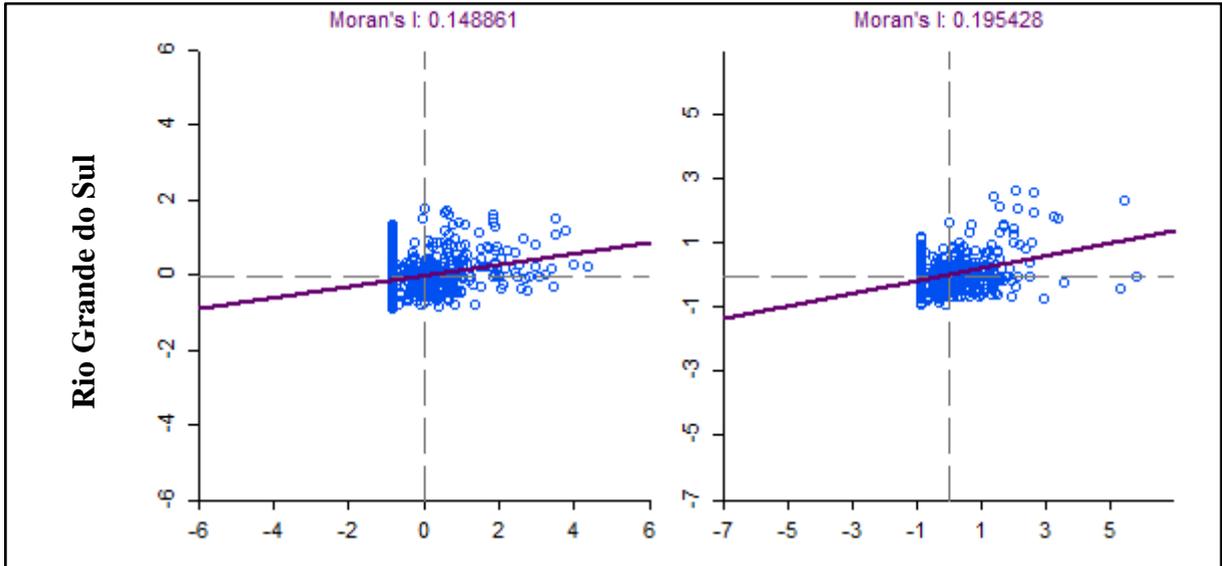
Fonte: O autor.

**APÊNDICE E – AUTO CORRELAÇÃO ESPACIAL (MORAN) 2004-2005 X 2014-2015  
(GRÁFICOS DE DISPERSÃO)**



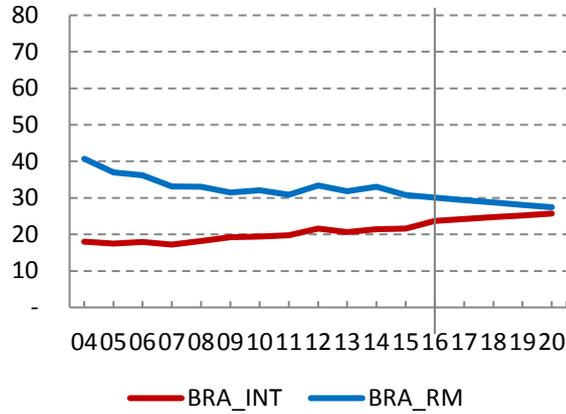






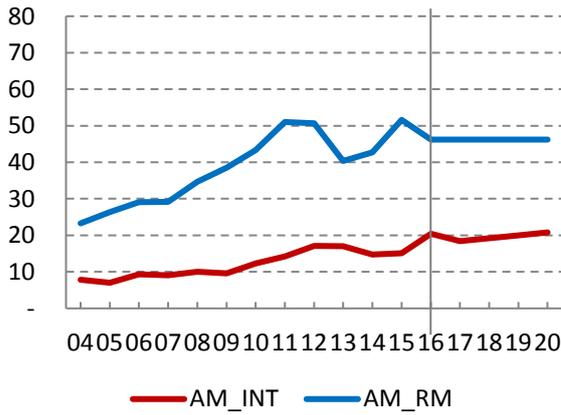
**APÊNDICE F – EVOLUÇÃO TAXA CVLI 2004-2020 (PREVISTO) (INTERIOR E RM)**

**Brasil – Consolidação dos 10 Estados**



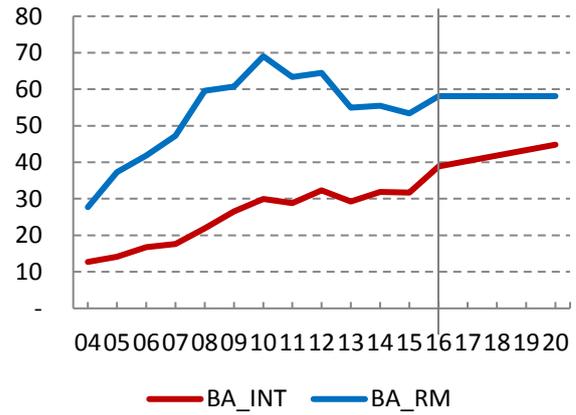
Fonte: O autor..

**Amazonas**



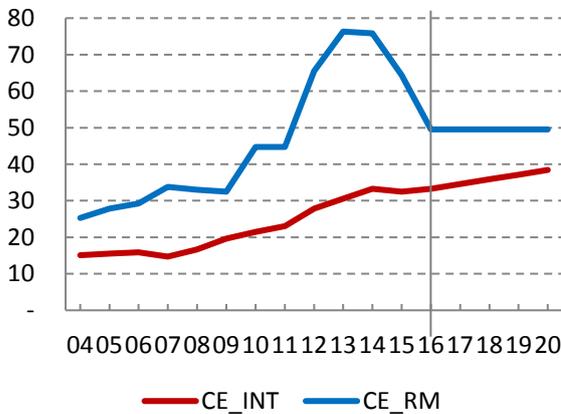
Fonte: O autor..

**Bahia**



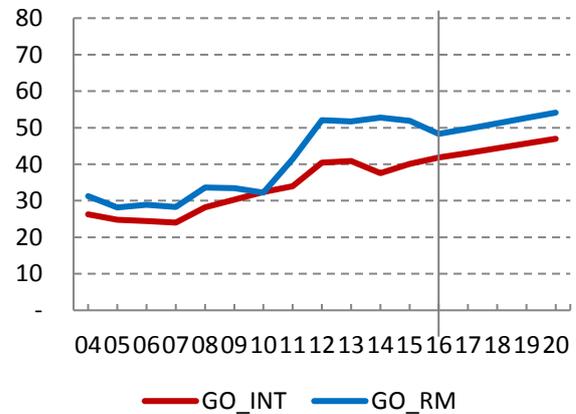
Fonte: O autor..

**Ceará**



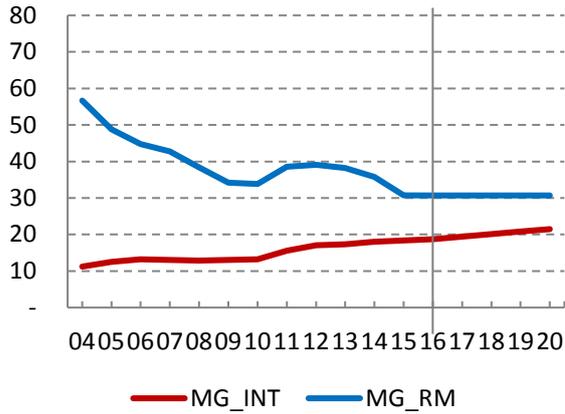
Fonte: O autor..

**Goiás**



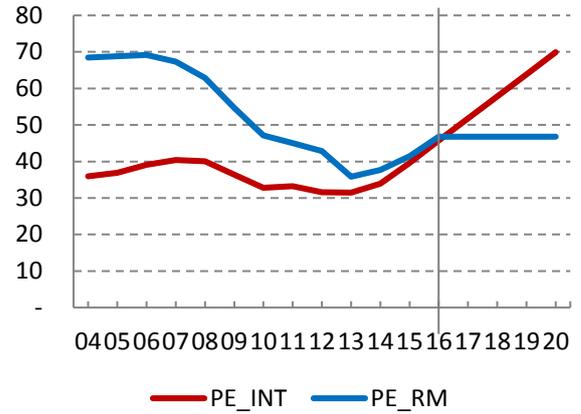
Fonte: O autor..

**Minas gerais**



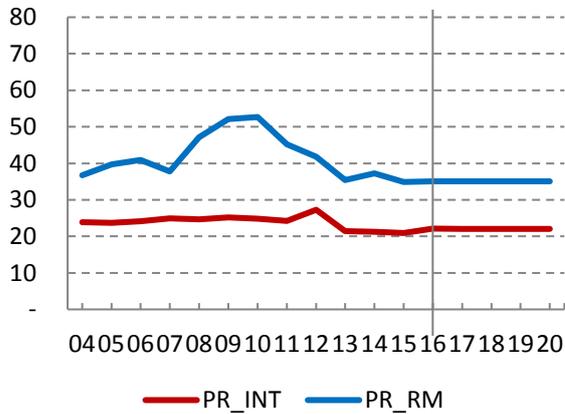
Fonte: O autor..

**Pernambuco**



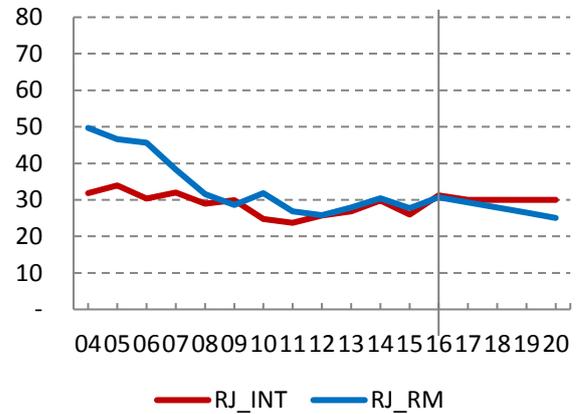
Fonte: O autor..

**Paraná**



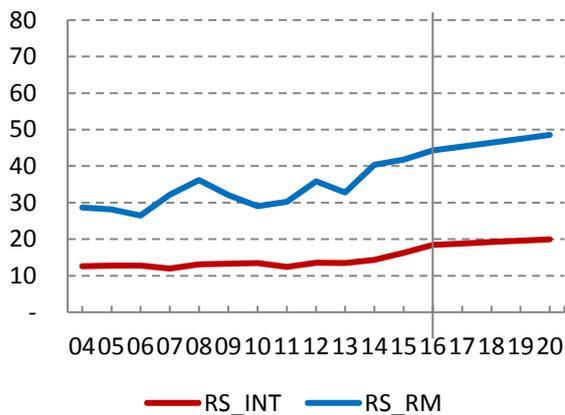
Fonte: O autor..

**Rio de Janeiro**



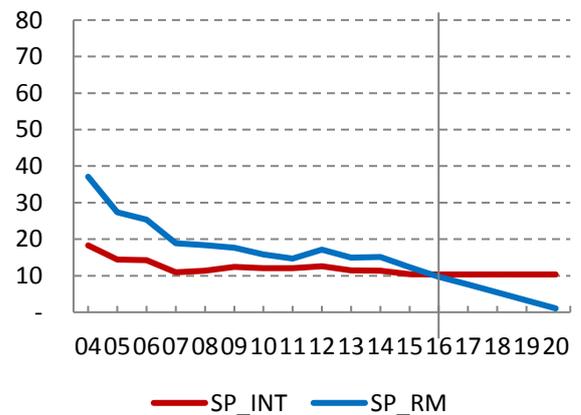
Fonte: O autor..

**Rio Grande do Sul**

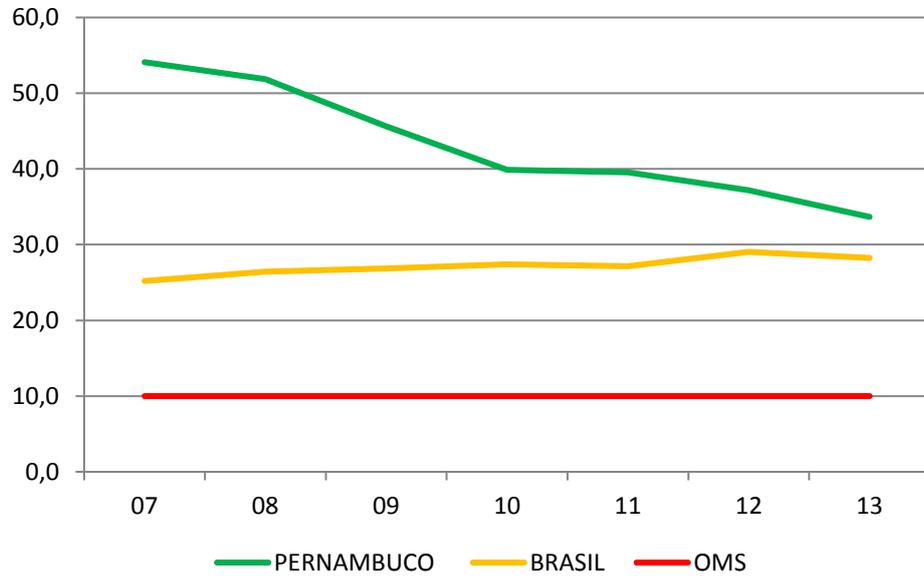


Fonte: O autor..

**São Paulo**

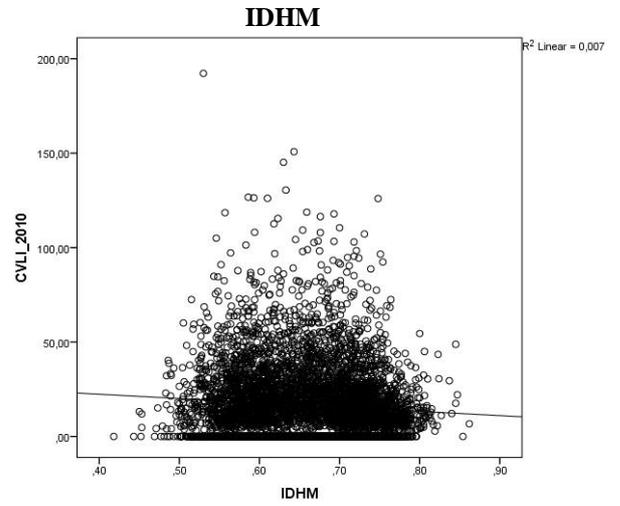
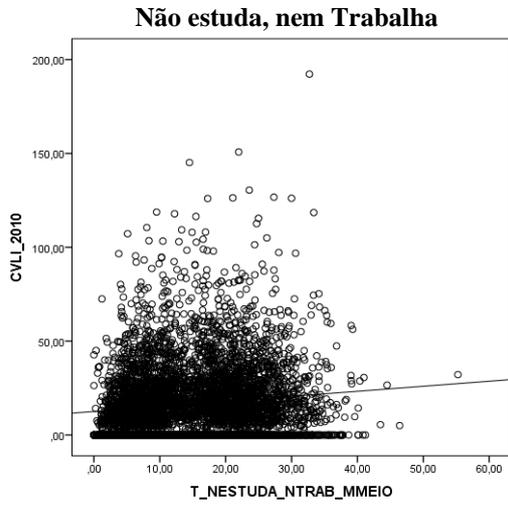


Fonte: O autor..

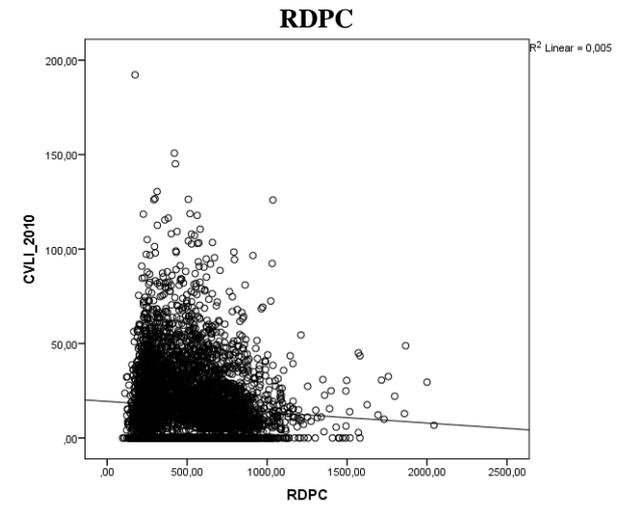
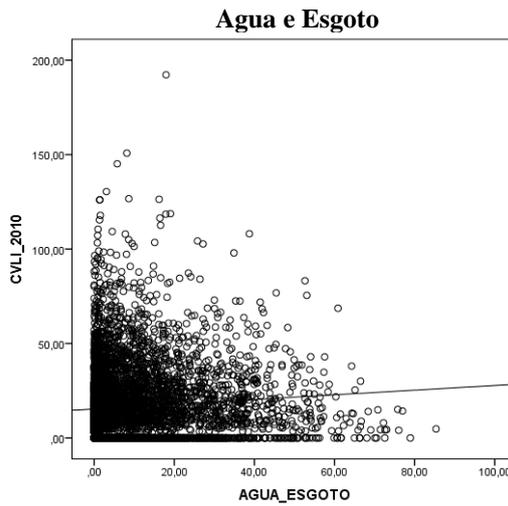
**APÊNDICE G – SÉRIE HISTÓRICA CVLI - PERNAMBUCO X BRASIL**

Fonte: O autor..

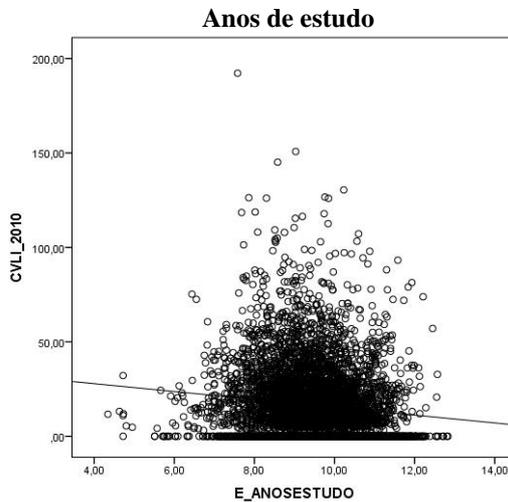
**APÊNDICE H – GRÁFICOS DE DISPERSÃO: TAXA DE CVLI 2010  
(DEPENDENTE)**



Fonte: O autor..



Fonte: O autor..



Fonte: O autor..

## APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/r/GX3V3MJ>

Interiorização da Violência

### 1. Identificação

Nome

Endereço de email

2. Em sua opinião qual o papel do município na Segurança Pública? Que tipo de ações por parte dos Municípios poderiam ser desenvolvidas? 

3. Em sua opinião a Constituição é clara ao estabelecer as obrigações de cada ente da federação em relação a políticas públicas de segurança? Que tipo de alterações na Constituição poderiam ser feitas? 

4. Na sua percepção os índices de homicídios crescem mais, nos grandes centros urbanos ou nos pequenos municípios? 

Grandes Centros Urbanos

Pequenos Municípios

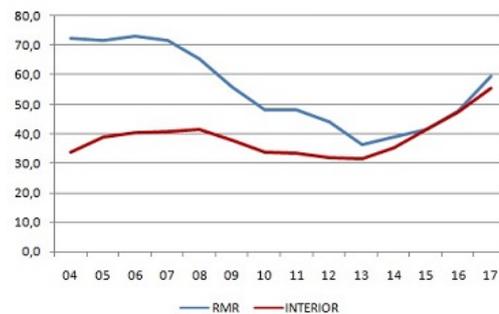
$\Delta\%$  taxa de CVLI por 100 mil hab de acordo com o porte dos municípios - Brasil (2004-2005) X (2014-2015) 

Porte	2004-2005	2014-2015	$\Delta\%$
Até 5 mil	9,7	12,5	<b>30%</b>
5 a 10 mil	11,8	16,9	<b>43%</b>
10 a 20 mil	13,1	20,7	<b>58%</b>
20 a 50 mil	16,7	26,8	<b>61%</b>
50 a 100 mil	21,3	31,3	<b>47%</b>
100 a 200 mil	27,7	31,9	<b>15%</b>
200 a 500 mil	35,1	31,8	<b>-9%</b>
Acima de 500 mil	35,4	31,6	<b>-11%</b>
Brasil	25,6	28,5	<b>11%</b>

5. Por que nos últimos 10 anos, a taxa de CVLI nos pequenos municípios do Brasil aumentou enquanto nos municípios maiores diminuiu? 

6. Para você é mais seguro morar na capital ou no interior? Considerando apenas as estatísticas de homicídios você mantém sua opinião? 

Evolução da Taxa de CVLI - Região Metropolitana do Recife e Interior 



7. Quais são as causas do aumento da violência no interior ? Quais ações devem ser tomadas para reverter esse quadro? 

8. Em sua opinião porque a partir de 2014, os índices de CVLI de Pernambuco voltaram a crescer após 7 anos de reduções consecutivas? O Pacto pela Vida deve ser repensado? Justifique. 

CONCLUÍDO

Executado pela



Veja como é fácil [criar um inquérito](#).

## APÊNDICE J – QUADROS DEMONSTRATIVOS DAS PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO

Quadro 1- Percepção dos gestores quanto a importância dos municípios para a Segurança Pública

<b>Em sua opinião qual o papel do município na Segurança Pública? Que tipo de ações por parte dos Municípios poderiam ser desenvolvidas?</b>	
<b>1</b>	O município tem um papel importantíssimo, na articulação, integração e interação com as demais unidades federativas, bem como na promoção de políticas públicas básicas, notadamente na infraestrutura, iluminação pública, saneamento básico, além de ações de educação, esportes e políticas sociais. Além disso, na tomada de medidas, principalmente em cidades de médio porte, na criação e estruturação de Guardas Municipais, para desenvolvimento de segurança comunitária.
<b>2</b>	Ações auxiliares que viabilizem a atividade fim dos órgãos de Segurança Pública, a exemplo de: boa iluminação pública, acesso e vias transitáveis, além de guardas municipais exercendo atividade de Defesa Social, e não somente, de zeladoria pública Municipal.
<b>3</b>	O papel do município deve ser complementar ao Estado, atuando tanto na prevenção com programas sociais da população em estado de vulnerabilidade, e repressivamente em associação com as forças policiais quando da identificação de crimes.
<b>4</b>	Primeiro: teria um papel subsidiário a atuação da Polícia Militar, ajudando no patrulhamento e, principalmente, em ocorrências menores, como perturbação do sossego; segundo: os municípios poderiam adotar uma política de levar serviços públicos as áreas mais violentas, como iluminação, praças, recreação, etc.
<b>5</b>	O papel dos municípios é fundamental, pois eles estão mais próximos dos problemas diários dos cidadãos. No entanto, não apenas pelo regramento constitucional, mas também por decisão política, a maioria dos gestores municipais não quer se envolver nas questões relacionadas à Segurança Pública, preferindo investir na área de trânsito, visando arrecadar com multas, sem falar na corrupção generalizada na gestão dos recursos públicos. Os municípios podem realizar importantes ações na área da Segurança Pública, seja apoiando a Polícia Militar em atividades de prevenção do crime, seja investindo fortemente no ordenamento urbano ou ainda em uma rede de vigilância das vias públicas através de um sistema integrado de câmeras de vídeo-monitoramento.
<b>6</b>	Inicialmente uma efetiva integração entre as secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, com utilização de seus equipamentos para produção de palestras focadas em temas de prevenção. Integração com as forças de segurança para um efetivo monitoramento dos conflitos sociais nas comunidades geradores de violência.
<b>7</b>	De forma geral dando maior atenção a educação de base; nas regiões mais periféricas melhorias na iluminação pública, fiscalização na limpeza de terrenos desocupados, cobrando dos donos que seja feita limpeza regular, calçada, e muros, evitando assim a existência de locais propícios para ocorrência de delitos e esconderijo de criminosos, além de proporcionar mais equipamentos públicos de lazer, esportivos, e educativos de melhor qualidade; nas regiões mais centrais fiscalizar o ordenamento de vias públicas, com reordenação de vendedores ambulantes, e outras situações que atrapalhem o deslocamento e facilitem a ação de criminosos.

Fonte: Elaboração própria com base no questionário aplicado

Quadro 2 - Percepção dos gestores quanto aos dispositivos da Constituição sobre Segurança Pública

Em sua opinião a Constituição é clara ao estabelecer as obrigações de cada ente da federação em relação a políticas públicas de segurança? Que tipo de alterações na Constituição poderiam ser feitas?	
1	A definição das políticas públicas dos entes federativos deveria ser mais clara. Definição de segurança comunitária, além de patrimônio público de todas as unidades federativas, deveriam ser responsabilidade do município. Além da melhor distribuição e realinhamento do pacto federativo, com mais recursos para os estados e municípios, bem como a criação do SUSP, nos moldes do SUS, para definição clara dos recursos destinados por cada ente federativos, sem contingenciamentos, no que pertine aos recursos para o caro custeio da segurança pública.
2	As atribuições são claras e objetivas, porém a União e os Municípios deveriam, dentro suas limitações, exercerem atribuições originárias desta nova ordem constitucional.
3	Não se observa uma descrição clara de atribuições, na minha opinião a distribuição de atribuições deveria ser de áreas de responsabilidade, com ciclo completo para as forças, assim como em outros países.
4	Ela é clara na parte dos estados e municípios, mas omissa quanto a União. Como alterações sugeriria a criação de um fundo nos moldes que existem para educação e saúde, retirando um pouco dos Estados o ônus principal de manutenção da segurança pública
5	A CF de 1988 deveria ser mais clara no estabelecimento das atribuições dos entes federativos na área da Segurança Pública, definindo para a União o estabelecimento de políticas e estratégias nacionais de enfrentamento ao crime, bem como o papel dos Estados e Municípios, para que estes possam atuar de forma mais integrada.
6	É clara. Uma alteração interessante é tornar obrigatória a efetiva participação do município nas questões de segurança pública com contrapartida para recebimento de verbas.
7	Sem opinião neste aspecto.

Fonte: Elaboração própria com base no questionário aplicado

Quadro 3- Percepção dos gestores sobre o aumento da violência nos pequenos municípios

<b>Por que nos últimos 10 anos, a taxa de CVLI nos pequenos municípios do Brasil aumentou enquanto nos municípios maiores diminuiu?</b>	
<b>11</b>	Mais investimentos foram destinados na área de segurança pelos municípios, estados e união nas cidades mais populosas, em detrimento das, de menor porte.
<b>2</b>	Descaso do poder Público estadual para com os municípios menores.
<b>3</b>	Devido a estagnação do efetivo policial por habitantes, utilizando a mesma média de 20 anos atrás, além do crescimento populacional dos distritos, que se mantém ainda sem cobertura policial fixa, aliado a inexistência em grande parte de delegacias de plantão, obrigando ao deslocamento do efetivo em casos de flagrantes.
<b>4</b>	Falta de investimento, municípios pequenos possuem pouco efetivo ou nenhum, bem como instalações precárias e a falta de viaturas adequadas (caminhonete para as áreas rurais e descaracterizadas para a Polícia Civil)
<b>5</b>	Provavelmente esse aumento da violência letal nos pequenos municípios deve-se ao incremento do tráfico e consumo de drogas, especialmente o crack. O avanço do tráfico e consumo do crack nas pequenas cidades produz consequências graves, inclusive no aumento dos crimes patrimoniais. Além da cobrança de dívidas do tráfico, a ação de grupos de extermínio contra criminosos envolvidos com roubos e furtos contribuiu para o aumento da violência letal nos municípios menores. Nesse contexto, esses municípios não têm a estrutura necessária para o enfrentamento desses graves problemas, inclusive no que se refere às demandas de saúde pública e assistência social aos afetados pelo avanço das drogas ilícitas.
<b>6</b>	Entendo que dentre os fatores está a falta de oportunidade de trabalho que gere renda.
<b>7</b>	Tenho visto uma tendência bem maior de investimentos em segurança nos municípios maiores, pois é onde se encontravam os maiores índices, e os menores municípios praticamente não recebem investimentos, devido ao baixo índice que representam. No PPV por exemplo, quando se mede proporcionalmente, algumas AIS chegavam a representar mais de dez por cento do total de CVLIs

Fonte: Elaboração própria com base no questionário aplicado

Quadro 4- Percepção dos gestores se é mais seguro morar no interior do que nas capitais

<b>Para você é mais seguro morar na capital ou no interior? Considerando apenas as estatísticas de homicídios você mantém sua opinião?</b>	
<b>11</b>	Capital. Sim.
<b>2</b>	Não! No interior é mais seguro de se morar. A motivação dos homicídios do interior são diferentes, se comparado com o do capital.
<b>3</b>	Na capital, no interior ainda observa-se certa tranquilidade, em alguns municípios, em área urbana, na zona rural, a incidência de Crimes aumentou muito.
<b>4</b>	Apesar do aumento da violência, é mais seguro morar no interior, mesmo com o aumento das estatísticas
<b>5</b>	A despeito dos dados estatísticos, ainda entendo ser mais seguro morar em cidades do Interior do Estado em relação à Capital. Os grandes centros urbanos, apesar de mais bem policiados, acumulam problemas que produzem nos indivíduos uma sensação de insegurança que a aparente calma das cidades do Interior ainda consegue minimizar.
<b>6</b>	Interior
<b>7</b>	Interior, moro na região do Sertão, que apesar dos problemas ainda apresenta os menores índices de criminalidade; e sim mantenho minha opinião, pois não estou dentro do perfil da maioria das pessoas que são vítima de CVLI

Fonte: Elaboração própria com base no questionário aplicado

Quadro 5 - Percepção dos gestores sobre as causas do aumento da violência do interior e que ações podem ser tomadas

<b>Quais são as causas do aumento da violência no interior? Quais ações devem ser tomadas para reverter esse quadro?</b>	
11	Faltam, nos municípios a promoção de políticas públicas básicas, notadamente na infraestrutura, iluminação pública, saneamento básico, além de ações de educação, esportes e políticas sociais. Além disso, na tomada de medidas, principalmente em cidades de médio porte, na criação e estruturação de Guardas Municipais, para desenvolvimento de segurança comunitária.
2	Falta de investimento em pessoal, material e meios necessários para execução das atividades de segurança Pública.
3	Além da baixa média policial por município, já descrito anteriormente, agregado a falta de plantão de delegacia e audiências de custódia em municípios diversos do local da prisão. As ações devem ser: 1. Pontos fixos de policiamento nas rodovias estaduais e federais, coibindo os assaltos. 2. Plantão de delegacias, nos municípios polos. 3. Aumento do efetivo em cada município, destinando uma parte a área urbana, e outro efetivo para os distritos. 4. Efetivação de Guarda municipal atuante em apoio as forças policiais, 5. Designar grupos táticos em municípios mais desenvolvidos economicamente, para coibir os ataques a bancos. 6. Modificar a constituição, de forma a dar o ciclo completo as forças policiais, quer seja por responsabilidade territorial ou responsabilidade criminal, como ocorrem em alguns países.
4	Na minha visão, a principal causa de aumento da violência no interior está na falta de Juízes, Promotores e Delegados de Polícia, a falta dessas autoridades leva a uma sensação de impunidade, que acaba resultando numa cultura de "vingança privada". A única solução é que cada município possua uma tríade de juiz, promotor e delegado, dessa forma o Estado aturaria de forma eficaz no combate ao crime, mostrando que está presente e que a punição efetivamente ocorrerá
5	Como já mencionado, a principal causa foi o aumento do tráfico e consumo de drogas, notadamente o crack. O crack, ainda mais que a maconha, incrementou o crime organizado no Interior dos Estados, especialmente em relação à logística, levando grupos violentos a atuar nas pequenas cidades, incrementando a violência letal com a cobrança de dívidas de drogas. Também não deve ser menosprezada a atuação de grupos de extermínio, que surgem no Interior dos Estados como resposta ao aumento vertiginoso dos crimes contra o patrimônio nos municípios menores. Para reversão desse quadro, além do investimento nas Polícias, especialmente na área de inteligência e investigação para a repressão ao crime organizado, deve haver um maciço investimento na prevenção social, sobretudo para combater o consumo de drogas.
6	Fatores econômicos que implicam na geração de rendas. Ações focadas na geração de emprego e renda.
7	Com aumento significativo de investimentos na Capital o interior foi ficando cada vez mais frágil, alvo mais fácil para criminosos. A maioria das pessoas que passam em concurso para policiais são de capitais, ao sair da academia vem para o interior, mas com pouco tempo começam as remoções, o que traz grande prejuízo para funcionamento das delegacias, algumas passam mais seis anos sem Delegado Titular. Manutenção real de efetivo mínimo necessário para funcionamento das polícias. Interiorização da inteligência e da polícia científica.

Fonte: Elaboração própria com base no questionário aplicado

Quadro 6- Percepção dos gestores sobre as causas do aumento da violência do interior e que ações podem ser tomadas

<b>Em sua opinião porque a partir de 2014, os índices de CVLI de Pernambuco voltaram a crescer após 7 anos de reduções consecutivas? O Pacto pela Vida deve ser repensado? Justifique.</b>	
11	O pacto pela vida teve uma fadiga de procedimentos, criatividade e perdeu a prioridade por parte do governo do estado. O pacto deve ser repactuado, na perspectiva dos profissionais de segurança, que estão inseridos e que operam nas instituições policiais. O estado perde muito quando deixa a condução dos destinos da SDS por parte de profissionais, que não conhecem as necessidades, principalmente das cidades de pequeno e médio porte, além de virem com visão de outros centros urbanos.
2	A falta de prioridade e investimento do Governo do Estado levou o Pacto Pela a Vida (PPV) a este estágio. Faltou liderança na condução desta Política Pública. Quanto ao Pacto, deve sim ser repensado. E neste sentido, deve levar em consideração o que deu certo até 2014, bem como o que tem dado errado no momento atual, para em cima desta nova realidade, desenvolver ações e programas que visem restabelecer o padrão alcançado nos 6 (seis) primeiros anos do PPV.
3	Sim, as reduções são de 12 % ao ano, porém, deveria ter sido observado a época a relação POLICIAIS/POPULAÇÃO, é mantido essa proporção, anualmente, a redução até uma faixa de 5 anos, foi matematicamente atingível, creio que em vez de percentual, pode ser estabelecido a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por exemplo, um município teria uma meta ideal de 15 cvli/100 mil habitantes e médias progressivas para mais e para menos, distribuindo valores como , excelente, ótimo, bom, regular e ruim.
4	Sim. Vários são os motivos, mas o principal está na falta de valorização do efetivo. A valorização não está só na questão salarial, mas passa por diversos fatores como estrutura para trabalhar (instalações conservadas, material suficiente, limpeza do prédio, viatura adequadas, etc.), treinamento regular, apoio ao policial (psicológico, psiquiátrico, jurídico, etc.) e principalmente efetivo adequado. Por que efetivo adequado? porque quando uma cidade ou delegacia distrital não possui efetivo suficiente cria-se uma sobrecarga em cima do efetivo disponível, que passa a trabalhar sobrecarregado para atender as metas do PPV, levando a um desgaste do material humano, que em defesa passa a dar apenas números, ou seja, investiga apenas casos de fácil resolução, sem atacar efetivamente o problema da criminalidade na área. Como resolver o problema? Instituir metas realistas quanto ao efetivo da Delegacia, metas que proporcionem o efetivo a solucionar o problema da criminalidade. Exemplo: numa cidade pequena, onde o efetivo da polícia civil é inferior ou igual a 3 homens de investigação e um escrivão, não é adequado uma meta de 10, 12, 13 inquéritos por mês, porque com esse número de policiais não é possível aprofundar investigações mais demoradas como as de cvli sem que não ocorra prejuízo das metas. Então eu pergunto: o ppv quer a prisão do indivíduo que está matando ou quer 13 inquéritos de "crimes menores"? Muitas vezes a prisão de um indivíduo, aquele que efetivamente está matando, é mais importante para os índices, do que os 13 inquéritos do PPV. Tenho saudades do tempo do Governador Eduardo Campos em que a única exigência era a redução, porque podíamos focar nos indivíduos que estavam matando, roubando e traficando. Não tínhamos que mandar "números vazios" (expressão que utilizo para designar metas que não irão influenciar na redução dos índices) para o PPV
5	A grave crise econômica, que já se fazia sentir em 2014 e que se agravou nos anos seguintes, afetou fortemente o índice de desemprego no Estado de Pernambuco. Em certo período, após o término ou paralisação de grandes obras, Pernambuco passou a apresentar uma das maiores taxas de desemprego do Brasil. A crise econômica teve forte impacto na situação financeira do Estado, reduzindo investimentos estruturantes, inclusive na área da Segurança Pública. Com a melhoria da saúde financeira do Estado e o retorno dos investimentos, espera-se a redução dos índices de CVLI, como parece que ocorrerá em 2018. O Pacto Pela Vida pode ser repensado no sentido de evoluir, sem jamais negar o seu importante legado, sobretudo no que se refere à gestão por resultados e o enfrentamento técnico da criminalidade. Além do maior investimento nas Polícias, especialmente na valorização e capacitação dos policiais, é indispensável um maior envolvimento dos demais setores da Administração do Estado e da Sociedade Civil. As Polícias enfrentam os efeitos de uma sociedade desigual e de poucas

	oportunidades, sobretudo para os jovens, maiores vítimas e autores da violência. Investir em educação é fundamental para o enfrentamento das causas da violência.
6	Em função da não reavaliação da metodologia utilizada pelo Pacto pela vida, sem a reavaliação dos indicadores utilizados. O Pacto deve ser repensado.
7	Notadamente houve um decréscimo nos investimentos, seguido de uma redução dos meios de trabalho das policias, associado a uma série de mudanças nas premiações dos policiais, que dificultaram o recebimento de bônus. tem que se voltar atrás, estudar o que se fazia dar certo, e o que deixou de dar, motivos, e voltar atrás em decisões equivocadas.

Fonte: Elaboração própria com base no questionário aplicado